



**Flávia Pereira Martins**

**Entre silêncios e performances: as  
experiências femininas na Justiça  
Militar (1965-1979)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro,  
setembro de 2024



**Flávia Pereira Martins**

**Entre silêncios e performances: as  
experiências femininas na Justiça  
Militar (1965-1979)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História Social da Cultura do  
Departamento de História do Centro de Ciências  
Sociais da PUC-Rio.

**Prof. Larissa Rosa Corrêa**

Orientadora

Departamento de História — PUC-Rio

**Prof. Diego Antonio Galeano**

Departamento de História — PUC-Rio

**Prof. Ângela Moreira**

Departamento de História - UFF

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Flávia Pereira Martins**

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Kursou o Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História do Brasil Republicano, com ênfase em Ditaduras no Cone Sul, Justiça Militar, História das Mulheres e Relações de Gênero.

#### Ficha Catalográfica

Martins, Flávia Pereira

Entre silêncios e performances : as experiências femininas na Justiça militar (1965-1979) / Flávia Pereira Martins ; orientadora: Larissa Rosa Corrêa. – 2024.

172 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Ditadura militar. 4. Relações de gênero. 5. Justiça militar. 6. Moralidade. 7. História das mulheres. I. Corrêa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Ainda:  
Às transgressoras,  
Que vieram antes,  
E que virão mais tarde.

## Agradecimentos

São muitas as mãos que integram uma pesquisa. Desde aquelas que escrevem os documentos analisados às que mantêm a guarda dos mesmos e lutam por sua conservação nos arquivos. Há as mãos dos pesquisadores com quem dialogamos diretamente ao longo do texto e também daqueles que sequer são mencionados, mas que, em algum momento, contribuíram com as perguntas travadas e os caminhos percorridos. Creio, contudo, que as principais mãos que produzem uma investigação acadêmica são aquelas que nos apoiam e estimulam.

Nestes últimos dois anos, tive a alegria de ser amparada e inspirada por muitas pessoas que me cederam não só as próprias mãos, como também a voz, a paciência, a amizade e o tempo. Tendo sido tanta a minha sorte, terei que me limitar a citar apenas alguns desses nomes.

Sempre, a minha mãe, Sheila. Se um dia aprendi a andar, foi para ir ao encontro das suas mãos. Agradeço a ela por sua infância, quando arrancava dos muros da cidade os cartazes de “procura-se terroristas”, e por sua vida adulta, que a tornou uma sindicalista amorosa, ferrenha e, por sorte, minha mãe.

Ao meu pai, Sérgio, por me incentivar a ter uma experiência corpo a corpo com a vida e por compartilhar suas incontáveis e intrigantes histórias sobre o “geral”. Esta pesquisa não teria existido sem os percursos corajosos trilhados por meu pai nas muitas trincheiras da vida.

À minha irmã Flora, que, por sorte, chegou antes no mundo, me proporcionando um terreno fértil, feliz e seguro para existir. À minha irmã Olívia, que me empresta seus olhos de criança para viver, substituindo o truísmo pela curiosidade.

Agradeço também às minhas avós Alvina e Vanir, ao meu avô Alfredo, à Jayany e aos meus tios Alvina, Mara e Ronaldo. Também às minhas grandes companhias de quatro patas, Nhonha e Biju, que incontáveis vezes frearam os silêncios da escrita com seus latidos, me presenteando com carinho e com as pausas necessárias.

Às inabaláveis amizades das minhas várias companheiras mulheres. Aqui, cito Bárbara Fabris, Beatriz Rosa, Beatriz Veloso, Bruna Regazzi, Daniela Belfort, Daniela Vidal, Caroline Gress, Lila Monducci, Natalia Larcher, Raissa Marinho, Renata Tuti e Taiana Dias. Obrigada pela alegria compartilhada e por terem usado suas mãos para me confortar nos momentos difíceis. Parafraseando bell hooks: “O amor é o que o amor faz.”. Com vocês, o amor foi sempre ação e intenção e, por isso, jamais me senti sozinha ou inadequada.

Sou grata também aos meus amigos pesquisadores, com quem pude contar com o companheirismo e as inúmeras sugestões e conversas sobre a pesquisa, inclusive no que tange às delícias e às angústias que atravessaram esse processo: Amanda Tortato, Bianca Bastos, Gabriel Guedes, Gabriela Naccarato, Gustavo Salomão, Isadora Gomes, Juliano Menegat, Layana Sales, Letícia Araújo, Luana Leão, Marcela Guimarães, Marcella Meirelles, Mariana Marques, Matheus Basilio, Matheus Rezende, Victoria Cunha, Victor Brandão e Wallace Souza. Uma menção especial à Ana Clara Nunes Tavares: a ela devo mais que um parágrafo, um rodízio e outras promessas. Essa amizade, que já tanto me deu e ainda me dará, é o que faz da presente pesquisa, e tantos frutos meus, existirem.

À Juliana Nascimento, pela enorme gentileza e predisposição em nossas reuniões informais, que resultaram nas escolhas metodológicas adotadas nesta pesquisa. Aos meus colegas do Laboratório de Conexões Atlânticas da PUC-Rio,

pela lembrança constante de que pesquisa se faz em conjunto, compartilhando, debatendo e, sobretudo, se inspirando uns com os outros.

Aqueles que integram e integraram o grupo “Esferas da Cidadania”, onde muito aprendi. Sou grata por ter testemunhado não apenas as práticas de pesquisadores dos movimentos sociais dedicados à justiça social, memória e reparação, mas também por ter tido a oportunidade de conhecer, graças a este grupo, as verdadeiras protagonistas dessas batalhas. Destaco aqui Ana Paula Oliveira e Nivia do Carmo Raposo, integrantes das Redes de Mães de Manguinhos e da Baixada Fluminense, respectivamente. Agradeço também a Queli, que, através da Ocupação Menino Benjamin Filho e de seu trabalho com a comunidade ao entorno, demonstra que, apesar de tudo, a luta transforma vidas.

A todos os funcionários do departamento de História da PUC-Rio, em especial Débora, Igor e Cláudio.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Por esse motivo, agradeço tanto à CAPES, e, também à FAPERJ, instituições que possibilitaram o desenvolvimento da presente pesquisa e que cumprem papel fundamental para a ciência e mobilidade social no país.

À minha banca de qualificação e defesa, dois estudiosos que muito admiro, Ângela Moreira e Diego Galeano. Agradeço pelas críticas atentas e pelas sugestões brilhantes.

À minha orientadora e amiga Larissa Rosa Corrêa, que, desde o início da graduação, estendeu a mão para me guiar e estimulou minha voz autoral. Com ela, me formei historiadora e agora, com ela, me torno mestra. Este caminho, tão gratificante, não teria sido possível sem a sua dedicação em criar um espaço seguro onde eu pudesse experimentar, questionar, errar e acertar. Mais do que uma inspiração intelectual e profissional, sou grata por testemunhar, sobretudo neste último ano, a grandeza de Larissa.

Por fim, expresso minha gratidão e admiração a todas as mulheres mencionadas nesta pesquisa — presas políticas, advogadas, mães, esposas, irmãs e filhas. Conhecer parte de suas trajetórias me tocou e sensibilizou profundamente, tornando o processo de construção da narrativa do trabalho um verdadeiro desafio. No entanto, se houve algum ônus nesse empreendimento, ele é insignificante diante dos imensos ganhos em ensinamentos que transcenderam a natureza acadêmica.

## Resumo

MARTINS, Flávia Pereira; CORREA, Larissa Rosa (orientadora). **Entre silêncios e performances: as experiências femininas na Justiça Militar (1965-1979)**. Rio de Janeiro, 2024. 172 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa busca analisar as experiências femininas na luta contra a Ditadura Militar a partir da atuação das mulheres em uma das principais instituições do período: a Justiça Militar. Esta entidade assumiu um importante papel na cadeia repressiva do regime, sobretudo com a edição do Ato Institucional nº 2, em 1965, quando teve suas atribuições expandidas, passando a julgar oficialmente civis pelos denominados “crimes políticos”. Em um contexto de forte oposição de setores da sociedade civil ao regime ditatorial, diversas mulheres foram indiciadas e julgadas por esta justiça que, até então, era formada predominantemente por homens tanto em seu corpo institucional, como naqueles que eram ajuizados. Simultaneamente, advogados, homens e mulheres, se dedicaram à defesa daqueles que eram acusados. Buscando defender seus clientes, os profissionais do Direito tiveram que lidar com situações limites que extrapolaram os próprios usos das leis. Se o fator de gênero se apresentou como aspecto fundamental nas vivências das advogadas e das rés em função das violências vividas, os ideais de feminilidade, por vezes, se apresentaram como possíveis brechas para um grupo de mulheres. Nesse sentido, o cruzamento das fontes processuais da Justiça Militar com os depoimentos das advogadas, indiciadas e rés nos permite reinterpretar as práticas desses grupos, expandindo as próprias noções de atuação e militância política, tão presentes na historiografia sobre o período. Aqui, a História Social ilumina importantes nuances destas experiências femininas, inclusive a maneira que rés e advogados utilizaram de diferentes estratégias na elaboração das defesas, apropriando-se, muitas vezes, da gramática moral e social de gênero vigente na ditadura, transformando-a em uma ferramenta de autopreservação na arena judicial e repressiva.

## Palavras-chave

Ditadura Militar; Relações de gênero; Justiça Militar; Moralidade; História das Mulheres

## **Abstract**

MARTINS, Flávia Pereira; CORREA, Larissa Rosa (advisor). **Through Silences and Performances: Women's Experiences in Military Justice (1965-1979)**. Rio de Janeiro, 2024. 172 f. Msc. Dissertation - History Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to analyze women's experiences in the fight against the Military Dictatorship through their roles in one of the key institutions of the period: the Military Justice System. This institution played a significant role in the regime's repressive apparatus, especially following the enactment of Institutional Act No. 2 in 1965, which expanded its functions to adjudicate civilians for so-called “political crimes.” In a context of strong opposition from sectors of civil society to the dictatorial regime, numerous women were indicted and tried by this justice system, which was predominantly male both in its institutional body and among those who were judged. Simultaneously, lawyers, both men and women, dedicated themselves to defending the accused civilians. In their efforts to defend their clients, legal professionals had to navigate extreme situations that went beyond conventional legal practices. While the factor of gender emerged as a fundamental aspect in the experiences of female lawyers and defendants due to the violence they endured, ideals of femininity sometimes appeared as potential openings for a group of women. In this regard, the intersection of Military Justice procedural sources with testimonies from female lawyers and defendants allows us to reinterpret the experiences of these groups, expanding the notions of activism and political engagement that are prevalent in the historiography of the period. Here, the perspective of Social History illuminates important nuances of these feminine experiences, including how defendants and lawyers employed various strategies in crafting their defenses, often appropriating the prevailing moral and social gender grammar of the dictatorship and transforming it into a tool for self-preservation within the judicial and repressive arenas.

## **Keywords**

Military Dictatorship; Gender Relations; Military Justice; Morality; Women's History



## **Lista de siglas e abreviaturas**

**AI** - Ato Institucional.

**AEL** - Arquivo Edgard Leuenroth

**ALN** - Ação Libertadora Nacional

**AP** - Ação Popular

**APML** - Ação Popular Marxista-Leninista

**BNM** - Brasil: Nunca Mais

**CJM** - Circunscrição Judiciária Militar

**CNV** - Comissão Nacional da Verdade

**CPJ** - Conselho Permanente de Justiça

**CPPM** - Código de Processo Penal Militar

**DOPS** - Departamento de Ordem Política e Social

**DOI-CODI** - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

**DSN** - Doutrina da Segurança Nacional

**IPM** - Inquérito Policial Militar

**JMU** - Justiça Militar da União

**LSN** - Lei de Segurança Nacional

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**OBAN** - Operação Bandeirante

**MPM** - Ministério Público Militar

**MR-8** - Movimento Revolucionário 8 de outubro

**PCB** - Partido Comunista Brasileiro

**POLOP** - Organização Revolucionária Marxista Política Operária

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**SNI** - Sistema Nacional de Informação

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**STM** - Superior Tribunal Militar

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**VAR-Palmares** - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

**VPR** - Vanguarda Popular Revolucionária

*Enquanto houver estrada  
Eu sigo  
E sinto a terra  
E visto audácia  
E sorvo a amargura  
Do povo  
Por meus pés*

*E quando minha terra  
Se desnudar  
Não vou segui-la*

*Meu coração  
Pela conquista chama  
E do perigo não fujo  
Pra continuar lutando*

Poema de 30 de agosto de 1974.  
Mércia Albuquerque, advogada  
de presos políticos.

# Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução</b>   | <b>12</b>  |
| <b>Capítulo 1- Justiça Militar, normatividade e experiências femininas no autoritarismo</b>                 | <b>29</b>  |
| 1.1- Justiça Militar e Ditadura Militar: substantivos femininos abstratos                                   | 35         |
| 1.2- As rés e a moralidade normativa  | 50         |
| <b>Capítulo 2- O caminho da ação penal: simulações de gênero</b>  | <b>66</b>  |
| 2.1- Do inquérito: “Senhora daquela idade, com aquela formação moral”                                       | 69         |
| 2.2 Da ação penal: “Moça portadora de excelentes dotes morais”  | 93         |
| <b>Capítulo 3- Nos bastidores processuais: advogadas políticas nos labirintos da legalidade autoritária</b> | <b>111</b> |
| 3.1- Perfil, cotidiano, estigmatização  | 116        |
| 3.2- Relações familiares, rés e advogadas   | 134        |
| 3.3- Estratégias subterrâneas e a “advocacia-arte”  | 143        |
| <b>Considerações finais</b>   | <b>161</b> |
| <b>Referências bibliográficas</b>   | <b>165</b> |

## Introdução

Quando Diva Maria de Faria Burnier entrou na sala de sessões da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), localizada em São Paulo, no dia 25 de maio de 1971, estava prestes a completar 25 anos de idade. Acompanhada de seu advogado, Dr. Paulo Ruy de Godoy, a jovem, natural de Campinas, foi prestar depoimento referente ao processo que respondia na Justiça Militar — também chamada de Justiça Castrense — desde junho de 1970. Nesta ação penal, Burnier era acusada de ter dado suporte à Aliança Libertadora Nacional (ALN), escondendo uma mala de relógios e joias expropriadas de uma relojoaria, obtida por meio de ação executada pela organização revolucionária. Em virtude de seu envolvimento nesta atividade, a ré foi incurso nos artigos 23<sup>1</sup> e 25<sup>2</sup> do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, conhecido como uma das Leis de Segurança Nacional do regime ditatorial. A pena para esse tipo de crime poderia chegar até à prisão perpétua.

Antes de chegar na auditoria, Diva já havia passado meses em prisão preventiva na ala feminina do Presídio Tiradentes, conhecida como a Torre das Donzelas, localizada na cidade de São Paulo. Ali, a jovem dividia a cela com outras presas políticas que, assim como ela, esperavam por um julgamento na Justiça Militar. Embora se tratasse de um espaço de cárcere, estar naquele ambiente ainda significava alguma segurança para as opositoras da ditadura aguardarem o desfecho dos inquéritos ou processos que respondiam: aquelas que se encontravam detidas em instituições como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI), a Operação Bandeirante (OBAN) ou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) eram mais suscetíveis a serem torturadas. Ainda assim, não era incomum que as autoridades do presídio recebessem ordens da Justiça Militar e das demais

---

<sup>1</sup> Art. 23. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo: Pena: reclusão, de 8 a 20 anos. BRASIL. *Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

<sup>2</sup> Art. 25. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena: reclusão, de 5 a 15 anos. *Parágrafo único*. Se, em virtude deles, a guerra sobrevém: Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo. BRASIL. *Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

instituições repressivas solicitando que as presas fossem levadas para estes órgãos a fim de prestarem depoimentos. Nessas ocasiões, as cenas de violência e tortura eram cotidianas.

Em 1971, quando foi ouvida pela primeira instância da Justiça Militar, Diva alegou que a acusação que enfrentava não era verdadeira, visto que não tinha nenhuma ligação com a ALN e que só tinha consigo a mala de joias por ter atendido ao pedido de Vinícius Caldevilla, também réu neste processo. De acordo com Burnier, Caldevilla estava de mudança e solicitou que ela ficasse temporariamente com alguns artigos seus. A ré teria aceitado de bom grado, deixando tais pertences na casa de seus pais, em Campinas. Apenas quando foi presa, em 1970, Diva teria descoberto o conteúdo guardado na mala.<sup>3</sup> Cinco anos depois de prestar tal declaração perante a 2ª Auditoria da 2ª CJM, Burnier foi inocentada nesta ação penal.<sup>4</sup>

Assim como Diva Maria de Faria Burnier, muitas outras mulheres passaram pela Justiça Militar durante o período do autoritarismo. Desta maneira, a presente pesquisa analisará as experiências femininas das rés e advogadas no contexto da Ditadura Militar nesta instituição jurídica. Buscando identificar como o Foro Castrense produzia e reproduzia uma política de regulação moral em relação às mulheres, abordaremos o perfil das figuras femininas que passaram por esta instituição, assim como as trajetórias políticas e profissionais destes sujeitos. Através do cruzamento de fontes, identificaremos como o caminho repressivo atravessado por este grupo foi profundamente marcado por uma perspectiva genderizada, inclusive no que tange às estratégias de defesa das rés, que como será visto, muitas vezes se relacionavam com o padrão de costumes e moralidade de gênero preconizados pelo regime autoritário. O recorte temporal abrangerá o período de 1965, ano em que o Foro Castrense passou a julgar oficialmente civis acusados de crimes políticos, até 1979, quando a promulgação da Lei nº 6.683/79, conhecida como a Lei de Anistia, marcou a anulação de muitos destes processos nos tribunais militares.

---

<sup>3</sup> BNM 100, fl. 5871.

<sup>4</sup> BNM 100, fl. 7965.

Durante a Ditadura Militar<sup>5</sup> (1964-1985), a Justiça Militar compunha uma parte importante da cadeia autoritária do regime. Até o golpe civil-militar de 1964, as atribuições desse ramo do Poder Judiciário giravam em torno dos processos e julgamentos de integrantes das Forças Armadas denunciados por crimes militares e de civis indiciados por delitos que atentassem contra a segurança externa do país ou às instituições militares. Entretanto, com a edição do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, esta instituição teve suas funções ampliadas, passando a abarcar o julgamento de crimes contra a segurança nacional.<sup>6</sup>

A Justiça Castrense, naquele contexto, passou a compor o campo jurídico das resoluções dos denominados crimes políticos durante o autoritarismo.<sup>7</sup> Acusados de crimes próprios da conjuntura “revolucionária”<sup>8</sup>, a maioria dos sujeitos que se tornaram réus nesta instituição durante o período ditatorial integraram a vasta rede de oposição ao regime vigente. Foi o caso de Diva Burnier. Eram estes, indivíduos que decidiram militar através de grupos revolucionários armados, como a ALN, ou até mesmo aqueles que se organizavam em associações de bairro, espaços religiosos, movimentos estudantis ou em sindicatos. Nestes diferentes contextos de sociabilidades, observou-se uma variedade de práticas de resistência.

As mulheres, mesmo em situações de desigualdade de gênero, tiveram ampla participação nestes processos. Sobre estas atuações femininas, é importante apontar para o contexto de intensificação dos ditames morais propagados pelo

---

<sup>5</sup> Embora não haja um consenso na historiografia acerca da terminologia para se referir ao regime e ao golpe, neste trabalho optei pela utilização do termo “golpe civil-militar” para me referir ao movimento que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Essa classificação está presente em “1964, A conquista do Estado”, de René Dreifuss, e aponta para a participação da sociedade civil no golpe. No que concerne ao regime autoritário instaurado em 1º de abril de 1964, utilizarei a expressão “Ditadura Militar”, pois apesar de considerar o fundamental apoio das empresas ao regime, esse aspecto não será o foco da minha análise. Esta terminologia é orientada, sobretudo, por Carlos Fico e seu “O golpe de 1964: Momentos decisivos”. Ver: FICO, Carlos. O golpe de 1964. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014. DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>6</sup> Para além da suspensão de diversas garantias constitucionais, o AI 2 foi responsável por extinguir partidos políticos, instaurando o sistema de bipartidarismo. No campo jurídico, ele aumentou o número de ministros no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal Militar. Ver mais em: ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm) > Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>7</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 51-73, 13 mar. 2017.

<sup>8</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História) - PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011, p. 97.

regime, visto que este impactou fortemente as experiências de mulheres durante o período autoritário. A historiografia demonstra que o golpe civil-militar de 1964 contou com o expressivo apoio de entidades civis, insufladas por uma agenda moral associada com a propagação de um ideário anticomunista. Estas atividades eram fomentadas por diversas entidades, tais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)<sup>9</sup>.

Em um contexto de Guerra Fria, grupos de brasileiros viam na implementação de um governo militar uma forma de preservar e restaurar os “valores” morais nacionais, além da possibilidade de eliminar uma suposta ameaça comunista que estaria em curso. Este conjunto de valores moralizantes, que já ecoava fortemente entre diferentes grupos da sociedade civil antes mesmo de 1964, se fortaleceu finalmente como política governamental após o golpe.

Pesquisadores como Benjamin Cowan<sup>10</sup>, Renan Quinalha<sup>11</sup>, e Lucas Pedretti<sup>12</sup> apontam que ditadura não teria se limitado a perseguir indivíduos que se colocavam abertamente contra sua vigência, como os grupos de comunistas e socialistas. A vida privada, o cotidiano e as questões comportamentais também eram razão de Estado que, mobilizando uma ampla rede de informação e repressão, buscava vigiar e reprimir aqueles que não estivessem em consonância com determinada gramática social. Exemplos destes são os grupos de homossexuais, travestis e, até mesmo, a juventude negra periférica que frequentava em seu tempo de lazer aos “bailes suburbanos”. Paralelamente, as mulheres que apresentavam traços desviantes de um ideal feminino, também

---

<sup>9</sup> Tanto o IBAD quanto o IPES exerceram influência significativa na política brasileira antes e após o golpe civil-militar de 1964. Por meio de uma ampla campanha com diversas frentes de atuação, essas organizações buscaram criar um ambiente favorável ao golpe, visando conter as reformas nacionalistas e desestabilizar as esquerdas brasileiras, que representavam uma ameaça para as elites econômicas e os interesses norte-americanos no contexto da Guerra Fria. Promovendo seus interesses na opinião pública, conseguiram apoio de vários grupos, incluindo o movimento sindical, a Igreja Católica, a Imprensa, o Movimento Estudantil, as Forças Armadas, as classes médias e outros. Ver mais em: STARLING, Heloisa. Golpe militar de 1964. Brasil Doc. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 1 de julho de 2024 e DREYFUSS, Rene Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, capítulo VII.

<sup>10</sup> COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

<sup>11</sup> QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>12</sup> PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. São Paulo: Arquivo Nacional, 2022.

foram alvo de determinadas políticas de moralização da sociedade brasileira, como será visto.

Esse acentuamento da vigilância em torno das questões comportamentais teve como especificidade<sup>13</sup> no período da ditadura a conjugação das questões morais com a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) — corpo doutrinário do regime e que se consolidou enquanto modelo de diretrizes presente também em outras ditaduras latino-americanas<sup>14</sup>. A partir de 1964 a narrativa moralizadora teve como característica sua interpelação com as concepções da DSN, que rejeitava a ideia da divisão da sociedade em classes, uma vez que esta seria conflituosa com a concepção de unidade política. Em síntese, qualquer compreensão que apontasse para antagonismos sociais era identificada enquanto nociva aos interesses da nação e, logo, deveria ser combatida. A respeito deste tema, o historiador Enrique Padrós ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional mobilizou a ideia do *inimigo interno*. Segundo o autor, este sujeito estaria associado ao comunismo, barbárie, subversão e terrorismo, representando uma ameaça à unidade nacional à medida que não compartilharia dos valores morais e cívicos propostos pelo Estado.<sup>15</sup>

No que diz respeito a presente pesquisa, é importante apontar que, no esforço de intensificação dos ditames morais, o controle da normatividade de gênero recebeu grande atenção. Ideais de masculinidade e feminilidade foram reforçados, tornando-se espécies de espelhos do novo projeto da “nação harmônica”. No que concerne às figuras femininas, o regime ditatorial buscou preconizar uma posição já existente de domesticidade destes sujeitos por meio de políticas específicas e veículos de comunicação. Nesse sentido, a ideia da mulher que materna, assume os cuidados familiares e é uma esposa devota a seu marido eram associados a comportamentos morais desejáveis para as cidadãs. Em contraste, comportamentos de mulheres que não se alinhavam a essa norma social

---

<sup>13</sup> A ocupação da moralidade por parte do Estado não teve início com este regime autoritário, remontando a períodos anteriores, contudo, há um teor específico da agenda moral durante o período ditatorial. No que concerne ao Brasil republicano, diferentes governos foram marcados pelo intento de moralização da sociedade, sendo as maiores expressões dessa agenda, Jânio Quadros e Getúlio Vargas. Ver exemplo em: Alcir Lenharo. “*A pátria como família*”. Capítulo 1. In: A sacralização da política, p.19- 52.

<sup>14</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América latina. Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>15</sup> Idem.



eram considerados condenáveis e, frequentemente, vistos como subversivos.<sup>16</sup> É o caso de Dilma Rousseff, militante da VAR-Palmares que, como veremos mais adiante, foi processada pela Justiça Militar no ano de 1970. Na ação judicial que respondia, Rousseff foi descrita nos autos como “Joana D’arc da subversão”, sendo caracterizada como terrorista e fria diversas vezes neste documento.<sup>17</sup>

A estruturação e o fortalecimento da imagem feminina vinculada ao ambiente doméstico se refletiram em diversas camadas da burocracia estatal. Paralelamente, aquelas que se opunham abertamente à ditadura eram estigmatizadas e rotuladas pelo regime e por parte da sociedade civil e veículos de informação como “terroristas”, “putas” e “subversivas”. Muitas vezes, essas figuras femininas eram alvo de deslegitimação, suas ações e convicções políticas eram interpretadas pela repressão como uma tentativa de chamar a atenção dos homens ou de seguir as ordens de seus companheiros. A historiadora Ana Colling observa que, para a ditadura, tais figuras eram consideradas duplamente inimigas do Estado, já que, além de se oporem ao regime, essas mulheres desviavam da norma de gênero preconizada pela Ditadura Militar.<sup>18</sup>

Se nas últimas décadas a historiografia tem se aprofundado cada vez mais na análise das relações de gênero e das experiências femininas, as interpretações acerca do período ditatorial brasileiro também estiveram na esteira dessas transformações. Observou-se a ampliação das narrativas sobre o autoritarismo, que muitas vezes reproduzia uma visão estadocêntrica ou que privilegiava a temática da luta armada. São exemplos destes novos esforços as investigações que tematizam o universo das práticas e experiências femininas em sua diversidade e em diferentes contextos, tais como no exílio<sup>19</sup>, no trabalho<sup>20</sup>, no movimento

---

<sup>16</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>17</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação 3899, Volume 1, Apenso 1, 1971 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1971, p. 47.

<sup>18</sup> Tal perspectiva se torna ainda mais evidente nos depoimentos das vítimas torturadas por agentes do Estado. Parte destes relatos, presentes no capítulo 10 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, vem demonstrando que as práticas de violências físicas e psicológicas se vincularam intimamente às relações sexuais e de gênero, atravessadas também por uma perspectiva moralizante destes marcadores sociais.

<sup>19</sup> PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 5 out. 2017.

<sup>20</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. "A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984)". *L'Ordinaire des Amériques*, [S.l.], n. 222, 2017.

estudantil<sup>21</sup>, na luta armada<sup>22</sup>, nos presídios<sup>23</sup>, nas instituições de repressão e tortura<sup>24</sup>, na luta pela anistia e, até mesmo, nos movimentos de apoio ao regime autoritário.<sup>25</sup>

Estas novas perspectivas sobre o período estão ligadas não apenas a um movimento mais amplo de fortalecimento do campo da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, mas também à ampliação dos relatos das ex-presas políticas como fontes de pesquisa: o contexto de intensificação da criação de leis referentes a acervos documentais acerca do período ditatorial foi fundamental para a produção de novas perguntas sobre o período em uma perspectiva de gênero.<sup>26</sup>

É exemplo deste movimento a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada com a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, por parte do governo de Dilma Rousseff. Este órgão, que tinha como objetivo esclarecer as graves violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988, impactou fortemente a produção das narrativas genderizadas acerca da ditadura. A elaboração de um relatório final produzido pela comissão suscitou a urgência de repensar as vítimas do regime para além dos intelectuais, estudantes e daqueles que integraram a luta armada. Nesse contexto permeado por disputas de memória, a atuação dos diversos movimentos sociais foi fundamental, pois pressionaram pela inclusão no relatório final as violações cometidas contra camponeses, homossexuais, povos indígenas, trabalhadores urbanos e mulheres.<sup>27</sup>

---

<sup>21</sup> FERREIRA, Bruna. As mulheres foram à luta: a militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira. *Temporalidades*, v. 14, n. 2, 2023. Edição 38 - *Temporalidades*. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/41386>. Acesso em: 1 ago. 2024.

<sup>22</sup> RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>23</sup> NOREK, Ayssa Yamaguti. *Uma estação no círculo do inferno: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2020.

<sup>24</sup> MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos. 2010.

<sup>25</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>26</sup> A transferência de parte da documentação gerada por órgãos extintos do regime ditatorial para o Arquivo Nacional, em novembro de 2005, e a criação do Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, em 2009, foram fundamentais ao reunir um extenso acervo sobre o período que, até então, era inacessível. Tais iniciativas foram ampliadas pela Lei de Acesso à Informação (n. 12.527), sancionada pela então Presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2011, que assegurou aos cidadãos o direito de acessar informações públicas. Ver mais em: JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

<sup>27</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

No que tange especificamente à dimensão de gênero na CNV, o espaço desta comissão foi reconhecido por diversas vítimas do regime como um local de denúncia e reconhecimento de violações que haviam sido por décadas silenciadas.<sup>28</sup> Os depoimentos dados por homens e mulheres elucidam que as violências físicas e psicológicas praticadas pelos órgãos de repressão se vincularam fortemente às relações de gênero. Tratando-se de práticas sistemáticas, esta temática chegou a ser objeto de um dos capítulos do relatório final da comissão, intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”.<sup>29</sup> Dentre os inúmeros aspectos percorridos neste documento, destaca-se que a violência sexual foi utilizada enquanto tortura e instrumento de poder e dominação, direcionada inclusive a presos políticos homens com o objetivo de “feminiliza-los”.<sup>30</sup> Nos depoimentos das mulheres a este órgão, se observou que os agentes da repressão se valeram também da própria materialidade dos corpos femininos: a maternidade, o aleitamento, o puerpério e a menstruação se tornaram meios eficientes de violência empreendidos pelos torturadores.<sup>31</sup>

O relato de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, presa em São Paulo em 1972, na época grávida de 7 meses, elucida as especificidades da tortura direcionada às mulheres. A militante denunciou à CNV como o nascimento de seu filho foi utilizado como meio de torturá-la:

Aí quando rompeu a bolsa, as baratas se assanharam, porque ficava escorrendo líquido amniótico então elas vinham voando, andando, era muita. Mas era muita barata. E bem, aí eu falei, eu preciso ir para o hospital porque o meu filho vai nascer. Isso era mais ou menos umas 10, 11 horas da noite do dia 11 de fevereiro. Aí às cinco horas da manhã do dia 12 chegou um médico e disse que ia me examinar. Aí eu disse, aqui não. Porque aqui não tem condições de ser examinada. Se o senhor tentar me examinar eu vou denunciá-lo como violência sexual. Não sei para quem, mas... Porque até então eu estava incomunicável.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; OLIVEIRA, Núcia A. S. de. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, v. 23, n. 3, p. 861-866, dez. 2015.

<sup>29</sup> O Capítulo 10 do Segundo Volume do Relatório, intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” foi fruto dos esforços de um Grupo de Trabalho de gênero associado aos depoimentos das vítimas da Ditadura Militar. Ver em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/oriasreveladas.gov.br>.

<sup>30</sup> BRASIL. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescente. In: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Audiência pública realizada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva” em 21 de março de 2013.

Depois de mais de 24 horas com a bolsa rompida, Crimeia foi levada ao hospital, onde o parto continuou a refletir a tortura que havia sofrido na prisão.

Mas não me mostraram meu filho. E aí foram fazer a sutura daquele corte que eles fazem na vagina e fizeram sem anestesia. E mais tarde eu descobri que fizeram com fio que não é o comum, porque o fio comum é um fio mais fino, absorvível. Eles fizeram com um fio cromado e bem grosso. Então, eu andava e sentia como se eu tivesse alfinetes dentro da vagina. E quando ele começou a fazer essa sutura sem anestesia, eu senti muita dor, comecei a sentir tremores e o anestesista falou assim, ela vai chocar. Aí o psiquiatra falou assim, então vamos fazer uma dolantina nela – dolantina é morfina sintética porque o desgraçado do obstetra não queria fazer anestesia local. E eu falei assim: “não vou tomar isso”. Porque eu não queria perder a minha consciência.<sup>33</sup>

O depoimento de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, presa em São Paulo durante a ditadura, ilustra as particularidades da tortura direcionada às mulheres, evidenciando como o nascimento de seu filho e os momentos posteriores foram usados como uma forma de tortura. A dialética entre a publicização destas memórias e o crescimento de estudos sobre o período, evidencia que a burocracia estatal, desde suas redes de vigilância até os centros de tortura, foi profundamente influenciada pelas questões de gênero e as demais relações de poder. Estas lacunas historiográficas, exploradas cada vez mais, vêm rompendo gradualmente com a visão de que a Ditadura Militar teria sido liberal nos costumes.<sup>34</sup>

É interessante perceber ainda que a memória destes sujeitos versa sobre importantes nuances próprias de suas experiências e práticas dentro das instituições repressivas. Na busca pela sobrevivência, estas figuras femininas muitas vezes recorreram a diferentes estratégias e improvisos. A militante comunista Áurea Moretti destacou a significativa dimensão da encenação da dor como uma forma de resistência. Segundo ela, “uma vez quando um deles começou a me bater, eu menstruei, ele pensou que fosse hemorragia, e eu fingi que desmaiei”.<sup>35</sup> Tal encenação, teria sido crucial para que naquele momento tivesse uma trégua na sessão de tortura. Já Zilda Xavier Pereira, importante quadro da ALN, que teve seus dois filhos, Alex e Iuri, assassinados pelo regime, também usou a simulação como estratégia de proteção: após uma longa sessão de tortura, a

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> QUINALHA, op. cit.

<sup>35</sup> SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr (Org.) *A coragem da Inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. Brasília: DF: ABAP, 2014, p. 65.

militante fingiu ter perdido a sanidade e foi transferida para o Instituto Philippe Pinel, de onde conseguiu escapar posteriormente.<sup>36</sup>

Ainda sobre estas práticas cotidianas de sobrevivência, a militante Maria Amélia de Almeida Teles relembrou que o conhecimento entre presas políticas sobre a repulsa da menstruação por parte de agentes da repressão foi fundamental para que as militantes tentassem evitar serem estupradas. Segundo Teles,

No DOI-Codi/SP, em janeiro de 1973, havia uma conversa entre as mulheres ali encarceradas de que os torturadores não gostavam de estuprar mulheres menstruadas. Então, guardávamos um absorvente usado e que estava sujo de sangue e o colocávamos rapidamente dentro da calcinha quando éramos levadas para os interrogatórios, que na realidade eram sessões de tortura. É interessante lembrar que uma pesquisadora do Chile disse que as presas políticas chilenas também usaram desse mesmo expediente.<sup>37</sup>

Paralelamente, se temáticas como a tortura e as experiências prisionais de mulheres vêm sendo cada vez mais exploradas, a análise da Justiça Militar, elemento que tangencia esses universos, ainda permanece escassas nas produções historiográficas com enfoque de gênero sobre o período. Uma vez que o Foro Castrense desempenhou um papel crucial na repressão do regime, entender suas práticas e decisões através da perspectiva de gênero é fundamental por revelar como as desigualdades entre homens e mulheres foram vivenciadas e perpetuadas dentro do sistema jurídico.

Quando Maria Joana Teles Cubas, integrante do grupo revolucionário VAR-Palmares, na época com 45 anos, se tornou ré na Justiça Militar, foi descrita da seguinte forma no processo que respondia:

É apresentada nestes autos, quer por aqueles que têm interesse em sua proteção, quer por seu próprio defensor como uma ‘coitadinha’ que nada sabia e foi inocente total. [...] Inaceitável por totalmente verossímil [...] foi amante de João Ruaro [...] sua assertiva de ignorância dos fatos é infantil. Está claro ser colaboradora, talvez só para agradar o filho e ao amante. A colaboração está evidente”<sup>38</sup>.

No mesmo processo, outra denunciada é citada. Nesta menção sobre a ré Ana Maria Godwin Fonkert, é dito que haveria “fortes indícios de que teria concorrido para a prática do delito, embora possa ter agido inocentemente, apenas

---

<sup>36</sup> RIBEIRO, op.cit. p. 522.

<sup>37</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017, p. 223.

<sup>38</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação 3899, Volume 1, Apenso 1, 1971 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1971, p. 49.

levada pelo afeto que sente pelo namorado, sem intenções políticas”<sup>39</sup>. Aqui, observa-se tanto a dimensão de que a ré Maria Joana teria tentado parecer inocente, tendo seu próprio advogado endossado um suposto discurso de “coitadinha”, como também, a afirmação de que esta teria agido para agradar aos homens. O mesmo discurso produzido pela repressão está presente ao tratar-se da segunda ré, indicando que para a Justiça Militar as rés seriam motivadas a estarem na luta armada pela tentativa de agradar homens que a cercavam, despolitizando, assim, suas atuações políticas. Na perspectiva dos agentes do Foro Militar, apenas os homens seriam providos de intenção política e possuíam um propósito maior. O enfrentamento desta lacuna investigativa nos permite identificar os modos pelos quais os caminhos jurídicos se construíram na Justiça Militar durante o autoritarismo: tanto como os estereótipos e normas de gênero influenciaram na forma como as mulheres foram processadas e julgadas, quanto como a própria compreensão da experiência dos sujeitos dentro destas instituições.

A fim de demonstrar a influência dos marcadores sociais, como raça, classe e gênero nos sistemas de justiça, tomemos como exemplo o assassinato de Ângela Diniz, ocorrido no ano de 1976, em plena Ditadura Militar. A ação, tramitada na Justiça Comum, teve início quando a socialite mineira de 32 anos foi morta a tiros por seu então companheiro, Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como “Doca Street”, 42 anos. O casal pertencia a uma elite econômica e ambos eram jovens brancos. O caso se tratou de uma evidente demonstração de que a justiça não é isenta da reprodução das desigualdades de gênero, embora muitas vezes se pretenda imparcial.

Na ocasião, a defesa de Doca Street apelou para a gramática social de gênero ao conclamar a ideia de “legítima defesa da honra”, ou seja, de que Ângela teria, através de um comportamento promíscuo, atentado à honra de seu companheiro. Como sentença, Doca teve uma pena considerada demasiadamente branda para o crime de assassinato e chegou, inclusive, a ganhar apoiadores que esperavam por sua absolvição. Ali, tanto os defensores como os promotores, o júri popular, os veículos de comunicação e a própria sociedade civil, que acompanhavam o resultado do pleito, foram atores fundamentais da cena judicial que, de maneira figurada, acabou por julgar a vítima que havia sido morta.

---

<sup>39</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação 3899, Volume 1, Apenso 1, 1971 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1971, p. 95.

Este episódio, que teve grande repercussão midiática na época, revela como as categorias sociais de gênero, raça e classe influenciam o sistema jurídico e suas decisões, com implicações visíveis na jurisprudência e na forma como as vítimas e os denunciados são tratados. Ações judiciais como esta, demonstram como os processos, inquéritos e demais documentações do mundo judicial se apresentam como possibilidades de pesquisa histórica. Através destes, é possível analisar não apenas os discursos de dominação, as redes de poder e as hierarquias, como também refletir acerca das múltiplas formas de agenciamentos e as maneiras pelas quais determinados indivíduos se relacionam com os discursos normativos sociais, negociando, transgredindo e, até mesmo, se apropriando destes, como é o caso de Doca Street, que teve sua defesa marcada pela performance de um homem que havia sido traído e obrigado a defender sua própria honra.

A historiografia vem demonstrando como tais padrões construídos histórica e socialmente são fundamentais na experiência dos sujeitos, se fazendo presentes no universo jurídico.<sup>40</sup> Afinal, longe de ser uma entidade apartada, as esferas judiciais estão a todo tempo se retroalimentando das práticas sociais, inclusive, no que tangem a suas ambivalências, já que não se tratam de instituições monolíticas e desprovidas de conflitos. Nesse sentido, as categorias sociais atravessam os julgamentos de formas variadas. Uma destas maneiras é através da própria jurisprudência, ou seja, dos aparatos jurídicos, entre acórdãos, sentenças e decisões prévias que embasam os argumentos jurídicos.

É através desta relação do universo jurídico com os papéis sociais que muitos sujeitos também conseguem se movimentar dentro deste campo. As produções da História Social evidenciam que é possível pensar na agência de grupos considerados “nas margens”, inclusive em cenários de disparidades de poder. Trata-se de uma forma de interpretar a história para além dos discursos estruturalistas, que muitas vezes cristalizam os indivíduos em uma narrativa imóvel, desprovidos de possibilidades de práticas e agenciamentos.

Sobre este aspecto, o historiador inglês Edward P. Thompson, é um dos principais referenciais teóricos que norteiam esta dimensão da presente pesquisa.

---

<sup>40</sup> São exemplos destas produções: CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr/Fapesp, 2011; Espada, Henrique; Popinigis, Fabiane. *Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s*. *International Review of Social History*, 62(S25), December 2017; Silva, Fernando Teixeira. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: Cláudio M. Batalha, Fernando T. da Silva e Alexandre Fortes (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, Unicamp, 2004.

É marca em seus trabalhos destacar a agência das classes populares, apontando para as dimensões das práticas de atuação dos indivíduos que muitas vezes são negligenciadas pela historiografia hegemônica. Estas investigações, voltadas às experiências das pessoas comuns, foram empreendidas por Thompson de modo a se aprofundar nos universos culturais destes diversos sujeitos. O historiador faz uso do conceito de *experiência*<sup>41</sup> para discorrer acerca dos universos culturais, sendo este último entendido como um campo de disputa permeado de influxos de interesses.

As produções de Thompson também versam sobre os sistemas de justiça, aspecto fundamental na presente pesquisa. A partir de uma análise acerca dos tribunais na Inglaterra do século XVIII, o historiador argumenta que as práticas judiciais e as noções de justiça da época não devem ser compreendidas apenas a partir das elites ou das normas formais. Em vez disso, seria importante observar a influência das classes populares, cujas formas de resistência e adaptação moldaram e reconfiguraram o sistema judicial. Tal interação entre as classes populares e os sistemas legais revelaria uma dinâmica multifacetada que vai além das interpretações convencionais do mundo jurídico na historiografia.<sup>42</sup> Desta maneira, a abordagem de Thompson não apenas ilumina o contexto temporal circunscrito à Inglaterra oitocentista, mas também estimula uma reflexão mais ampla sobre a maneira como as práticas de justiça se transformam a partir da atuação dos sujeitos, inclusive, aqueles dos “segmentos comuns”. Essa perspectiva, portanto, é basilar para pensar outras temporalidades, inclusive, o da presente pesquisa.

A partir da perspectiva da História Social e também preocupada com a dimensão das experiências femininas, a historiadora Maria Claudia Badan Ribeiro, em seu livro intitulado *Mulheres na Luta Armada: Protagonismo feminino na ALN*, chama atenção para o conceito de *redes invisíveis de atuação*. Ao mapear trajetórias de mulheres na Aliança Libertadora Nacional, Ribeiro identifica que a subestimação relegada a estes sujeitos durante o regime vigente possibilitou que diversas figuras femininas agissem no enfrentamento da Ditadura Militar a partir de uma gramática social de gênero. Assim, mulheres compuseram

---

<sup>41</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>42</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.



uma rede invisível de atuação onde o silêncio, a encenação e a invisibilidade se tornaram um importante subterfúgio político.

Tais perspectivas pautadas nas práticas e agenciamentos de homens e mulheres dentro de seus próprios espaços cotidianos apontam para a importância de análises historiográficas que considerem dinâmicas para além das condições estruturais das sociedades. Isto porque, a história humana é realizada por sujeitos que agem de diferentes formas dentro de suas próprias realidades, seja através do imprevisto, das organizações coletivas ou da busca por brechas e fissuras. Assim, a presente pesquisa busca refletir não apenas sobre a dimensão estrutural da ditadura, que se expressa, também, por meio de seu aparato institucional, como a Justiça Militar, e sua agenda moralizante, mas também a maneira pela qual determinadas normas são estrategicamente incorporadas, re-significadas e intencionadas pelos próprios sujeitos.

Pensando na dimensão da experiência das figuras femininas da presente pesquisa, é possível refletir que, apesar de existirem especificidades institucionais e temporais na Justiça Militar durante o período aqui abordado, a atuação de advogados, réus, promotores e os demais atores também dialogam com fatos externos às leis. Assim, perceberemos que as mulheres que se tornaram réas e que advogaram no Foro Castrense buscaram negociar, mediar e disputar seus próprios interesses dentro das dinâmicas daquela instituição. Esta afirmativa, contudo, não significa eclipsar a dimensão inegável da violência que estas figuras estavam submetidas. Se a Ditadura Militar possuía como prática sistemática a tortura, o desaparecimento e o assassinato daqueles considerados seus opositores, a agência feminina partiu, muitas vezes, justamente da necessidade de sobrevivência e resguardo destes sujeitos.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram utilizadas fontes documentais de duas naturezas: escritas e orais. No que se refere às fontes escritas, foram analisados processos da Justiça Militar disponíveis digitalmente nos sites do Brasil: Nunca Mais (BNM) e na base de dados da Memória da Justiça Militar da União, Arquimedes. Este primeiro possui um acervo composto por 707 processos judiciais que tramitaram no Superior Tribunal Militar, segunda instância da Justiça Militar, entre agosto de 1979 e março de 1985. Suas mais de 850 mil páginas foram microfilmadas sigilosamente durante cinco anos a partir da iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo junto a

um grupo de advogados de presos políticos.<sup>43</sup> Ao ser divulgado, chegando inclusive a ter uma versão em forma de livro e se tornando um dos manuscritos mais vendidos do país, o BNM “colocou o dedo na ferida” em relação à Justiça Militar e às graves violações de Direitos Humanos durante o regime. Atualmente, esta documentação se encontra fisicamente no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade Estadual de Campinas.

No que concerne ao arquivo da Justiça Militar da União, a plataforma Arquimedes, lançada em 2015, tem como objetivo a difusão online da memória desta instituição. Se tratando de um arquivo de natureza institucional, seu acervo é composto por documentos de todas as instâncias da Justiça Militar e, apesar de nem todos estarem digitalizados, é possível solicitar via formulário eletrônico aqueles que não se encontram disponíveis no formato online. Para esta pesquisa, a utilização desta base de dados foi importante por se apresentar como uma possibilidade de ampliação de fontes, já que contempla processos que tramitaram na Justiça Militar além daqueles disponíveis no BNM. Este acervo possui também Inquéritos Policiais Militares (IPMs) arquivados, ou seja, documentos de investigação criminal que posteriormente poderiam dar início a uma ação penal na Justiça Militar.

Estas documentações evidenciam os crimes as quais as rés foram indiciadas e denunciadas, além de elucidarem a forma que tais figuras foram representadas pela repressão. Perceberemos que, uma vez que tais fontes foram produzidas a partir da ótica dos órgãos de repressão, estas acabam por reproduzir um discurso hegemônico e institucional. Desta maneira, realizei uma leitura à contrapelo<sup>44</sup>, ou seja, analisei esses documentos a partir da perspectiva dos vencidos, com o objetivo de desnaturalizar as representações criadas por esses meios, onde as mulheres oscilam entre as categorias de amásias e seres manipuláveis.

Tais noções implicam em uma continuidade que silencia a agência destas mulheres enquanto sujeitos políticos, uma vez que seriam incapazes de racionalmente fazer escolhas. Os processos da Justiça Militar atuam como

---

<sup>43</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *BNMDigital*: Biblioteca Nacional de Manuscritos e Documentos. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

<sup>44</sup> BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito da História. In: LÖWY, Michael. *Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ferramentas reprodutoras de um discurso hegemônico. Por este motivo, torna-se necessária a análise desta tipologia documental, a fim de desnaturalizar a representação produzida por estes meios e que implica em uma continuidade que ofusca a agência das mulheres enquanto sujeitos que atuam politicamente. O trabalho pretende, desta forma, assumir uma narrativa que não mantenha a exclusão das mulheres do jogo do poder, ressaltando sua agência e enfrentando lacunas de uma historiografia predominantemente masculina, onde não apenas homens são protagonistas das narrativas, como suas práticas de agência e resistência são universalizadas.

Paralelamente, a análise desta tipologia documental produzida por entidades hegemônicas apresenta como grande vantagem suas entrelinhas. Refletindo sobre esta questão, a historiadora Mariana Joffily aponta que “[...] as fontes do aparelho repressivo têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que as produziram”<sup>45</sup>. Assim, é possível identificar, através dos processos da Justiça Militar, a mobilização dos discursos moralizantes do regime por parte desta entidade, a maneira que o Foro Castrense interpretou as atividades políticas dos indivíduos processados, além de refletir, em maior ou menor grau, as marcas das relações de gênero, raça e classe.

No que se refere às fontes orais, a pesquisa contará com depoimentos de mulheres que foram rés na Justiça Militar e de seus advogados. Estes depoimentos serão cruzados com as fontes escritas produzidas pelo aparelho repressivo. Aqui, os usos dos testemunhos através da metodologia da História Oral “reconstroem sentidos, resgatam experiências, realizam uma releitura do passado reapropriando-se dele, enquanto histórias públicas e privadas”<sup>46</sup>. Assim, refletirmos acerca das experiências femininas, bem como das estratégias utilizadas pela defesa das rés, buscando traçar parte de suas trajetórias e reconstruir o caminho jurídico e repressivo que levou essas figuras a se tornarem denunciadas pela Justiça Militar.

Ao refletir sobre as relações de gênero na Justiça Militar, uma instituição marcadamente masculina e intimamente vinculada ao regime autoritário, é imprescindível tensionar as fontes oficiais, mapeando lacunas e empreendendo

---

<sup>45</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*: Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: UduSP, 2013, p.23-24.

<sup>46</sup> RIBEIRO, op. cit, p.13.

uma leitura analítica que se atente às entrelinhas. Como visto, a documentação oficial muitas vezes não possibilita o acesso à determinadas intenções, como agenciamentos e práticas femininas que estrategicamente estiveram em consonância com aquilo que o Foro Castrense e sua visão moralizante de gênero postulava. Desta forma, os testemunhos permitem contrapor o discurso oficial, que aparece carregado de estereótipos, contemplando as vozes autobiográficas das mulheres. Sendo assim, os documentos produzidos pela ditadura disponíveis no *Brasil: Nunca Mais* e no *Arquimedes* e os depoimentos orais, quando cruzados, têm o potencial de complexificar e adensar trajetórias de diferentes sujeitos.

Por outro lado, é necessário refletir que estes depoimentos tratam de uma construção do passado e não de uma verdade factual, por isso se faz necessário um olhar crítico a esta memória oral, uma vez que as reflexões das experiências desses sujeitos são lidas e retiradas de seu tempo histórico<sup>47</sup>. Deve-se, portanto, levar em consideração que toda fonte oral carrega marcas de determinadas experiências e, sobretudo, visões específicas sobre o processo histórico.

Para tal, esta pesquisa se estrutura em três capítulos. No primeiro, será feita uma análise da Justiça Militar, focando em sua função e composição racial e de gênero, bem como sua relação com a agenda moralizante do regime, especialmente em termos de gênero e sexualidade. Discutiremos também os perfis dessas mulheres e o percurso repressivo que enfrentaram, considerando marcadores sociais como gênero, trabalho, regionalidade, raça, sexualidade e idade. Utilizando uma perspectiva de História Social, examinaremos como essas mulheres foram tratadas e representadas durante o processo e como interagiram com essas representações, incluindo a dimensão da violência que sofreram.

No segundo capítulo, analisaremos um Inquérito Policial Militar (IPM) e uma ação penal a fim de elucidar como as mulheres presentes nestes documentos eram caracterizadas. Também a partir destes, será refletido como estes sujeitos se apropriaram dos ideais de gênero promovidos por essa instituição, incorporando-os em suas estratégias de defesa. Pretende-se elucidar como a gramática social que acentuava as desigualdades de gênero foi, em alguns casos, usada como uma ferramenta de autopreservação em situações que poderiam ter consequências extremamente violentas para as militantes políticas.

---

<sup>47</sup> ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1. 235.

Por fim, o terceiro capítulo discutirá o papel das advogadas na Justiça Militar durante o período autoritário. Baseando-se em fontes testemunhais e na bibliografia existente sobre estes profissionais, o objetivo é ampliar a compreensão tradicional sobre a atuação dos advogados no Foro Castrense, que frequentemente negligencia a perspectiva de gênero. O texto examinará o perfil dos advogados, sua relação com o mercado de trabalho e com o contexto de exceção, além das estratégias jurídicas utilizadas. Focando nas advogadas, a pesquisa refletirá sobre as suas motivações pessoais, rotinas profissionais e como esses aspectos se entrelaçaram com suas vidas pessoais. Também serão analisadas as interações entre advogadas, réus, seus familiares e os trabalhadores da Justiça Militar.

## **Capítulo 1- Justiça Militar, normatividade e experiências femininas no autoritarismo**

Entre janeiro de 2011 e agosto de 2016 o Brasil teve como Presidenta da República Dilma Vana Rousseff. Sucedendo o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, e também filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma foi a primeira — e única — mulher a ocupar a cadeira presidencial na história do país. Nascida no ano de 1947, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, onde se formou em Economia, Rousseff construiu uma longa e intensa trajetória na política brasileira. No que se refere à dimensão institucional, a economista passou por diversos cargos públicos: de 1986 a 1988, foi secretária municipal da Fazenda na prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Alceu Collares (PDT); na década de 1990, durante os governos de Alceu Collares (PDT) e de Olívio Dutra (PT), foi Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Mais tarde, nos anos 2000, foi Ministra de Minas e Energia e, posteriormente Ministra-chefe da Casa Civil, ambas ocupações durante o governo Lula (PT). Em 2011, finalmente, Dilma alcançou o cargo de autoridade suprema do Estado brasileiro, sendo eleita novamente para um segundo mandato presidencial que deveria encerrar em 2015.

Rousseff, contudo, não pôde finalizar seu mandato, pois foi destituída do cargo. O *impeachment* que depôs a presidenta, em agosto de 2016, foi protagonizado por diversos atores, como o Parlamento, o Judiciário e a Mídia brasileira. A oficialização da queda de Dilma se deu em votação no Plenário do

Senado Federal: fundamentado na narrativa jurídica das “pedaladas fiscais”, interpretação feita em relação aos supostos crimes de responsabilidade fiscal contra as leis orçamentárias cometidos durante o governo petista, Rousseff teve seu mandato cassado, sendo sucedida pelo vice de sua chapa, Michel Temer. Este pleito chegou a ser transmitido pelas principais emissoras de televisão brasileiras, como a TV Globo, com plantões de jornalismo reproduzindo ao vivo as caricatas imagens onde centenas de políticos homens e brancos votavam pela destituição da líder do executivo enquanto repetiam entre gritos e gestos palavras de ordem atreladas à “moral, família, Deus e Brasil”.

Ainda que hoje este *impeachment* possa ser compreendido como um golpe político<sup>48</sup>, o processo contra Dilma Rousseff foi emblemático, sobretudo, no que tange às relações de gênero. Diferente de outros políticos brasileiros que também sofreram uma destituição, como o ex-presidente Fernando Collor, o caso da petista foi marcado por uma forte narrativa sexista. Comentários sobre a aparência e a vida sexual de Dilma estiveram presentes na ampla campanha travada por determinados setores da mídia que pretendiam enfraquecer seu mandato. Imagens feitas com fotos da presidenta estampavam muitos carros pelo país: os adesivos misóginos eram colados na entrada dos tanques de gasolina que, quando abastecidos, simulava-se com a bomba de gasolina uma penetração sexual em Rousseff. Estes julgamentos muitas vezes eram acompanhados de questionamentos sobre a capacidade de controle emocional, mental e intelectual da economista.<sup>49</sup>

Naquele contexto, voltaram a circular pelas redes sociais algumas imagens de Dilma Rousseff, no período da Ditadura Militar brasileira. No registro mais famoso, feito em novembro de 1970, Rousseff aparece, aos 22 anos de idade, prestando depoimento na sede da Primeira Auditoria Militar, no Rio de Janeiro.

---

<sup>48</sup> Embora na época o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha entendido a constitucionalidade do rito, na comunidade jurídica houve discussões sobre a forma como o processo foi realizado. A despeito do posicionamento do STF, Fábio Konder Comparato, Celso Antônio Bandeira de Mello e Dalmo Dallari são alguns dos muitos nomes de juristas que entendem pela inconstitucionalidade do procedimento adotado, classificando-o como golpe, uma vez que os crimes de responsabilidade imputados à Rousseff teriam sido utilizados como pretextos de setores que tinham outros interesses em sua cassação.

<sup>49</sup> MORITZ, M. L.; RITA, M. B.. “Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff”. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 43, n. 2, p. 203–223, maio 2020.



Maria Lima. “Fotos de Dilma na ditadura foram feitas pelo jornal ‘Última Hora’”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fotos-de-dilma-na-ditadura-foram-feitas-pelo-jornal-ultima-hora-3501608>. Acessado em: 1 ago. 2024.

Esta imagem, feita durante o período ditatorial, foi apropriada tanto por seus apoiadores como por aqueles que eram contrários a seu governo: para este primeiro grupo, o passado da presidenta na guerrilha era motivo de orgulho e simbolizava sua coragem na luta democrática, já na opinião de outros setores, sua atuação na luta contra a Ditadura Militar significava criminalidade e terrorismo.

Aqui, mais uma vez, a memória do regime ditatorial se mostrava em uma disputa que informava, mais do que o passado ditatorial em si, o próprio tempo presente.

A foto, que condensou tantas opiniões, foi “descoberta” em 2011 pelo jornalista Vladimir Sacchetta. Ao pesquisar no Fundo Última Hora, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Sacchetta tinha a intenção de encontrar documentações sobre Rubens Paiva, assassinado por agentes da repressão em 1971. Se deparar com fotografias da presidenta da República recém eleita foi uma surpresa.<sup>50</sup> Naquela ocasião, o pesquisador teria aberto uma pasta com o título "Justiça Militar", onde, na última página, estava a fotografia de Rousseff. Não constando o nome do fotógrafo que produziu a imagem, a única informação que guardava no verso da fotografia era o escrito: "1 Auditoria do Exército (Julgamento dos terroristas Celso Lungaretti, Carlos Franklin Paixão de Araújo e Dilma Rousseff Linhares). Na foto a estudante terrorista Dilma Rousseff Linhares quando era sumariada. UH \_ 18.11.70. 1\* Página".<sup>51</sup>

Além disso, existiam mais duas fotografias desta ocasião na mesma pasta encontrada por Sacchetta: uma de Carlos Araújo, com quem Rousseff era casada, e que, assim como ela, também estava preso, e uma última, onde apareciam Dilma, Carlos Araújo e Celso Lungaretti. Como apontado por escrito no verso do documento, os jovens estavam reunidos no que seria um julgamento. Na versão do pesquisador Ricardo Batista Amaral, que reproduziu a imagem na biografia que escreveu sobre a ex-presidenta, Dilma e seus companheiros estavam sendo indiciados no Inquérito Policial Militar da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), grupo armado do qual faziam parte.

Mesmo com esses indícios, ainda pairam muitas outras perguntas sobre o registro da ex-Presidenta. Embora o nome seja desconhecido, sabe-se que o autor da imagem trabalhava para o jornal *Última Hora*. Este periódico, criado em 1951 e vendido em 1971, por ter um posicionamento político mais progressista e se opor ao regime, sofreu intensas perseguições durante a Ditadura Militar. Uma vez que a imagem de Dilma e seus companheiros é feita em 1970, resta a incógnita de como o repórter de um periódico contrário ao regime teve acesso a Auditoria da

---

<sup>50</sup> Maria Lima. “Fotos de Dilma na ditadura foram feitas pelo jornal ‘Última Hora’”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fotos-de-dilma-na-ditadura-foram-feitas-pelo-jornal-ultima-hora-3501608>. Acessado em: 1 ago. 2024.

<sup>51</sup> Idem.



Justiça Militar e realizou este registro fotográfico. É possível presumir que o profissional não tenha se identificado como integrante do jornal a fim de conseguir entrar na instituição militar ou que, não fosse um jornalista do *Última Hora*, tendo apenas vendido a imagem para o periódico, prática recorrente no meio.

Sentada em uma cadeira de madeira, Dilma Rousseff aparece em primeiro plano com uma feição séria. Entre as mãos, segura o que aparenta ser um pedaço de papel. O ambiente é a sala da Auditoria Militar, onde tanto o mobiliário como o piso são majoritariamente compostos por madeira trabalhadas em diferentes técnicas, aspecto comum na época em instituições públicas das grandes capitais brasileiras. Rodeando Dilma, estão dois homens brancos fardados, sentados em uma espécie de tribuna que tem a dupla função de separá-los e de elevá-los em relação a ré: expressão da desigualdade hierárquica do próprio rito que está sendo cumprido. Se Rousseff aparece na fotografia com o rosto levantado, encarando aqueles que a julgarão, os auditores, por sua vez, têm suas identidades escondidas, mantendo seus rostos baixados e protegendo-os com as próprias mãos, que encobrem suas feições.

Ao circular nas redes sociais, a foto assumiu diversas interpretações: teriam os militares tampado seus rostos para proteger os olhos do incômodo flash da câmera? Ou na verdade, não estariam se escondendo, e sim, lendo papéis, o que justificaria a cabeça baixa? Apesar de improvável a positiva de tais questionamentos, o que se mantém do registro é a certeza de que Dilma Rousseff, uma jovem estudante, mesmo após ser torturada, mantinha a feição séria e a cabeça erguida diante daqueles que representavam o regime que a martirizou.

Interessante, ainda, que o jornalista Vladimir Sacchetta, ao se deparar com as imagens no arquivo, tratou de não as tornar públicas de imediato. Segundo o próprio, esse gesto se deu por temer a repercussão da divulgação da fotografia. Em suas palavras: “fiquei com elas guardadas com muita cautela, porque Dilma tinha acabado de ser eleita”<sup>52</sup>. Esse receio é significativo por demonstrar que a fotografia que revelava a atuação de Rousseff contra a ditadura poderia ser lida de forma negativa por parte da população, a ponto de enfraquecer seu mandato.

O temor de Sacchetta é melhor compreendido quando o associamos ao contexto político do momento de sua fala: no ano de 2011 o governo Dilma criou

---

<sup>52</sup> Idem.

através da Lei 12528/2011 a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo objetivo era de investigar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, abarcando, portanto, o período da Ditadura Militar.<sup>53</sup> A implementação da CNV se tratou de um passo significativo na ampliação da agenda de memória, verdade, reparação e na tentativa de fortalecimento de uma cultura de direitos humanos no país.

Contudo, a institucionalização desta política não se deu de forma harmoniosa. Como refletiu a historiadora Caroline Bauer, antes mesmo de sua implementação, já existiam múltiplas disputas, tanto a nível dos que eram favoráveis a sua criação, como entre aqueles que estavam contrários a ela.<sup>54</sup> Isto porque, ao cumprir o objetivo proposto, a comissão reconstruiria os sentidos de memória e verdade do período do autoritarismo em uma dimensão pública, materializando os debates em torno de quais seriam as memórias oficiais do regime e quais deveriam deixar de ser abordadas, permanecendo num campo subterrâneo e/ou do esquecimento. Esses usos políticos do passado reavivaram o tema da ditadura e, ao fazê-lo, estremeceram ainda mais a relação entre o governo Rousseff - representado por uma vítima do regime militar - e as Forças Armadas brasileiras, que eram contrárias a esse empreendimento.

Ainda sobre a fotografia de Dilma, é importante apontar que se o perfil violento do regime autoritário foi majoritariamente associado a instituições como a Operação Bandeirante (OBAN), o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sua foto em uma Auditoria Militar complexifica essa narrativa. Em 2011, a circulação da imagem da então presidenta da República trouxe à luz outros atores e dinâmicas institucionais e sociais também presentes na repressão, como é o caso da Justiça Militar. Esta e outras instituições não só cooperavam com os centros de tortura, como também os legitimavam enquanto

---

<sup>53</sup> A CNV prossegue com os esforços iniciados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei 9.140/1995, e pela Comissão de Anistia, estabelecida em 2002 pela Lei 10.559, ambas como órgãos estatais, além da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), uma organização da sociedade civil fundada em 1979.

<sup>54</sup> BAUER, Caroline. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

aparelhos de Estado, o que demonstra que a repressão do período deve ser entendida em forma de rede, e não de maneira isolada.<sup>55</sup>

Assim como a ex-presidenta, muitas outras mulheres se tornaram réis na Justiça Militar durante o período ditatorial. Este capítulo tem como objetivo debater a experiência destas figuras femininas. Para tal, em um primeiro momento, traçaremos uma breve reflexão sobre a Justiça Castrense. Embora a presente pesquisa não tenha como objeto de investigação esta instituição em si, a análise de determinados aspectos se fazem imprescindíveis para a compreensão mais ampla das questões voltadas às vivências das mulheres processadas e julgadas no âmbito castrense. Nesse sentido, o que significou a Justiça Militar em pleno período ditatorial, sua composição racial e de gênero e como esta instituição se relacionava com a agenda moralizante do regime, sobretudo no que tange a dimensão gênero-sexual, serão pontos aqui discutidos.

A segunda parte do capítulo terá como objetivo tematizar a questão específica das réis. Serão abordados os perfis destas mulheres e o caminho repressivo por elas percorrido até o enfrentamento com a Justiça Militar: além de gênero, os aspectos das relações de trabalho, regionalidade, raça, sexualidade e idade estarão presentes nessas análises. A perspectiva da História Social será norteadora, uma vez que discutiremos não apenas a maneira pela qual estas figuras femininas foram tratadas e representadas ao longo do rito processual, mas também, como elas próprias se relacionaram e se apropriaram, ou não, de tais representações. Ao traçar uma discussão sobre a agência dessas mulheres nesses espaços militares de poder, buscaremos manter em vista, ainda, a dimensão da violência para com tais figuras.

### **1.1- Justiça Militar e Ditadura Militar: substantivos femininos abstratos**

Ao longo da história dos sistemas de justiça no ocidente, poucos nomes femininos ecoam com tanta força como o de Friné. Figura que viveu durante a Antiguidade Clássica, Friné é conhecida nas narrativas da Grécia Antiga por sua beleza que, comparada muitas vezes à deusa grega Afrodite, lhe rendeu em vida dissabores e, também, determinados privilégios. Segundo a literatura clássica,

---

<sup>55</sup> VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

dentre as diferentes tipologias existentes de cortesãs na antiguidade grega, Friné fazia parte de um grupo social conhecido como *héteras*, que corresponderia a uma categoria do ramo da prostituição mais prestigiada que as demais da época. O que distinguia as *heteras* dos outros tipos de cortesãs, era a característica de que estas extrapolavam as vias sexuais, assumindo importância, também, no que diz respeito à dimensão intelectual: *heteras*, como Friné, eram, majoritariamente, oriundas de famílias importantes, sendo educadas desde cedo nas artes e nas noções filosóficas e literárias da época. Estas mulheres frequentavam os círculos políticos e intelectuais e eram consideradas influentes na época.<sup>56</sup>

Pertencendo a uma das poucas ocupações independentes e prestigiadas que uma mulher na antiguidade clássica poderia exercer, Friné possuía um significativo poder aquisitivo. Sua casa, em Atenas, era procurada por inúmeros admiradores que, apaixonados, lhe ofereciam fortunas, o que rendia à cortesã a possibilidade de escolher os seus amantes. As narrativas versam que, sabendo do efeito que causava aos homens, a grega buscava explorar sua beleza em benefício próprio: para tal, ressaltava seu corpo com determinadas roupas e penteados e, em dias festivos, nadava nua na frente de multidões, que ficavam extasiadas. Essa característica atribuída à cortesã, teria, inclusive, lhe salvado da morte. A literatura discorre sobre o episódio em que Friné foi acusada de um grave crime relativo à profanação. Em seu julgamento, os juízes estavam prontos para condená-la à pena capital, quando seu defensor, o orador Hiperides, percebendo o posicionamento do júri, teria usado uma manobra engenhosa: arrancando a roupa da cortesã e revelando seu corpo diante dos juízes, Hiperides apelou para a beleza de Friné. Esse ato comoveu o júri que, encantado com o físico feminino, optou por absorvê-la.<sup>57</sup>

O episódio do julgamento de Friné foi tematizado nas diferentes artes ao longo dos séculos: em 1861, o pintor francês Jean-Léon Gérôme concluiu a obra *Phryne before the Areopagus*, onde retratou o momento em que a cortesã é desnudada. Também no século XIX, na França, o poeta e ensaísta Charles Baudelaire em seu poema *La Chair* utilizou a figura grega em seus versos como um ideal de beleza e fascinação. Do outro lado do oceano, em terras brasileiras, o

---

<sup>56</sup> McCLURE, Laura. *Courtesans at table: gender and Greek literary culture in Athenaeus*. Classics / Women's studies. Londres: Routledge, 2003.

<sup>57</sup> Idem.

jornalista, cronista e poeta Olavo Bilac publicou em 1888 em seu *Sarças de Fogo*, o poema intitulado *O Julgamento de Frinéia*, onde constam os seguintes versos:

Vacila o tribunal, ouvindo a voz que o doma...  
Mas, de pronto, entre a turba Hiperides assoma,  
Defende-lhe a inocência, exclama, exora, pede,  
Suplica, ordena, exige... O Areópago não cede.  
“Pois condenai-a agora!” E à ré, que treme, a branca  
Túnica despedaça, e o véu, que a encobre, arranca...  
Pasmam subitamente os juízes deslumbrados,  
- Leões pelo calmo olhar de um domador curvados:  
Nua e branca, de pé, patente à luz do dia  
Todo o corpo ideal, Frinéia aparecia  
Diante da multidão atônita e surpresa,  
No triunfo imortal da Carne e da Beleza.<sup>58</sup>

Observa-se que a figura da cortesã foi explorada por diversos artistas, atestando a importância de sua história, e, concomitantemente, perpetuando sua influência cultural ao longo dos séculos. As obras citadas apresentam semelhanças, sobretudo, no que tange a representação de Friné como uma mulher de beleza acentuada, dona de um corpo ideal. Para além disso, ainda que não tenha sido necessariamente uma preocupação de seus autores, estas produções, assim como a história em si, refletem questões morais, sociais e filosóficas que cercam Friné na mitologia e na história.

Se Bilac aborda o julgamento da cortesã em uma perspectiva literária e poética onde há um “triunfo imortal da Carne e da Beleza”, é possível perceber que este “triunfo” está intrinsecamente associado a uma perspectiva genderizada. Embora a história da cortesã esteja circunscrita à seu próprio tempo histórico, assim como as categorias sociais que naquele contexto assumiam contornos próprios — como as próprias noções de justiça, homem e mulher — a narrativa sobre este veredicto é expressão de como as relações de gênero podem influenciar decisões judiciais. Nesse sentido, mesmo sendo uma mulher da Antiguidade Clássica, a história de Friné transcende o tempo através das narrativas ligadas não apenas à sua influência como cortesã, mas, sobretudo por ser um símbolo de como o sistema judicial pode moldar e ser moldado pelas complexidades relativas às relações de gênero.

---

<sup>58</sup> BILAC, Olavo. *Antologia: Poesias*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Utilizando esta história como lente, é possível observar a existência de um jogo de tensões das relações de poder que ecoam até hoje nos debates contemporâneos sobre direitos e desigualdades entre homens e mulheres. Tais discussões que tematizam desigualdades de gênero na justiça vem se fazendo cada vez mais presentes também na historiografia. Nestas investigações, são mobilizadas as noções dos sistemas legais e suas ferramentas, tais como as leis, os processos e os tribunais, que passam a ser compreendidos como uma possibilidade de pesquisa histórica. Ao fazê-lo, os historiadores utilizam diferentes abordagens, desde àquelas ligadas a uma perspectiva foucaultiana, que dão maior ênfase aos dispositivos de poder, vigilância e controle social, às interpretações da História Social, que privilegiam investigar a experiência dos sujeitos em seus cotidianos e suas interações com os contextos sociais mais amplos. Em suas multiplicidades, estas produções desempenham papel fundamental no que se refere à compreensão das normas sociais em diferentes contextos históricos, das desigualdades raciais e de gênero, na preservação da memória de diferentes grupos sociais e nos debates sobre democracia.

Apesar dessas narrativas historiográficas estarem se multiplicando em número, ainda são poucas as pesquisas que versam sobre as relações de gênero na Justiça Militar, sobretudo no contexto ditatorial. Esse campo jurídico desempenhou papel fundamental na engrenagem da repressão do regime autoritário, tendo impactado na vida de milhares de civis que se tornaram réus na instituição, inclusive, mulheres.

Sobre este ramo especializado do Poder Judiciário Nacional, é importante apontar que suas origens são anteriores à própria ditadura. Se o regime autoritário implementou novos órgãos para integrar sua cadeia repressiva e assegurar seus interesses, como é o caso da OBAN, os DOI-CODIs e o SNI, a Justiça Militar tem sua proveniência no ano de 1808, quando foi criada em virtude da chegada da família real no Brasil. Sofrendo diversas transformações ao longo desses dois séculos de existência, essa instituição vem julgando tanto crimes militares quanto políticos, sendo os réus militares e civis — este segundo grupo atingido sobretudo na repressão aos diferentes movimentos políticos e populares nos quais essa justiça atuou.<sup>59</sup> Nesse sentido, esta instituição teve grande relevância em diversos

---

<sup>59</sup> SOUZA, Adriana Barreto. SILVA, A. M. D. da. A organização da justiça militar no Brasil: Império e República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, 2016.

episódios da história brasileira, como na “Intentona Comunista”, na Revolução de 1930, na Era Vargas e na própria Ditadura Militar. Paralelamente, à luz de cada uma destas conjunturas, a entidade foi se transformando, variando sua arquitetura interna e institucional.

Tais mudanças também podem ser observadas no que tange às relações de gênero. Embora a Justiça Militar já julgasse mulheres antes mesmo do período ditatorial, é a partir do Ato Institucional n. 2 (AI-2) que o número de rés femininas assume grandes proporções. Até o início do regime as atribuições desse ramo jurídico estavam orientadas pela Constituição de 1946, girando em torno de “processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são, assemelhadas.”<sup>60</sup> Assim, até outubro de 1965, os processos referentes aos perseguidos políticos eram oficialmente de responsabilidade da Justiça Comum, embora extra-oficialmente existissem processos correndo em ilegalidade no Foro Castrense. Com a promulgação do AI-2, as competências da Justiça Militar foram ampliadas, passando a incluir em suas responsabilidades oficialmente o processo e julgamento de crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) em vigor, a Lei 1802/53, que definia os crimes contra o Estado e contra a ordem política e social.

A promulgação deste ato não impactou apenas a Justiça Militar. Seu texto girou em torno de medidas voltadas também ao controle do Congresso Nacional, o que resultou no fortalecimento do Poder Executivo. Além disso, esse instrumento normativo impactou o Poder Judiciário em geral e promoveu fortes medidas de controle da representação política.<sup>61</sup> Sua implementação, portanto, se trata de uma clara demonstração de como a ditadura buscou reestruturar os aparelhos estatais brasileiros a seu favor, sendo esse um projeto implementado logo no início do regime e que deu base para a atuação das duas décadas de autoritarismo.

Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa discorrer sobre todos os instrumentos legais que impactaram as experiências femininas na Justiça Militar, é necessário apontar que a promulgação de 17 Atos Institucionais, uma Constituição própria, outorgada em 1967, e as diferentes transformações da legislação referente

---

<sup>60</sup> BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.

<sup>61</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

à Segurança Nacional fazem parte de uma importante característica da Ditadura Militar brasileira. Na perspectiva do historiador Anthony Pereira, existiria nesse regime uma "fachada de legalidade" que é exprimida na busca por legitimação de seu poder através de diferentes instrumentos legais. As leis, os atos institucionais e a existência de uma carta constitucional são exemplos de tal empreendimento, além do suposto seguimento de um rito processual, que incluía o uso dos tribunais e o direito à defesa dos indiciados.<sup>62</sup>

Contudo, Pereira demonstra que mesmo nessa tentativa de se legitimar juridicamente, as práticas efetivas do regime eram marcadas pela violação das leis e, até mesmo, do devido processo legal. As normativas legais, portanto, teriam um propósito mais simbólico de constituir uma “aparência” de legalidade do que um valor de limitação real ao arbítrio do Estado.<sup>63</sup> Sobre este aspecto, a Justiça Militar teve um papel fundamental para a consolidação desse verniz legalista da ditadura.

É interessante notar que tais instrumentos normativos incorporaram os princípios do “movimento revolucionário de 1964”. O AI-2, por exemplo, se distancia da Carta de 1946 no que se refere à noção de segurança nacional. Se, até então, esse conceito remetia apenas à defesa interna do país a uma ameaça externa, o novo Ato Institucional incorporou o entendimento da existência de um inimigo interno a ser combatido.<sup>64</sup>

Esta mudança de perspectiva estaria fortemente associada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, como visto na introdução desta pesquisa, tratava-se do corpo doutrinário das ditaduras do Cone Sul e fundamentava determinados modelos de diretrizes e práticas destes regimes autoritários. Uma vez que a DSN postulava ser nocivo aos interesses da nação qualquer antagonismo social, tal como a ideia da divisão da sociedade em classes, ou demais ideologias que significasse uma aparente ameaça à ideia de unidade nacional eram por ela combatidas.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> PEREIRA, Anthony W. “Repressão, legalidade e regimes autoritários”. In: PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *As auditorias militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

<sup>65</sup> PADRÓS, op. cit.



Refletindo a este respeito, o historiador uruguaio Enrique Padrós ressaltou que esta doutrina mobilizou fortemente a ideia do “inimigo interno”, que era associado ao comunismo, a imoralidade, a subversão e/ou ao terrorismo. Este sujeito/grupo, por sua vez, representaria uma ameaça à unidade nacional e, portanto, seriam desestabilizadores da ordem, devendo ser combatidos. No caso das ditaduras, esse confronto se deu através da utilização sistemática da violência por parte do Estado ditatorial, utilizando do mecanismo sangrento de enfrentamento que ficou conhecido como Terror de Estado. Os DOI-CODIs, a OBAN e os DOPS são os exemplos mais emblemáticos das instituições que atuavam como asseguradores dessa suposta harmonia e unidade nacional, embora sejam apenas três peças de uma engrenagem maior, movida por diversos atores sociais e instituições, tais como a Justiça Militar.<sup>66</sup>

Com a incorporação desta nova doutrina, observa-se uma mudança também no campo das leis e normas, que passaram a adotar determinados elementos da DSN. A Constituição de 1967, produzida pelo próprio regime, regulamentou a divisão de poderes, os direitos dos estados federativos, estabeleceu direitos políticos e individuais, institucionalizou o modelo econômico e, sobretudo, discorreu sobre a segurança nacional.<sup>67</sup> Seu artigo 89 define que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”<sup>68</sup>, indicando que todos os cidadãos poderiam ser responsabilizados por seus atos ou omissões referentes à segurança nacional do país.

Naquele mesmo ano foi promulgado também o Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967, que se tornou a primeira Lei de Segurança Nacional (LSN) produzida pela própria Ditadura Militar. Como visto, até então, a LSN vigente era a do ano de 1953, que remetia ao governo varguista. Segundo Kubik da Costa, essa nova normativa, associada ao AI-2, “reiterou a competência da Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes por ela definidos, inclusive quanto à

---

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *As auditorias militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009, p.42.

<sup>68</sup> BRASIL. *Constituição (1967)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 13 de julho de 2024.

aplicação do Código de Justiça Militar”<sup>69</sup>. Além disso, a historiadora reflete que através deste dispositivo legal, que fortaleceu a figura do inimigo interno, “a segurança nacional não seria mais um ato isolado, mas um estado permanente”<sup>70</sup>.

Em 1969, o Decreto-lei nº 510/69 de 20 de março de 1969 endureceu ainda mais a normativa vigente, respaldando que aqueles que fossem investigados por atentarem contra a segurança nacional pudessem ser mantidos por até trinta dias presos, sendo dez destes em estado de incomunicabilidade, até mesmo com seus próprios defensores. Poucos meses depois, naquele mesmo ano, o Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969 redefiniu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, aumentando penas e estabelecendo a pena de morte no país.<sup>71</sup> Essas legislações, muitas vezes possuíam artigos vagos, o que permitia ao julgador decidir quais ações seriam consideradas prejudiciais à segurança nacional, como se nota no artigo 33 do Decreto-Lei nº 510, onde constava:

Art. 33. Incitar:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - à desobediência coletiva às leis;

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou a instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais;

V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI - ao ódio ou à discriminação racial. Pena: Detenção, de 1 a 3 anos.<sup>72</sup>

Essas legislações foram aplicadas pela Justiça Militar, tornando-a uma instituição fundamental na engrenagem repressiva do regime.

Durante a ditadura, esta instituição era constituída por duas instâncias: a primeira, composta pelas Auditorias Militares e a segunda, representada pelo Superior Tribunal Militar (STM). Estruturalmente, as Auditorias estavam organizadas regionalmente em 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs)

---

<sup>69</sup> WANDERLEY, op cit, p.42.

<sup>70</sup> Ibid., p.43.

<sup>71</sup> VANNUCCHI, op. cit., p.20.

<sup>72</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 510*, de 20 de março de 1969. Dispõe sobre a simplificação das obrigações tributárias relativas a vendas a prazo de mercadorias sujeitas a tributação de imposto único. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mar. 1969. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Divulgar%20por%20qualquer%20meio%20de,3%20meses%20a%201%20ano.>

distribuídas pelo país. Estas CJMs correspondiam aos limites das bases territoriais das Forças Armadas em determinadas áreas. Ao todo, existiam 22 Auditorias distribuídas pelo país, uma por Circunscrição Judiciária Militar, com exceção do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde estavam instaladas mais de uma Auditoria. Em cada uma delas, havia, além de um promotor e um advogado de ofício, um Conselho Permanente de Justiça (CPJ) encarregado de processar e julgar o réu. Este conselho era composto por quatro oficiais e um juiz auditor civil, e tinha como presidente o militar com a patente mais alta em questão. Os oficiais eram escolhidos por sorteio e prestavam serviços na auditoria por apenas três meses, sendo substituídos por novos integrantes após este tempo.<sup>73</sup>

No que se refere à segunda instância da Justiça Castrense, tinha-se o Superior Tribunal Militar (STM). Sediado inicialmente no Rio de Janeiro e, depois, transferido para Brasília, tratava-se também de um tribunal de apelação. Durante o regime, este tribunal era composto por 15 ministros vitalícios, sendo 10 militares e 5 civis: a responsabilidade de indicar esses membros cabia ao presidente da República, evidenciando a predominância do executivo sobre os demais poderes. Este grupo de 15 ministros deveria incluir três oficiais gerais da Marinha, três da Aeronáutica, quatro do Exército e cinco juízes civis. Os funcionários civis, por sua vez, eram formados por três advogados e dois por escolha paritária entre juízes-auditores e membros do Ministério Público Militar. Além disso, o procurador-geral da Justiça Militar também atuava neste tribunal.<sup>74</sup>

Interessante perceber que nas duas instâncias da Justiça Militar, existia uma composição mista, o que parecia buscar combinar a expertise jurídica dos advogados civis com um suposto conhecimento de um ideário militar.<sup>75</sup> Essa configuração exercia efeitos práticos, é o que aponta Tércio Lins e Silva, advogado criminalista que defendeu presos políticos na época. O advogado argumenta que existiria uma diferença nos momentos de decisão entre o juiz togado e o militar, uma vez que os militares não possuíam o conhecimento jurídico, enquanto o juiz civil era detentor das noções técnicas do processo e da lei. Assim, muitas vezes, o voto do juiz civil tinha um peso simbólico maior nas decisões, chegando a influenciar ocasionalmente o voto do juiz militar. Contudo, como também aponta

---

<sup>73</sup> VANNUCCHI, op. cit., p. 37.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Lins e Silva, como se tratava de réus incursores na Lei de Segurança Nacional, as fronteiras entre a política e o jurídico se embaralhavam, não sendo necessariamente a objetividade técnica da lei a imperar nas decisões.<sup>76</sup>

Apesar do STM ser a segunda instância da Justiça Militar, as decisões deste tribunal ainda cabiam um recurso final, desta vez, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Suprema Corte de Justiça do país. Tendo apoiado o golpe de 1964, ao longo da ditadura esta instância do poder judiciário passou por inúmeras transformações, se adaptando a cada conjuntura e modificando o seu grau de enfrentamento e/ou omissão em relação ao regime<sup>77</sup>. Vale apontar que durante o governo do ditador Castelo Branco (1964-1967) existiu um grande tensionamento entre a Justiça Militar e o STF, uma vez que ambas instituições estiveram muitas vezes em desacordo com as decisões tomadas pela outra. Em certas ocasiões, a Suprema Corte salvaguardou os direitos constitucionais dos cidadãos, indo na contramão das decisões vindas do foro castrense: a concessão de *Habeas-corpus* ilustra tal conflito, havendo inúmeros episódios nos quais o STF se posicionou contra prisões arbitrárias e ilegais, libertando os detidos.<sup>78</sup>

O confronto entre essas instituições foi amenizado quando, a partir dos Atos Institucionais, a composição da Suprema Corte foi alterada, com a aposentadoria de alguns ministros e o aumento do número destes, redefinindo seus membros de acordo com os interesses do regime, e formando, assim, uma Corte alinhada ao regime. Além disso, a partir do AI-5, o *Habeas-corpus* deixou de ser uma garantia nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, e a economia popular, não sendo mais um tema influenciado diretamente pela atuação do STF.<sup>79</sup>

Como visto na introdução desta pesquisa, no bojo dos discursos redentores de defesa da segurança nacional, combate ao comunismo e de proteção às instituições cristãs — como a família, religião, moral e os bons costumes — a ditadura buscou fortalecer ideais de feminilidade que designavam às mulheres o espaço do lar e da vida doméstica, relegando à marginalidade aquelas que não

---

<sup>76</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: Ditadura Militar 1964-1985*. Curitiba: Projeto Marcas da Memória, 2013, p.767.

<sup>77</sup> Para saber mais sobre a atuação específica do STF durante o regime ditatorial ver em: RECONDO, Felipe. *Tanques e togas: O STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>78</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>79</sup> Idem.

estivessem em consonância com esta ordem social de gênero.<sup>80</sup> Sendo a Justiça Militar o campo jurídico que representava a “Justiça do Regime”<sup>81</sup>, o projeto ideológico ditatorial encontrou um forte *locus* de irradiação, uma vez que esta entidade buscava “interpretar e aplicar o ordenamento em inequívoca consonância com os ditames da ditadura”.<sup>82</sup> De acordo com a historiadora Angela Moreira, ao ser um palco de disputas judiciais e morais de temas e práticas vinculadas à conjuntura política e econômica, a Justiça Castrense se tornou também uma zona de propagação das concepções moralizantes do regime vigente<sup>83</sup>. Assim, é relevante questionar de que forma as centenas de mulheres afetadas por esta instituição teriam sido vítimas não apenas de seu autoritarismo, mas também de um órgão jurídico que produzia e reproduzia, em suas ambiguidades, o amplo projeto de moralização da Ditadura Militar.

Mesmo que esta pergunta não seja feita com frequência pelos historiadores, percebe-se que estes profissionais vêm dando indícios sobre a temática. Em pesquisa sobre os processos contra a Ação Libertadora Nacional (ALN) tramitados na Justiça Militar entre os anos de 1969 e 1979, o historiador Marco Aurélio Vannucchi discorreu sobre os diferentes momentos do rito processual em questão. Abordando a atuação dos delegados de polícia, responsáveis pelos inquéritos presentes nos processos, assim como a ação dos procuradores, juízes, advogados e réus, Vannucchi analisa as diversas disputas de sentido e tensões travadas pelos sujeitos que atuaram ao longo dos procedimentos processuais.

Vale a pena destacar que, como demonstra o historiador, dentre os diferentes elementos que teriam interferido nesses processos, inclusive no que tange às penas e absolvições, se encontra o forte discurso da Justiça Castrense em relação à “adequação do réu a determinados padrões de conduta e de sua reabilitação”<sup>84</sup>. Segundo o autor,

---

<sup>80</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

<sup>81</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História) - PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011, p.156.

<sup>82</sup> BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). (vol. 1). (2014). *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV. p.957.

<sup>83</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 51-73, 13 mar. 2017, p.54.

<sup>84</sup> VANNUCCHI, op.cit, p.136.

[...] o desfecho processual dependia de outros fatores que não apenas a comprovação da autoria e da materialidade do crime. Tratava-se de conhecer a atuação social de réus e vítimas e, conseqüentemente, sua adesão a modelos de comportamentos previstos para homens e mulheres.<sup>85</sup>

É notável que grande parte deste conhecimento vinha através de um relatório de vida pregressa presente nos autos processuais e produzido ainda na fase do Inquérito Policial Militar (IPM). Sobre este aspecto, o artigo 10º do Código de Processo Penal Militar (CPPM), que regia ações desta natureza, determinava que o inquérito policial era iniciado por ordem do delegado de polícia ou autoridade militar, após receber informação sobre a ocorrência de um crime.<sup>86</sup> Cabia ao responsável do inquérito realizar buscas e apreensões, ouvir testemunhas, ordenar exames e perícias, com o objetivo de reunir informações necessárias para esclarecer o crime e sua autoria. Durante esta fase, o suspeito era identificado e interrogado, geralmente sem a presença de um advogado, como será visto no terceiro capítulo desta pesquisa. Ali suas declarações eram registradas em um "auto de qualificação e interrogatório".<sup>87</sup> Segundo Vannucchi, neste momento,

Fazia parte dos procedimentos do inquérito o levantamento do perfil social, econômico e psicológico do acusado: num formulário específico denominado "informações sobre a vida pregressa do indiciado" eram registrados dados sobre sua escolaridade, sobre sua vida familiar (se era casado ou tinha filhos, se morava com os pais, se era filho legítimo), sobre seus hábitos (se usava bebidas ou tóxicos), sobre sua situação econômica (quanto ganhava, se possuía imóveis e outros bens) e sobre sua situação psicológica (se havia praticado o delito sob forte emoção ou alcoolizado e se estava arrependido do crime cometido). Ao término da fase policial, tanto o "auto de qualificação e interrogatório" quanto às "informações sobre a vida pregressa do indiciado" eram remetidos às auditorias, juntamente com as outras peças do inquérito policial.

Aqui, cabe destacar que o interesse por informações da vida pregressa e o levantamento do perfil do indiciado, até mesmo de elementos de sua vida íntima, não é exclusivo do período da Ditadura Militar ou da Justiça Castrense. Observa-se ao longo da história brasileira a existência de uma forte perspectiva moral de adequação dos réus a determinados padrões de conduta. É certo dizer que tais normas variaram de acordo com cada conjuntura histórica, entretanto a historiografia vem demonstrando que por vezes os processos e julgamentos de determinados sujeitos, sobretudo daqueles pertencentes às classes subalternas, não eram apenas baseados em princípios jurídicos objetivos, mas, também, regidos por

---

<sup>85</sup> VANNUCCHI, Ibid., p.49.

<sup>86</sup> VANNUCCHI, Ibid., p.50.

<sup>87</sup> Idem.

interpretações subjetivas e/ou atreladas a determinada gramática moral, que atravessava as relações de gênero, regionalidade, idade, sexualidade, raça e classe.

Nestas pesquisas historiográficas, os conceitos de honra, moralidade sexual e comportamentos desviantes têm aparecido frequentemente nos autos processuais, se tratando de critérios que avaliam, ainda que indiretamente, réus em diferentes períodos e instâncias da Justiça brasileira. Tais categorias, que transparecem nos processos judiciais, têm a dupla função de refletir e reproduzir hierarquias sociais existentes. Desta maneira, em um país marcado pela escravização e hierarquizações diversas, mulheres, pessoas negras, indígenas, e trabalhadores urbanos e rurais frequentemente enfrentavam uma justiça que não apenas aplicava a lei, mas também refletia estereótipos associados a esses grupos.

Contudo, é correto apontar que se há, conforme argumentam autores como Angela Moreira e Marco Aurélio Vannucchi, uma moralização na Justiça Militar durante o período ditatorial, essa moralização está também associada à ideia da segurança nacional. Logo, existe aqui um importante ponto de inflexão que diferencia, em partes, a gramática moral do Foro Castrense às demais experiências citadas. Este aspecto é evidenciado, sobretudo, nas documentações dos processos da Justiça Militar que demonstram que o corpo daquela instituição acreditava na existência de uma guerra subversiva no país e que, portanto, seria o seu dever combatê-la.<sup>88</sup>

No que tange especificamente a dimensão genderizada, é possível notar como as questões comportamentais que compuseram os julgamentos na Justiça Militar estiveram intimamente vinculadas a um determinado ideal de feminilidade e masculinidade. Ainda que não tivesse uma natureza homogênea e fosse permeada de disputas e conflitos internos, a Justiça Militar não estava dissociada das percepções do regime que, como será visto, possuía uma agenda moralizante atravessada por determinadas concepções de expressões de gênero. Nesse sentido, ao ter como função a prática dos julgamentos, os operadores da Justiça Castrense carregavam consigo as marcas das relações raciais, sexuais, de classe e gênero preconizadas pela ditadura e presentes na sociedade. Tais marcas adquiriram ainda contornos próprios em uma instituição branca, militarizada, masculinizada e que era atravessada pelas concepções da Doutrina de Segurança Nacional.

---

<sup>88</sup> VANNUCCHI, op.cit., p.68.

Sobre este aspecto, como visto, a partir do AI-2, entendimentos e práticas passam a ser tensionadas no interior Justiça Castrense, uma vez que, além da instituição passar a operar a partir das noções de uma guerra interna, a inserção de mulheres acusadas pelos crimes de segurança nacional teria produzido significantes transformações de sua mecânica judicial. Segundo a historiadora Rana Itaborahy:

A engrenagem judicial da justiça castrense, no período da ditadura militar, operou em certa medida em uma mudança no olhar de gênero dos magistrados – que estavam acostumados a julgar essencialmente homens militares – para mulheres civis. Nesta conjuntura [...] se ‘criou’ uma nova relação para Justiça Militar ao julgar componentes ‘incomuns’ – mulheres indiciadas por crimes políticos. Tal leitura leva em conta que a Justiça Militar tem um *ethos* híbrido, pois pertence ao mesmo tempo à estrutura formal do Poder Judiciário, mas também se constitui da lógica da organização militar. Sendo uma justiça corporativa, refletia a caserna, ou seja, um ambiente extremamente masculinizado no qual as mulheres aparecem a partir da atuação da corte como instância política, como acusadas e réis.<sup>89</sup>

Com o aumento significativo de mulheres sendo julgadas pela Justiça Militar, esta instituição teria passado por significativas redefinições no que diz respeito às suas perspectivas em torno de uma gramática social de gênero. Este olhar genderizado pode ser observado, inclusive, através das leis. O Código Penal Militar em vigor, publicado no ano de 1969, em plena ditadura, apresenta-se como uma possibilidade de compreensão da visão das autoridades militares brasileiras do que seria o feminino e o masculino. Neste documento, as mulheres emergem apenas na qualidade de vítimas, como analisou a historiadora Angela Moreira:

sólo notamos alusión a la mujer en los capítulos relacionado a los crímenes sexuales, presentes en el Título IV, referente a los crímenes practicados contra las personas, y en el Título V, que prevé penalidades para los crímenes de rapto y violencia carnal. Es interesante notar que en el texto del Código sólo están previstas penalidades para crímenes de esta naturaleza cometidos contra mujeres, sin especificar si es militar o no. Para los casos de violación y “constrangimiento carnal” contra la mujer, está previsto en el Código, la penalidad de detención por tres a ocho años. Si estos crímenes ocurren en local de operaciones militares, la penalidad puede variar de reclusión de cuatro a veinte años, y si como resultado del acto se obtiene la muerte de la víctima, el acusado puede ser condenado a muerte.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> ITABORAHY, Rana Carvalho. *Justiça Militar e Julgamento de Mulheres nos “Anos de Chumbo” (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2022, p.28.

<sup>90</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues. “*Justicia militar y cuestiones de género: un estudio a ser desarrollado*”, in RIAL, Juan. *La justicia militar: entre la reforma y la permanencia*. Buenos Aires: RESDAL, 2010, p.141.



A análise acerca da legislação penal que rege as instituições militares, desde as Forças Armadas às corporações militares do Estado – inclusive aquelas referentes à sua justiça – revela a predominância de uma perspectiva de passividade em relação às mulheres. Nela, estes sujeitos nunca são considerados delituosos ou infratores. Os crimes estariam circunscritos apenas ao universo masculino e às ações de homens. Tal imaginário, por sua vez, não seria exclusivo da Justiça Militar, instituição masculinizada em seu corpo institucional e modelo de diretrizes, mas reflete as características também masculinizadas do universo militar. Observa-se que, no Brasil, estas instituições foram associadas a elementos como força, guerra e justiça. Seus principais nomes, seja de mártires, inimigos ou desertores, sempre foram masculinos. As leis, como visto, foram redigidas por e para homens.

Uma vez que, em geral, as mulheres eram vistas como as figuras associadas ao mundo privado, responsáveis pelo espaço do lar e pela família, dentro das casernas estas percepções eram ainda mais aguçadas. Isto se dá uma vez que a gramática de gênero nesses ambientes era a todo tempo interpelada pelo *ethos* da própria instituição. Aqui, as noções da masculinidade militar e seus atributos, como a valentia, a disciplina, a força e a hombridade, informam intimamente o imaginário do feminino. Além disso, a função do militar como protetor da nação emergia significativamente, se reatualizando na função de defensor das figuras femininas, estas últimas vistas como seres frágeis que necessitam de amparo dentro e fora dos quartéis<sup>91</sup>.

Cabe o questionamento, portanto, de como a Justiça Militar preconizava na prática uma agenda moral e determinadas percepções das expressões de gênero, sobretudo em um contexto onde o *ethos* militar e a associação à LSN se faziam pungentes na instituição. Além disso, se faz importante refletir para além do ponto de vista deste espaço de poder militar, buscando se alinhar também à uma perspectiva dos “vistos de baixo”, ou seja, daqueles incursos como denunciados por este sistema.

Se, como observado, a narrativa do trâmite judicial era marcada por determinados discursos que reforçavam as relações de poder, é necessário

---

<sup>91</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Pós modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, Washington, 2003.

compreender de que forma esses discursos eram proferidos e quais as negociações e estratégias elaboradas pelos próprios indiciados, denunciados e seus advogados. Seria possível que determinados dispositivos legais, produzidos e reproduzidos pelo próprio autoritarismo, fossem apropriados por suas vítimas, transformando-os em ferramentas utilizadas, em distintas gradações, por ambas as partes? Poderiam os discursos moralizantes de gênero, tão estigmatizantes e presentes nos autos processuais, beneficiarem os réus, de forma que estes achassem brechas para o próprio resguardo?

## **1.2- As rés e a moralidade normativa**

Em 1945, a brasileira Margarida Hirschmann foi presa na Itália e trazida ao Brasil sob acusação de cooperar com os países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Hirschmann era acusada de aliciar os militares através da sua atividade como locutora da rádio alemã *Pró-Eixo Auri-verde*, onde fazia pronunciamentos em português para os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com o intuito de desmotivá-los e convencê-los à deserção. Ao ser capturada na Europa e trazida ao Brasil, a locutora foi processada e julgada em primeira instância pela 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, onde respondeu pelo crime de traição à pátria, previsto no Código Penal Militar em vigência, tendo em sua defesa o conhecido criminalista Dr. Evandro Lins e Silva.

O julgamento de Hirschmann foi analisado pela historiadora Camilla Caetano La Pasta, no trabalho intitulado *Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã": crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949)*. Na pesquisa, La pasta aponta que este processo teve uma forte perspectiva moralizante em torno da ré. Desde a acusação do procurador-geral da Justiça Militar aos discursos dos demais atores da instituição militar, tem-se nos autos diversas referências à sexualidade da ré, além do uso massivo de estereótipos de gênero e de comentários sobre a aparência de Margarida, que chegou a ser chamada pelo procurador de “sereia loura do Reno”. Apesar do apelo da locutora, que se defendeu ao alegar que teria aceitado exercer tais atividades sob coerção, pois não queria enfrentar o fuzilamento do Eixo, Hirschmann foi condenada a 20 anos de reclusão por força do artigo 265 do Código Penal Militar brasileiro que indicava

crime de traição à pátria “Tomar o nacional armas contra o Brasil ou Estado aliado, ou prestar serviço nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil”<sup>92</sup>. A pena, de acordo com este dispositivo, seria de “morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo”.<sup>93</sup>

Ao refletir sobre o caso, La Pasta aponta que a experiência da ré foi atravessada por um intenso “processo de objetificação baseado em sua aparência física durante todos os momentos do processo, desde a captura à sua vida na prisão”<sup>94</sup>, e adiciona que “o vocabulário frequente ao tratar do caso nos dá dicas sobre os problemas de gênero e os sistemas de poder acionados no trato de mulheres criminosas e é elemento fundamental da construção desta personagem em específico”<sup>95</sup>. Apesar de se tratar de um caso muito específico, esta interpretação acerca do caso de Margarida é passível de ser aplicada em muitos outros cenários envolvendo mulheres e os sistemas de Justiça, militar ou civil.

Mas, afinal, quem foram as mulheres atingidas pelo Foro Castrense durante a Ditadura Militar? Buscando responder essa questão, o sociólogo Marcelo Ridenti produziu uma análise quantitativa sobre a presença feminina nos processos da Justiça Militar. Utilizando dados estatísticos extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais*<sup>96</sup>, que possui um acervo composto por quase 700 processos judiciais que tramitaram nesta esfera jurídica durante o regime ditatorial, Ridenti apontou que, entre os anos de 1964 e 1979, das 17420 pessoas denunciadas, indiciadas, testemunhas e/ou declarantes na Justiça Militar, 1966 eram mulheres. No que tange especificamente às processadas pela instituição, 578 figuras femininas se tornaram réus neste Foro. Em termos de porcentagem, 12% dos réus eram do sexo feminino e 88% do sexo masculino.<sup>97</sup>

---

<sup>92</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 6.227, de 31 de maio de 1944. Dispõe sobre as colônias penais.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Ret/RetDel6227-44.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Ret/RetDel6227-44.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> LA PASTA, Camilla Caetano. *Margarida Hirschmann, a “Bela Espiã”*: crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de História, 2019.

<sup>95</sup> Idem, p.55.

<sup>96</sup> O acervo do BNM é constituído por mais de 850 mil páginas, que foram microfilmadas em sigilo durante cinco anos, graças à iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, em colaboração com um grupo de advogados de presos políticos. Atualmente, essa documentação está fisicamente armazenada no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas, e pode ser acessada online por meio da base de dados do projeto Brasil: Nunca M@is Digital.

<sup>97</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo 2(2): 113-128, 2. sem. 1990, p.114.

Embora em um primeiro momento estes números possam aparentar irrelevância quando comparada às notáveis cifras de homens atingidos pela mesma entidade, a quantidade de mulheres que tiveram suas trajetórias interceptadas pela Justiça Militar se torna significativa quando analisadas à luz da conjuntura marcadamente moralizante do regime autoritário discutidas na introdução desta dissertação.

O pesquisador também chama atenção para a ocupação destes sujeitos. Segundo Ridenti, apenas 10 rés se enquadram na categoria de “trabalhadoras manuais, rurais e urbanas” ligadas ao que ele denomina de “esquerda geral”. Já sobre as trabalhadoras associadas especificamente a grupos armados, não existe nenhum processo no acervo analisado. Os dados apresentados demonstram que o perfil social das mulheres denunciadas na Justiça Militar era, majoritariamente, de estudantes, professoras e de mulheres de outras profissões de nível superior, o que o sociólogo denominou “camadas médias intelectualizadas”.<sup>98</sup>

Na base de dados utilizada pelo sociólogo, encontra-se a informação de que os atingidos — pessoas denunciadas, indiciadas, testemunhas e/ou declarantes do sexo masculino e feminino — eram majoritariamente da faixa etária de 22 a 30 anos.<sup>99</sup> Em termos de naturalidade, os Estados com maior número de atingidos foram Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.<sup>100</sup>

A indicação de Marcelo Ridenti sobre o perfil das mulheres atingidas possui grande relevância não apenas para esta pesquisa, como para as demais investigações que tematizam as resistências à Ditadura Militar. Em um país que possui profundas marcas da escravização, as “camadas médias intelectualizadas” têm uma cor específica. Nesse sentido, embora o sociólogo não tenha proposto uma análise racial das atingidas pela Justiça Militar durante o regime, é possível inferir através dos dados apresentados que o perfil racial era de mulheres brancas. Dado que grande contingente da população brasileira é formada por pessoas

---

<sup>98</sup> RIDENTI, Ibid., p.115.

<sup>99</sup> Brasil Nunca Mais. Quadro 27, Disponível em: [https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=548](https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=548). Acesso em: 02 set. de 2024.

<sup>100</sup> Brasil Nunca Mais. Quadro 29, Disponível em: [https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL\\_BRASIL&PagFis=550](https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=550). Acesso em: 02 set. de 2024.

negras, essa ausência nas fontes suscita uma pergunta importante: onde estão as mulheres negras na resistência à ditadura?

Buscando responder essa pergunta, a historiadora Tauana Olívia Gomes Silva, em sua tese de doutorado intitulada “Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)” propôs uma reflexão sobre as lacunas na historiografia acerca da resistência feminina negra no período ditatorial. Neste trabalho, Silva indica que este grupo social participou ativamente de diferentes movimentos de esquerda durante a ditadura. Para além destes, a autora reflete que a militância destas mulheres se deu, sobretudo, nos espaços de mobilização coletiva de comunidades de pessoas não brancas, como os movimentos contra a carestia do custo de vida e das associações de bairro. Contudo, estas práticas muitas vezes não foram tratadas na historiografia como frentes de resistência ao regime, sendo eclipsadas pelo fenômeno da luta armada, onde as mulheres que a compuseram eram majoritariamente brancas.<sup>101</sup>

Em uma sociedade de classes formada pelas hierarquias raciais, observa-se que as mulheres negras no contexto ditatorial eram, sobretudo, trabalhadoras. Assim, a maternidade, o custo de vida e as relações próprias dos mundos do trabalho foram centrais em suas experiências no contexto ditatorial.<sup>102</sup> Sobre este aspecto, as narrativas historiográficas acerca da temática das mulheres trabalhadoras e/ou negras durante o autoritarismo vêm sendo pluralizadas. Tais reflexões ainda tensionam as fronteiras entre o preso comum e o preso político no regime ditatorial, ponto central para a análise acerca da vivência das classes populares, visto que tais categorias são construídas e reproduzem hierarquizações de diversas naturezas.<sup>103</sup> Assim, as novas perguntas historiográficas postulam não apenas as especificidades desses sujeitos, como também ampliam as próprias noções de política e resistência.

Ainda sobre mulheres negras terem se tornado réis na Justiça Militar, é importante se atentar a quem eram os sujeitos que chegavam até o tribunal. Isto porque, durante o regime, não eram todos aqueles considerados “inimigos do

---

<sup>101</sup> SILVA, Tauana Gomes, *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*, Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula. *Prefácio*. In: GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (Org.). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

Estado” a estarem dentro do sistema. O rito processual era antecedido por diversos procedimentos, como por exemplo, pelos assassinatos de militantes, prática orquestrada pelos agentes da repressão. Os casos de Helenira Resende<sup>104</sup> e Lúcia Maria de Souza<sup>105</sup>, duas militantes negras, mortas na Guerrilha do Araguaia, ilustram tal fenômeno. Era comum também a realização de sequestros, onde o Estado capturava aqueles que viriam a se tornar réus, mantendo-os aprisionados, muitas vezes em sigilo, nas repartições dos órgãos de segurança, tais como o DOI-CODI, a OBAN e o DOPS.<sup>106</sup> Também ali, muitos militantes foram torturados e assassinados, o que impediu que estes sujeitos entrassem legalmente no sistema e tivessem acesso à Justiça.

Apesar de significar entrar no sistema — e passar a ter algum tipo de oficialidade na prisão e demais procedimentos, é importante frisar que ir a uma Auditoria não era necessariamente sinônimo de tranquilidade para os indiciados e processados. Além da violência no campo simbólico, visto que o ambiente era extremamente hierarquizado e as vítimas já vinham abaladas de um cenário anterior permeado pela tortura, existiam nas Auditorias agressões também a nível físico. Esse fato pode ser observado a partir da experiência de Maria Auxiliadora Lara Barcelos. “Dodora”, como era chamada, foi integrante da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e foi presa no dia 21 de novembro de 1969. A militante foi vítima de diversos tipos de tortura, sobretudo de choques elétricos e palmatórias nos seios, práticas majoritariamente utilizadas na tortura de mulheres pelos agentes da repressão.<sup>107</sup> Se tornando ré na Justiça Militar, seu advogado, Antônio Modesto da Silveira relembrou de uma das idas à Auditoria:

O sargento que a levava torturou o seu braço de tal maneira que eu pedi que ela levantasse a blusa e lá estavam os dedos marcados na pele. O cara segurou, não para levá-la, mas para torturá-la durante longo tempo. E ele apertando, dentro da

---

<sup>104</sup> MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Helenira Resende de Souza Nazareth. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/helenira-resende-de-souza-nazareth/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

<sup>105</sup> MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Lucia Maria de Souza. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/lucia-maria-de-souza/>. Acesso em: 11 de jul. 2024.

<sup>106</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem; os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

<sup>107</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/maria-auxiliadora-lara-barcelos/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Auditoria. Deu para mostrar, no caso, que ela havia sido torturada ali, dentro da Auditoria.<sup>108</sup>

No início de 1971, Maria Auxiliadora foi enviada para o Chile com mais 70 presos em troca da liberdade do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, que foi sequestrado e permaneceu prisioneiro durante mais de 40 dias. Em terras chilenas, a militante refletiu sobre as práticas de tortura no documentário “Brazil: A Report on Torture (1971)”. Mais tarde, com o advento do golpe militar que levou Pinochet ao poder, Maria Auxiliadora foi para a Alemanha Ocidental, sendo internada em 1976 em uma clínica psiquiátrica. Depois de sua alta, a militante atirou-se nos trilhos de um trem, morrendo.<sup>109</sup> Percebe-se que as marcas da tortura ficaram para sempre na vida de Dodora, como em tantas outras mulheres que se tornaram vítimas da repressão em suas diferentes instituições.

É relevante que as mulheres que constam nos processos da Justiça Militar na qualidade de indicadas ou denunciadas fossem, majoritariamente, jovens, brancas e universitárias, como Dodora. Este fato, no entanto, não indica que apenas mulheres brancas e de classe média buscaram formas de resistir e lutar contra o regime ditatorial, mas revela uma soma de especificidades históricas que resultaram tanto na adesão destes sujeitos a grupos de esquerda e de luta armada, como também na possibilidade da “entrada” destas militantes no sistema castrense.

Sobre este aspecto, é importante destacar que, em primeira instância, a luta armada não figurava como possibilidade de resistência pretas e pobres que consideram outras demandas, geralmente aquelas ligadas a pautas específicas da classe trabalhadora, a constar: igualdade salarial, carestia, acesso à cidade, etc. Além disso, como destacado anteriormente, figurar entre aqueles inseridos em processos da Justiça Militar, em alguma medida, poderia ser um privilégio de quem conseguiu sobreviver à tortura e às demais violações cometidas pelo aparelho repressor, este que, possivelmente, tratava corpos negros com ainda mais desumanização.

Refletindo sobre essas particularidades históricas atreladas à militância de determinadas mulheres na luta contra a ditadura, observa-se que as atuações

---

<sup>108</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo, op. cit., p.123.

<sup>109</sup> MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/maria-auxiliadora-lara-barcellos/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

destas figuras estiveram intimamente relacionadas a um contexto mais amplo de transformações de sociabilidade. A revolução dos costumes que se processou na sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 foi central no que diz respeito às relações de gênero. No que concerne às classes médias das grandes metrópoles, a chegada da televisão associada ao cinema estadunidense constituiu-se como instrumento poderoso das transformações de hábitos, popularizando e difundindo o “*American Way of Life*”, que desde os anos de 1940 se projetava nacionalmente. Assim, não apenas a Coca-Cola passou a ser consumida entre a população: novos modelos e referências de homens e mulheres se tornaram bens de consumo.<sup>110</sup> Observa-se também nestas décadas o alargamento das universidades brasileiras, que passaram a abarcar cada vez mais o alunato feminino — e branco —, impactando também os movimentos estudantis.

Se tratando de conceitos históricos e, portanto, mutáveis, as concepções do que seria feminino e masculino foram também se transformando.<sup>111</sup> No caso das mulheres, a transgressão feminina dos papéis tradicionais, que designavam o papel de esposa e mãe como os mais importantes em suas vidas, foi tensionado abruptamente. A chegada da pílula anticoncepcional na década de 1960 é exemplo desta transformação, ao passo que instituiu relativa autonomia sexual feminina com a possibilidade do controle da gravidez.<sup>112</sup> Além disso, a expansão de movimentos femininos marcaram o período e, questionando velada ou abertamente o patriarcado, puseram em xeque diversas nuances de uma sociedade fortemente sexista.<sup>113</sup> Em meio ao regime autoritário e moralizante da Ditadura Militar, o debate sobre sexualidade se expandiu por diversos grupos da sociedade brasileira.

Como aponta a historiadora Ana Maria Colling, somadas à conjuntura política de autoritarismo, essas mudanças de sociabilidade teriam sido determinantes no processo de massificação da participação feminina na política. Desafiando o papel de gênero tradicional atribuído às mulheres, figuras femininas compuseram o movimento estudantil, a luta armada, partidos clandestinos,

---

<sup>110</sup> MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.

<sup>111</sup> BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

<sup>112</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 505-522, Dec. 2015.

<sup>113</sup> COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSI*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.



sindicatos e grupos da periferia de oposição ao regime.<sup>114</sup> Por outro lado, a historiadora aponta que essas figuras teriam sido fortemente atacadas pela repressão, uma vez que as mulheres militantes seriam vistas duplamente como inimigas do Estado, pois, além de se colocarem contra a ditadura, teriam também desviado dos papéis sociais normativos que idealmente as enclausuravam no mundo doméstico, restritas ao espaço do lar, do casamento, da maternidade e, no caso das mulheres das classes populares, nos espaços de trabalho.<sup>115</sup> Desta forma, aquelas que não estiveram em consonância com este papel social de gênero foram estigmatizadas e julgadas a partir de uma gramática moralizante.

Necessário perceber que este movimento de estigmatização esteve vinculado às concepções anticomunistas da Doutrina de Segurança Nacional, conclamando a ideia do inimigo interno que feria a moral e os bons costumes. Sendo vistas em um lugar diametralmente oposto à uma “nação moralizada”, observa-se que as mulheres que aderiram à oposição ao regime foram referidas pela ditadura como “putas comunistas”, “terroristas”, e outras categorias que, muitas vezes, remetiam às suas vidas sexuais como forma de desqualificação.<sup>116</sup> Tal fato é frequentemente observado nos discursos da repressão, inclusive daquelas da Justiça Militar, sendo também lembrados nos diferentes depoimentos das presas políticas, como será analisado. Esta estigmatização repercutiu fortemente também entre determinados setores da sociedade civil, que escandalizados com as transformações femininas em curso, acreditavam que aquelas que transgrediram os “valores tradicionais e cristãos” eram subversivas e imorais.

Naquele contexto, os ditames morais da ditadura teriam transformado a própria materialidade do corpo em objeto de informações subversivas, como aponta a historiadora Maria Claudia Badan Ribeiro. Desde o vestuário feminino à barba masculina por fazer, diferentes sujeitos foram lidos enquanto libertinos e potenciais inimigos da nação. Discorrendo sobre esse aspecto, a autora aponta que

[...] foi nas relações entre mulheres e na normatividade que se refere ao feminino onde se viu uma regulação concreta, ordenada, drástica e sistemática, punida com humilhação pública e com o estigma social da mulher transgressora, da rebelde, da mulher que passou a ocupar o espaço público varrendo para longe a ideia do

---

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> MARTINS, Flávia. *Nem terroristas, nem ingênuas: as contestações de feminilidade na Ditadura Militar*. Monografia (graduação em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

sexo frágil. Tais comportamentos eram considerados afrontas não apenas ao patriarcalismo da sociedade, mas à ditadura e ao pensamento conservador castrense.<sup>117</sup>

É importante apontar que, por outro lado, os inúmeros movimentos de resistência e contestação à ditadura reproduziam também um pensamento normativo em relação às mulheres. A historiografia, sobretudo através da História Oral, vem demonstrado que a participação de figuras femininas nestes grupos foi atravessada por uma lógica conservadora dos papéis de gênero. De forma geral, estes sujeitos raramente ocupavam espaços de lideranças, tendo suas atuações circunscritas, sobretudo, aos setores de apoio ou atividades tradicionalmente designadas às figuras femininas, como as tarefas domésticas.<sup>118</sup> Inclusive, muitas vezes, para serem respeitadas como guerrilheiras, algumas mulheres optaram por tornar a própria aparência e comportamento masculinos.<sup>119</sup> Aquelas que tentaram tematizar as questões específicas das mulheres foram repelidas por seus companheiros de militância, que viam nesse movimento um “desvio pequeno burguês”, prejudicando a luta principal: a luta de classes.

Sobre estas percepções de gênero nos ambientes da luta armada, a militante Ignez Maria Serpa Ramminger, que chegou a ocupar a posição de coordenadora da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul relembra que:

Apesar de toda a dedicação à causa revolucionária, existia uma clara intolerância dos companheiros com pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios. Para minha surpresa, meu comportamento, considerado por eles como “pequeno burguês”, foi pauta de uma de nossas reuniões. Sinceramente não gostei nenhum pouco e disse a eles que, mesmo na trincheira, não deixaria de usar batom. Estava na guerra com batom!<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> RIBEIRO, op. cit., p.56.

<sup>118</sup> Estas ocupações, contudo, foram imprescindíveis para a luta armada: o setor de apoio teve contribuição efetiva na luta revolucionária, compondo a maior parte das atividades da organização e que raramente são reconhecidas em seu grau de importância. Assim, as incalculáveis tarefas cotidianas desenvolvidas por mulheres desse setor possibilitaram a atuação dos mais variados grupos de oposição, representando para estas figuras femininas um grande risco de vida. Ver mais em: RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>119</sup> Sendo minoria na luta armada, muitas mulheres buscaram afirmar sua legitimidade como sujeitos políticos adotando comportamentos tradicionalmente considerados masculinos. Ao evitar discussões sobre “características femininas” e frequentemente abandonar vestimentas convencionais, essas mulheres conseguiram, em certa medida, ser ouvidas dentro de seus grupos ao adotar uma postura mais masculina. A idealização do militante exemplar baseada na figura viril de Che Guevara ressoava nesses círculos, que entendiam que uma aparência masculinizada estava diretamente ligada a um compromisso político rigoroso. Ver em: MULLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História (São Paulo)*. v. 180, 2021, p. 9.

<sup>120</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. *Na guerra com batom*. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence et al. (Org.). *Ditadura de Segurança*

A historiografia tem demonstrado que as experiências destes sujeitos são profundamente atreladas às relações de gênero, raça, sexualidade, regionalidade e classe. Desde sua atuação no interior dos diferentes grupos de contestação ao regime às próprias experiências prisionais, tais marcadores sociais são verdadeiros imperativos. Contudo, mesmo quando se investiga a tortura e a prisão, estes elementos aparecem dissociados da própria justiça militar, sem muitas vezes integrá-los a um rito processual único, detentor de muitas partes, como estas. Nesse sentido, ainda paira um grande silêncio historiográfico acerca dessas experiências na Justiça Militar durante a repressão, sobretudo no que diz respeito às relações de gênero.

Até o momento, foi identificada uma única investigação que tem como preocupação específica as relações de gênero presentes nesta instituição, sendo produzida apenas no ano de 2022 pela historiadora Rana Itaborahy. Neste estudo, a autora analisou os processos da Justiça Militar tramitados entre os anos de 1969 e 1974, e identificou que na segunda instância da Justiça Militar teria sido mobilizado por parte do STM os estereótipos de gênero no julgamento das rés acusadas de crimes políticos. Tal constatação, feita através do levantamento de termos usados pelos ministros para caracterizar as acusadas, aponta para a hipótese de que as relações de gênero teriam impactado na produção final das sentenças e de que as percepções de um ideal de feminilidade atravessaram os ritos processuais da instituição<sup>121</sup>.

Aqui, reproduzo dois casos analisados por Itaborahy. O primeiro, diz respeito à apelação da militante Albertina Costa, onde há uma excessiva representação da indiciada como a “amante” do réu Artur Paulo de Souza, tendo sido repetido três vezes o suposto fato em uma única audiência. Já em outro processo, Vera Silvia Magalhães, militante do MR-8 é mencionada da seguinte maneira:

A título de se dizer grandiosamente o que deve ser tomado a sério (‘proevertere serio quod dictum joco’), permitimo-nos reportar à fotografia de um dos mais facinorosos elementos subversivos, envoltos nas ocorrências destes autos, dada a sua alta periculosidade, Vera Silva Araújo Magalhães (fls.307), cuja beleza, sem retoques, é uma fascinação feminina: lábios carnudos, testa bem modelada, nariz sensual, olhos negros, sob as sobrancelhas cheias e sóbrias, ligeiramente

---

Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 141-142.

<sup>121</sup> ITABORAHY, op. cit.

arqueadas, num rosto que emoldura, da forma genuína, o tipo de mulher brasileira, tantas vezes [inelegível] nos ‘certames’ internacionais’. Só o olhar frio, de aço, contrasta -lhe com o conjunto fisionômico, digno de um bloco de mármore, na retratação de uma requintada obra prima dos mais consagrados estatuários gregos. Nela, pode-se dizer, há um misto de lirismo e tragédia, de singeleza e ferocidade, de anjo e Lucifer, de formosura e sangue. Mas, infelizmente, no dizer de Afrânio Peixoto, a raridade dos seus privilégios estéticos, como nos exemplos históricos, talvez lhe servisse de estigma para a própria desgraça. E, por isso mesmo, não nos fruíamos a transcrever uma das mais cadentes sátiras escritas contra as mulheres, por sinal da autoria de Mademoiselle de Scudéry: ‘Contre Job, autrefois, le démon revolte Lui ravavit ses enfans, ses biens et as santé; Mais pour mieux l’éprover at déchire son âme Savez-vous ce qu’il fit? Il lui laissa sa femme!..’ Quem diriam a respeito Helena de Troia ou Cleópatra do Egito? Infelizmente – repetimos – linhas tão clássicas ocultam, nas suas sinuosidades tão sedutoras, que poderiam estruturar o seio de uma família cristã, tranquila, modelar, o símbolo do terrorismo, do luto, das trevas, da inquietude, enfim. Às vezes, também, cada um traça o seu próprio destino.<sup>122</sup>

Os termos escolhidos pelos ministros para citarem Vera revelam que a maneira a qual esta foi caracterizada se deu a partir de uma tônica atravessada pela perspectiva moralizante dos papéis sociais de gênero. Descrita como dona de uma beleza que provocava “fascinação feminina”, a militante teve seus traços físicos explorados, exaltando características físicas que são positivadas no texto jurídico. Assim, é possível perceber através do trecho apresentado a existência de determinados padrões do que seria considerado belo aos olhos destes ministros: lábios carnudos, testa bem modelada, nariz sensual, olhos negros e rosto genuíno. Por outro lado, ao fazerem isso, os ministros reduzem a figura de Vera Sílvia a uma percepção puramente sexual. Poder-se-ia dizer, inclusive, que sua atividade política “subversiva” seria fruto da “raridade dos seus privilégios estéticos”, que teriam conduzido Vera à desgraça.

Se faz importante demarcar que Vera Sílvia Magalhães era uma mulher universitária, jovem e branca, como a maioria dos perfis de mulheres atingidos pela Justiça Militar durante a ditadura.<sup>123</sup> Portanto, ser considerada dona de uma beleza que causa “fascinação feminina” ainda é revelador no sentido das próprias percepções do que seria uma bela mulher por parte do Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro, do Almirante de Esquadra Waldemar de Figueiredo e, possivelmente, de grande parte daqueles que compunham o Superior Tribunal Militar.

---

<sup>122</sup> ITABORAHY, op. cit. p.108.

<sup>123</sup> RIDENTI, op. cit..

Se, por um lado, é necessário analisar como a Justiça Militar pensava a atuação feminina e reproduzia determinados estereótipos de gênero, fato que, inclusive, teria impactado nas sentenças, por outro, é imprescindível refletir sobre a perspectiva de outros atores sociais em cena. Itaborahy não propõe observar, por exemplo, os expedientes de defesa e aspectos próprios da experiência das réis, sendo sua investigação objetivada a analisar a existência de determinadas percepções em torno dos papéis sociais de gênero no Foro Castrense. Na presente pesquisa, portanto, serão justamente essas outras abordagens a serem privilegiadas.

Ao refletir sobre a Justiça Militar durante o autoritarismo, Anthony Pereira aponta que os advogados dos réus muitas vezes se confrontavam com juízes que acreditavam que o país estivesse enfrentando uma grave crise moral e política. O pesquisador argumenta que tal fato teria possibilitado aos defensores a execução de algumas manobras dentro deste sistema jurídico autoritário, conseguindo muitas vezes abrandar as penas de seus clientes. Em outras palavras, é indicado que, por vezes, estes profissionais “jogaram com as regras do jogo” a fim de obter algum êxito nas decisões dos tribunais. Nesse sentido, a atuação deste grupo extrapolava a busca pelas ambiguidades e limites das leis de segurança nacional. Muitas vezes, réus e advogados utilizavam estratégias de encenação, como simular “a ausência de conhecimento, ou seja, que o réu havia, inadvertidamente, auxiliado um grupo subversivo sem estar ciente das atividades dos amigos ou conhecidos”.<sup>124</sup>

Essa dinâmica descrita por Pereira ressalta o caráter próprio dos tribunais proposto na pioneira obra do historiador inglês E. P. Thompson, "Senhores e Caçadores", onde é evidenciado que tais instituições tratam-se de importantes espaços de embates e lutas de classe, sendo também atravessadas por uma dimensão simbólica dotada de um certo rito teatral. No caso da Justiça Militar, como visto, seus tribunais reproduzem, dentro das suas especificidades institucionais e temporais, tal lógica.

Cabe aqui, portanto, pensar esta dinâmica em associação às relações de gênero. Uma vez que, como foi observado, a Justiça Militar preconizava uma

---

<sup>124</sup> PEREIRA, Anthony W. “*Repressão, legalidade e regimes autoritários*”. In: PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p.213.

agenda moralizante que atravessava seu olhar em relação às rés, é fundamental questionar como tais elementos foram articulados pela defesa dos próprios réus.

Buscando analisar as experiências das militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), a historiadora Maria Claudia Badan Ribeiro identificou, através de entrevistas feitas com estes sujeitos, aspectos cruciais de seus processos. Muitas das mulheres que se tornaram rés pela Justiça Militar, souberam, junto com seus defensores, utilizar da ética moralizante e dos ideais de feminilidade da ditadura enquanto uma ferramenta de autopreservação. Apesar de não ser a tônica principal de sua pesquisa, a autora aponta que, em muitas defesas, clientes e defensores apelaram para recursos que tangenciam a própria estética feminina: aspectos como “aparência angelical” e “jovem inofensiva”, foram citados como forma de sensibilizar juízes e ministros da Justiça Militar. Outras vezes, mulheres fingiram estar loucas e desconhecerem o que tinham feito.<sup>125</sup>

A despeito destes artifícios, tendo um processo na Justiça Militar atravessado por determinados estereótipos de gênero que visavam desqualificá-la, a socióloga Albertina Costa relembra que,

Naquela cultura, uma mulher podia alegar que agiu por amor ao namorado, marido, pai ou filhos, atenuante inaceitável para homens, que como se sabe, agem por convicção ou quando muito por amor pela pátria. Antes de ser presa ouvi de amigas que haviam passado pela experiência que era possível fazer-se de boba. A probabilidade de ser crível como idiota era, a meu ver, inegavelmente maior para as mulheres. É bem verdade que muitos militantes se recusaram a exibir marcas de gênero, fingindo desempenhar papéis tradicionalmente femininos, embora mais tarde durante o julgamento do processo este viesse a ser um conselho usual de advogados para obter a redução de penas.<sup>126</sup>

O depoimento de Costa elucida que muitas das rés se apropriaram dos valores patriarcais do regime e, agindo sobre eles, protegeram-se das duras penas do Foro Castrense. Através de sua fala, percebe-se que figuras femininas simularam identidades, construindo junto com seus advogados uma defesa que se utilizou de um saber jurídico genderizado e moralizante que, muitas vezes, estava fora dos ordenamentos jurídicos.

Estas ações permitiram que a gramática social que exacerbava as desigualdades de gênero se tornasse também um recurso de autopreservação em

---

<sup>125</sup> RIBEIRO, op. cit.

<sup>126</sup> COSTA, Albertina. “*Memórias do Cárcere de uma feminina ex post*”, In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 281-282.

situações que poderiam gerar as mais violentas consequências para a vida das militantes políticas. Assim, os valores de feminilidade, masculinidade e militarismo produzidos e reproduzidos pela Justiça Castrense, que se acentuaram durante o período ditatorial, possibilitam uma oportunidade de ação política relativa ao sexo feminino dentro daquela instituição. É possível induzir que essas atuações só foram possíveis por estarem em consonância com uma visão específica dos papéis de gênero presentes na Justiça Militar. Aqui, a interpretação dos juízes era de subordinação a uma lógica militar de gênero. A guerra não era feminina<sup>127</sup> e as construções narrativas dessa premissa geraram condições que permitiram que os processados produzissem uma ação eficiente em suas defesas. Em outras palavras, estas ações reproduziam justamente o que a ordem social militar e muitos setores da sociedade civil legitimavam.

Se tratando de réis que passaram, quase sempre, por intensas torturas físicas e psicológicas, se apropriar das brechas do sistema era, na verdade, uma possibilidade de não morrer. O rito processual, marcado desde o início pelos sequestros em forma de prisão preventiva e pelas produções de provas contra o indiciado, era atravessado pelos usos da violência, conforme já destacado. Assim, os advogados e as réis buscavam, sobretudo, a autopreservação e a sobrevivência.

Estas ações executadas por mulheres nos tribunais militares foram, no entanto, silenciadas. Ao alegarem agir por amor ao namorado ou ao pai, que não sabiam o que estavam fazendo, ou que tiveram suas condutas motivadas por uma família disfuncional, estas figuras femininas não tiveram suas reais militâncias presentes nas fontes produzidas pelo aparelho repressivo, no caso aqui abordado, nos autos processuais<sup>128</sup>. Nesse caso, o uso estratégico dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres — como ingenuidade e sujeitos passíveis de serem manipulados — contribuiu para o apagamento dessas mulheres durante anos pela historiografia.

Tematizando atuações políticas vinculadas aos papéis de gênero e que ficam muitas vezes restritas a um lugar de “memória subterrânea”, a historiadora Marta Rovai, em seu trabalho intitulado "A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984)"

---

<sup>127</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Pós modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, Washington, 2003.

<sup>128</sup> RIBEIRO, op. cit.

discorre acerca da atuação feminina em Osasco durante o período ditatorial. A partir de entrevistas realizadas com diversas mulheres entre os anos de 2005 a 2012, Rovai percebe que em meio a um regime autoritário e violento, esses sujeitos utilizaram táticas e discursos vinculados aos papéis normativos de gênero como forma de estratégia política. Por se tratarem de figuras que não faziam parte de organizações estudantis, sindicais ou intelectuais, a maneira desenvolvida de militância se deu fora de um sistema de crenças políticas específico. Segundo a autora, tal fato teria feito emergir formas de atuação e resistência “fora dos padrões e de critérios de valoração, inclusive pela esquerda que atuou em oposição ao regime”<sup>129</sup>.

Pensando nessas experiências, Rovai dialoga com Ana Maria Colling e afirma que:

Importante ressaltar que o que suas narrativas apresentam em comum é o aspecto de que as ações femininas não romperam claramente com o código de conduta social que as colocava no papel de mães, cuidadoras, apolíticas. Ana Maria Colling demonstrou como o regime autoritário criou o conceito de “mulher subversiva” para se referir às guerrilheiras. Sua entrada no espaço político e a ousadia de pegarem em armas rompiam com o imaginário conservador de mulheres recatadas. Ao contrário dessas últimas, as entrevistadas demonstraram outra coragem, táticas nascidas justamente da condição de aparente submissão imputada a elas pelos homens, exercendo aquilo que se esperava delas, justamente para enganar os algozes que ameaçavam seus companheiros e a família. De sua aparente fragilidade feminina retiraram a força para “jogar” com os agressores do regime, duplamente empoderados por sua condição política e de gênero. Mais do que preencher espaços vazios nas histórias masculinas, essas mulheres revelaram como sentimentos de medo e afeto as impulsionou para os espaços dos sindicatos, delegacias e prisões assim como trouxeram para o âmbito do privado as questões políticas.<sup>130</sup>

Percebe-se que a autora busca alargar o conceito de ativismo político, pensando que tal prática atravessa também as relações cotidianas e a própria dimensão do afeto. Como demonstrou, estas podem se tornar ferramentas políticas de mobilização e que desafiam os grupos dominantes, inclusive os próprios agentes da repressão.

Em uma das entrevistas, é visto que essas táticas foram aplicadas na própria Auditoria Militar por familiares dos réus, como se observa na fala de Sônia Miranda:

---

<sup>129</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. "A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984)". *L'Ordinaire des Amériques*, [S.l.], n. 222, 2017, p.3.

<sup>130</sup> ROVAI, Ibid., p.4-5.



Larguei tudo o que estava fazendo, peguei as meninas. (...) Peguei um ônibus, levei minha filha pequenininha justamente para dar mais autenticidade à coisa. Cheguei na rua Brigadeiro Luiz Antonio, na Auditoria Militar, e eles reclamavam: “Como que uma mulher anda com uma criança dessas, pequeninhas, num ônibus lotado desse jeito?!” (...) Tinha gente chorando para todo lado!... Aqueles soldados, assim, tudo de prontidão! E eu, entrando com aquela criança, procurando um advogado...Ele me falou, muito ríspidamente, que o escritório dele era na Xavier de Toledo, para eu esperá-lo lá. Muito ríspido! E eu fui!... (...) E lá fui eu de novo com as crianças na Auditoria Militar! Dizer que ele estava trabalhando, não podia ir; que marcassem, então, outra audiência. Consegui o relaxamento da prisão. O Joaquim conseguiu responder o processo em liberdade.<sup>131</sup>

Na fala de Miranda, percebe-se que até mesmo em ambientes próprios da repressão, essas ações foram executadas. Levando suas duas filhas, crianças pequenas, na Auditoria Militar, Sonia buscou sensibilizar as autoridades. Aqui, observa-se a utilização específica da maternidade e de uma suposta fragilidade e respeito à mulher grávida que, ao que indica, foi bem sucedida no episódio. É importante observar, contudo, que tais estratégias não eram garantidas. Como demonstrado, a maternidade foi amplamente empregada como um método de tortura pelos órgãos de repressão. Além disso, a CNV revela que crianças e bebês filhos de militantes políticos foram submetidos à tortura ou utilizados como meio para torturar seus familiares.<sup>132</sup> É o exemplo dos irmãos Janaína e Edson Teles, que em dezembro de 1972, com 4 e 5 anos, foram sequestrados pela OBAN e detidos junto com seus pais, os militantes comunistas Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles.<sup>133</sup>

A historiografia vem produzindo cada vez mais narrativas que contemplam as diferentes práticas dos sujeitos e como estes buscam formas de negociar e barganhar, inclusive, em determinadas situações limites. Se pensarmos, o exemplo de Vera Sílvia Magalhães, que nos processos foi descrita pelos ministros como dona de uma “fascinação feminina”, perdemos de vista aspectos cruciais que atravessaram sua atuação. É o exemplo de quando, em 1969, a militante se aproveitou de sua condição de mulher para obter informações sobre a rotina do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick. Para tal, Vera necessitou

---

<sup>131</sup> ROVAI, Ibid., p.-6-7.

<sup>132</sup> BRASIL. *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescente*. In: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

<sup>133</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. Edson e Janaina Teles. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/edson-e-janaina-teles/>. Acesso em: 02 set. 2024.

flertar com o chefe da segurança da embaixada dos Estados Unidos, se fazendo passar por uma jovem inocente do interior.

Mesmo que esse episódio sinalize a desigualdade de gênero no MR-8 e que Vera não tenha necessariamente gostado de lhe ser incumbida tal função, a militante desempenhou um papel crucial e perigoso. Contudo, sua presença não levantou suspeitas entre os funcionários da Embaixada, devido ao estereótipo de mulheres como menos ameaçadoras, culminando no sequestro do embaixador e, portanto, no sucesso da ação. Nesse sentido, é fundamental resgatar o pano de fundo no qual diversas mulheres atuaram contra um regime moralizante, que buscava excluí-las enquanto seres combativos, tematizando o silêncio e a encenação como prática de enfrentamento e resistência.

No caso da Justiça Militar, vimos que as categorias sociais, construídas a partir das relações econômicas, culturais e políticas, atravessam os julgamentos de formas variadas. Esses marcadores sociais se fazem presentes através da própria jurisprudência, ou seja, dos precedentes judiciais, que incluem acórdãos, sentenças e decisões anteriores que fundamentam os argumentos jurídicos. Contudo, é fundamental olhar mais a fundo, buscando identificar não apenas tais discursos mas como os próprios sujeitos se relacionam com eles. É o que veremos a seguir.

## **Capítulo 2- O caminho da ação penal: simulações de gênero**

Em oito de março de 2024, o site do Superior Tribunal Militar publicou a notícia intitulada “Justiça Militar da União começa a julgar com a perspectiva de gênero.”<sup>134</sup> No corpo da matéria, em ocasião do Dia Internacional das Mulheres, foi apresentada a novidade de que seria aplicada a recomendação da Corregedoria da Justiça Militar da União (JMU) acerca do protocolo do Conselho Nacional de Justiça para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Apesar de se tratar de uma tentativa da instituição de promover equidade de gênero nos processos, capacitando seus funcionários para o exercício de suas funções alinhados à pauta

---

<sup>134</sup> SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO. Justiça Militar da União começa julgar com perspectiva de gênero. *Agência de Notícias*, 2024. Disponível em: <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/13542-justica-militar-da-uniao-comeca-julgar-com-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 10 ago. 2024.

dos direitos das mulheres, o título da reportagem chama atenção por sua aparente ambiguidade.

No mesmo site é disponibilizado o histórico dos Ministros do Superior Tribunal Militar desde 1808<sup>135</sup>. Da longa lista que comporta 345 nomes, apenas uma mulher realizou essa função. Trata-se da Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, indicada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), empossada em 7 de março de 2007. Quase 20 anos depois, nenhuma outra mulher foi nomeada e Rocha mantém-se como a única ministra da segunda instância da Justiça Militar. A demora de quase 200 anos para que uma figura feminina ocupasse o cargo na corte, atesta que a perspectiva de gênero sempre esteve presente nos julgamentos do Foro Castrense: era, esta, masculina. Afinal, juízes julgam a partir de sua própria visão enquanto sujeitos e agentes sociais e, certamente, o gênero influencia tais construções.

Nesses dois séculos, apenas homens ocuparam cargos na instituição e, mesmo após quase 20 anos do ingresso da primeira mulher, a equidade de gênero, seja em números ou na própria perspectiva jurídica, ainda parece uma realidade distante. Além disso, a racialização desta corte demonstra que a instituição não reflete a realidade negra e indígena da sociedade brasileira. Este fato contribui ainda mais para o estreitamento das perspectivas formadoras deste foro, tendo em vista que a maioria esmagadora dos ministros possuem as mesmas clivagens sociais — são homens, brancos e, provavelmente, de classe social privilegiada economicamente.

No contexto da Ditadura Militar, a Justiça Militar era também predominantemente masculina e branca. Como visto, durante este regime a instituição desempenhou um papel significativo no cenário político brasileiro: a partir de 1965, o julgamento de civis em sua primeira e segunda instância, foi marcado por uma forte perspectiva de moralidade associada também a um ideário anticomunista. No caso das mulheres militantes que se tornaram rés nesta instituição, envolvidas em assuntos relacionados à Segurança Nacional, essas figuras foram julgadas com base em uma perspectiva de gênero que atravessava a ritualística e a visão deste foro.

---

<sup>135</sup> SUPREMO TRIBUNAL MILITAR. Ministros desde 1808. *São Paulo*, 22 dez. 2023.

Disponível em:

[https://www.stm.jus.br/images/STM/memoria/ministros\\_desde\\_1808\\_22\\_dez\\_2023\\_SEI\\_010181\\_19.pdf](https://www.stm.jus.br/images/STM/memoria/ministros_desde_1808_22_dez_2023_SEI_010181_19.pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

Coloca-se, então, a pergunta: se determinados discursos sociais eram preconizados pela Justiça Militar, como os sujeitos que estavam à margem, na qualidade de réus, se relacionaram com tais narrativas?

Partindo desta questão, o presente capítulo tem como objetivo compreender de que forma as mulheres denunciadas na Justiça Militar se apropriaram dos ideais de gênero reproduzidos por esta instituição, incluindo-os em suas próprias estratégias de defesa. Busca-se refletir, dessa forma, a maneira como a gramática social que exacerbava as desigualdades entre homens e mulheres foi, por vezes, transformada em um recurso de autopreservação em situações que poderiam gerar as mais violentas consequências para a vida das militantes políticas.

Para tal, será analisado um Inquérito Policial Militar (IPM), documento que precede o processo e é essencial para o início da ação penal. Aqui, acompanharemos o caminho repressivo de três mulheres que foram indiciadas e que, junto com seus advogados, utilizaram de variadas estratégias no intuito de não se tornarem réus na Justiça Militar. Em seguida, será examinada uma ação penal onde 22 mulheres foram denunciadas, chegando a enfrentar o Foro Castrense. Esses documentos serão cruzados com uma variedade de fontes, incluindo entrevistas, que versam sobre a trajetória das militantes em questão, de forma a elucidarmos a forma como essas figuras fizeram uso de um ideário genderizado presente no aparato judicial.

Em termos metodológicos, o presente capítulo utilizará fontes documentais de duas naturezas: escritas e orais. No que se refere às fontes escritas, será analisado um IPM e uma ação penal. O primeiro documento compõe o acervo do Arquivo de Difusão da Memória da Justiça Militar da União (Arquimedes). Sobre a peça processual a ser discutida, este se encontra disponível tanto no Arquimedes, como no acervo do Brasil Nunca Mais (BNM). Este último possui um acervo composto por 707 processos judiciais que tramitaram no Superior Tribunal Militar, entre agosto de 1979 e março de 1985. Suas mais de 850 mil páginas foram microfilmadas sigilosamente durante cinco anos a partir da iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo junto a um grupo de advogados de presos políticos. Atualmente, esta documentação se encontra fisicamente no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade

Estadual de Campinas, e pode ser acessada digitalmente pela base de dados do projeto *Brasil: Nunca Mais Digital*.

No que concerne ao arquivo da Justiça Militar da União, a plataforma *Arquimedes*, lançada em 2015, tem como objetivo a difusão *online* da memória desta instituição. Este material é composto por documentos de todas as instâncias da Justiça Militar e, apesar de nem todos estarem digitalizados, é possível solicitar via formulário eletrônico aqueles que não se encontram disponíveis. Para esta pesquisa, a utilização desta base de dados foi importante na medida em que se apresenta como uma possibilidade de ampliação de fontes, já que contempla, além de processos que tramitaram na Justiça Militar disponíveis no acervo do *Brasil Nunca Mais*, os Inquéritos Policiais Militares que foram arquivados.

Estas fontes judiciais evidenciam a natureza dos processos das rés, os crimes dos quais foram acusadas, a forma como foram representadas pela instituição militar e as próprias estratégias utilizadas pela defesa. Além disso, a partir da análise das fontes, será possível identificar o nome das mulheres em questão, traçar parte de suas trajetórias e construir o caminho jurídico e repressivo que levou essas figuras a se tornarem rés na Justiça Militar.

## **2.1- Do inquérito: “Senhora daquela idade, com aquela formação moral”**

Em 18 de abril do ano de 1972, foi instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado da Guanabara um Inquérito Policial Militar (IPM) com a finalidade de investigar um curso de fabricação de bombas caseiras que teria acontecido em 1969, na cidade do Rio de Janeiro. Os indiciados eram Antonieta Campos da Paz, Edeméia Vieira da Cunha, Epitácio Remígio de Araújo e Maria de Cerqueira e Silva. Segundo consta no documento de número 1678<sup>136</sup>, eles estavam sendo investigados por se enquadrarem no artigo 25 da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n 898/69):

Art. 25.

Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena: reclusão, de 5 a 15 anos.

Parágrafo único. Se, em virtude deles, a guerra sobrevém:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972.

<sup>137</sup> BRASIL. Decreto-Lei 898, de 1969. *Diário Oficial da União*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm)

Como em muitos outros IPMs, a abertura deste inquérito estava vinculada a outra investigação: Eptácio Remígio, um dos indiciados, já respondia a um processo por crime enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Durante interrogatório referente a esta outra ação judicial, Eptácio Remígio teria dado determinadas informações acerca do episódio das aulas de produção de bombas, o que levou a abertura de uma apuração independente para investigar tais fatos.

Em meio às cenas de terror, onde os interrogados eram torturados e muitas vezes se encontravam entre a vida e a morte, não era incomum que estes acabassem se entregando e/ou delatando seus companheiros. Foi a partir deste *modus operandi*, parte fundamental da engrenagem repressiva<sup>138</sup>, que a confissão de Eptácio Remígio levou o DOPS da Guanabara a instaurar um inquérito sobre o curso de fabricação de bombas caseiras.

Tratando-se de uma peça crucial nos processos da Justiça Militar, a produção de IPMs era, geralmente, ordenada por delegados de polícia ou por uma autoridade militar que tivesse recebido qualquer informação sobre um suposto crime. Assim, o inquérito tinha como objetivo a apuração sumária dos fatos.<sup>139</sup> Nesta fase, aquele que estivesse sendo investigado não tinha direito à defesa, sendo impossibilitado de contestar as acusações, mesmo que tivesse provas. Após a sua elaboração, o documento era enviado às Auditorias Militares, onde cabia ao Procurador — um advogado civil representante do Ministério Público Militar (MPM) — apresentar a denúncia a este órgão, responsável por instaurar, então, o processo.<sup>140</sup> Ao aceitar a denúncia, a Justiça Militar validava um documento viciado, pois os IPMs eram marcados pelo uso sistemático da tortura. Desta maneira, os processos da Justiça Militar se originavam de um documento viciado, como será demonstrado a seguir.

O inquérito sobre as bombas caseiras possui 300 páginas e, logo nas primeiras laudas, consta uma ordem para que Antonieta Campos da Paz, Edeméia Vieira da Cunha e Maria de Cerqueira e Silva fossem levadas ao Depósito de Presas São Judas Tadeu, as celas femininas do DOPS, situado no Centro do Rio de Janeiro. Talvez, para um leitor desavisado, esse teria sido o início do caminho repressivo trilhado por essas três mulheres. Essa afirmação é tensionada quando

---

<sup>138</sup> JOFFILY, op. cit.

<sup>139</sup> VANNUCCHI, op. cit., p.50.

<sup>140</sup> ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.176.

trazemos à luz algumas perguntas: teriam antes as indiciadas passado pelo DOI-CODI ou outra instituição de segurança das Forças Armadas, como normalmente acontecia? Quais foram as circunstâncias das prisões das indiciadas? Teriam elas se apresentado espontaneamente ao DOPS?

Oficialmente o IPM foi instaurado pelo delegado Arthur Britto Pereira em 18 de abril do ano de 1972, marcando o início legal da investigação. Contudo, há indícios de que as indiciadas já estivessem presas no DOPS, pelo menos, desde 11 de abril, quando foi registrado pelo comissário Nelson Costa a mencionada solicitação de “recolhimento de detida” nas celas.<sup>141</sup> Esta informação é fundamental por elucidar que “a legalidade autoritária” não atuava dentro dos ditames das leis, nem mesmo daquelas produzidas pelo próprio regime. O desrespeito à legislação e, até mesmo, aos prazos processuais era uma constante na engrenagem da repressão, inclusive, na fase de produção dos inquéritos.

Este é um fator fundamental para a análise de experiências de indivíduos presos, indiciados ou/e denunciados durante a Ditadura Militar. Apesar dos órgãos repressivos registrarem grande parte das atividades realizadas, inclusive produzindo provas de seus abusos e violações, o que constitui um importante arcabouço de fontes primárias, parte do processo repressivo era ocultado ou, como nesse caso, adulterado. Muitas vezes, nem mesmo o cruzamento de fontes é capaz de revelar aspectos importantes como este, notando-se que as indiciadas já estavam detidas há cerca de uma semana, provavelmente sofrendo torturas, quando o inquérito foi oficialmente aberto.

Buscando responder às questões aqui apresentadas, observa-se, ainda, um importante aspecto acerca dos resumos dos depoimentos de duas das indiciadas, também informados no inquérito. Nesta documentação, é indicado que Maria de Cerqueira e Silva teria sido interrogada no dia 8 de abril de 1972, das 22:20 às 23:30 da noite. A seguir, encontra-se o resumo do depoimento de Antonieta Campos da Paz, realizado das 23h45 do dia 8 de abril às 1h30 do dia 9 de abril de 1972. Uma vez que, como visto, Antonieta e Maria foram levadas oficialmente à cela do DOPS apenas no dia 11 de abril e que o inquérito só foi aberto no dia 18 do mesmo mês, há um forte indício de que, antes de passarem pelo DOPS, as duas poderiam ter estado no DOI-CODI, onde teriam sido interrogadas no dia 8 de abril

---

<sup>141</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.11-13.

de 1972. Essa possibilidade se ancora no fato de que este era um procedimento comumente realizado pelos agentes repressivos, que costumavam “interrogar” sob tortura os presos nas dependências do DOI-CODI antes de levá-los ao DOPS, como veremos.

Esta hipótese ganha maior peso quando cruzamos os dados do inquérito com outros documentos. No caso de Antonieta, o Catálogo “*MULHERES MILITANTES NO ACERVO DO AMORJ*”, produzido pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (APERJ), versa sobre a prisão da militante. Neste documento<sup>142</sup>, há uma seção dedicada ao seu perfil biográfico, sendo elaborada com base em registros que ela mesma produziu enquanto estava viva. Destaca-se a seguinte informação: “em março de 1972, teve sua casa invadida por policiais que reviraram livros, rasgaram sofá e a levaram presa com destino ignorado. Nessa estada na prisão sofre torturas físicas e psicológicas. Foi acareada com membros da ALN e sofreu ameaças de todo tipo”<sup>143</sup>.

No que concerne à prisão de Maria de Cerqueira e Silva, a reportagem no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 11 de abril de 1972<sup>144</sup>, enunciava que o advogado Lino Machado Filho procurava seus clientes, dentre eles, a “professora Maria de Cerqueira e Silva”. O defensor diz que os parentes da moça haviam estado no DOPS e não obtiveram qualquer informação e que “os moradores das redondezas, viram-na conduzida por agentes que seriam dos órgãos de segurança”.<sup>145</sup> Nesse sentido, podemos inferir que ambas mulheres foram sequestradas e levadas para uma instituição das Forças Armadas antes mesmo de serem entregues ao DOPS, onde oficialmente foram registradas apenas no dia 11 de abril.

Este caminho repressivo não era incomum entre as vítimas da repressão. Embora a instauração dos inquéritos fosse de responsabilidade do DOPS, bem como a condução dos interrogatórios, o que se observou na prática foi a adoção de outra conduta. Em estudo intitulado “*No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*”, a

<sup>142</sup> ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Catálogo Mulheres Militantes no Acervo do AMORJ. Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/MULHERES%20MILITANTES%20AMORJ.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

<sup>143</sup> ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Catálogo Mulheres Militantes no Acervo do AMORJ. Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/MULHERES%20MILITANTES%20AMORJ.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

<sup>144</sup> “Habeas para professor preso na rua”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1972. p. 19.

<sup>145</sup> Idem.



historiadora Mariana Joffily aponta que, na maioria das vezes, antes de passarem pelo DOPS, as vítimas eram sequestradas e detidas nos DOIs ou em outras instituições das Forças Armadas, onde eram interrogadas durante dias e noites. Naquele contexto, as vítimas ficavam em estado de incomunicabilidade, sem que seus familiares, advogados ou a própria Justiça Militar tivessem ciência da detenção.<sup>146</sup> Não por acaso, o advogado de Maria Cerqueira recorreu aos jornais para anunciar o desaparecimento de sua cliente, não apenas como uma forma de obter informações sobre seu paradeiro, mas também para garantir que os órgãos repressivos soubessem que havia pessoas atentas a seu sequestro por parte da repressão.

Também nesses órgãos, as vítimas eram sujeitas a torturas físicas e psicológicas, sobretudo nos momentos dos “interrogatórios preliminares”, feitos por agentes que usavam codinomes e que buscavam, a partir de diversas táticas de tortura, extrair confissões, verdadeiras ou falsas, que posteriormente, integrariam os autos processuais, constando como prestadas no DOPS e em juízo.<sup>147</sup> A historiadora indica, ainda, que nessas instituições havia a existência de uma estrutura pensada especificamente para a prática da tortura. A presença de profissionais que estudaram técnicas de tortura era notável, além de psicólogos, enfermeiros e médicos, que ajudavam a operar tais ações. Esses últimos, por exemplo, faziam o trabalho tanto de reanimar as vítimas, estabelecendo os limites de resistência física às torturas, como também tratavam daqueles sob risco de morte, com o objetivo de evitar que o óbito interrompesse o processo de inquirição.<sup>148</sup>

Somente quando as autoridades acreditavam que as vítimas já haviam dito tudo o que sabiam, o detido era levado ao DOPS e a prisão, por fim, era formalizada. Contudo, não foram raros os episódios em que as torturas eram mantidas mesmo após as vítimas estarem a tempo suficiente detidas e sem nada mais nada a dizer.

É justamente a formalização da prisão após o fim dos interrogatórios sob tortura o momento reportado nas primeiras laudas do inquérito acerca do curso de bombas caseiras: um “início” oficial que curiosamente teria ocorrido depois dos

---

<sup>146</sup> JOFFILY, op. cit.

<sup>147</sup> ARQUIDIOCESE, op. cit., p.174.

<sup>148</sup> JOFFILY, op. cit., p.269.

depoimentos terem sido colhidos. Em outras palavras, evidencia-se que, mesmo os inquéritos tendo sido assinados pelo DOPS, esta instituição teria utilizado de informações ilegais previamente extraídas pelo DOI referentes a Maria Cerqueira e Antonieta Campos da Paz. Nota-se, portanto, que o documento apresentado oculta diversas camadas de informação, uma vez que não reflete o caminho de ilegalidade que caracterizava o funcionamento da engrenagem repressiva.

No dia 14 de abril de 1972, antes mesmo da instauração oficial do inquérito, foram produzidas algumas imagens das indiciadas. As fotografias foram anexadas da seguinte forma:



ESTADO DA GUANABARA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - D.P.O.S.



*Manoel*



EPITÁCIO REMÍGIO DE ARAUJO



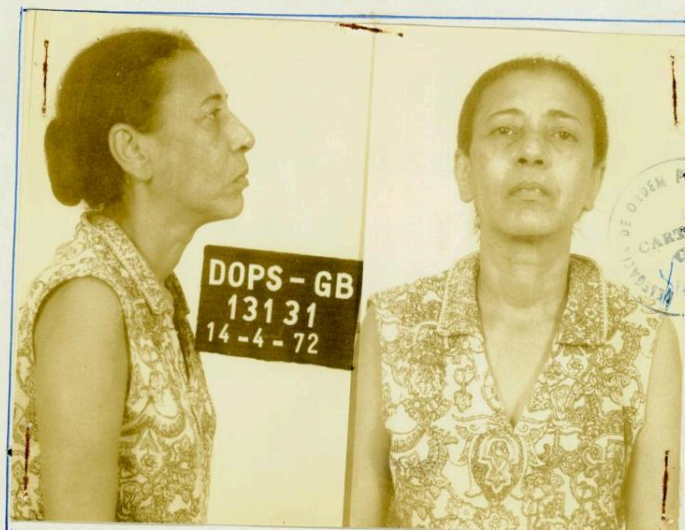
MARIA DE CERQUEIRA E SILVA

DGIEG - Seção de Oficinas

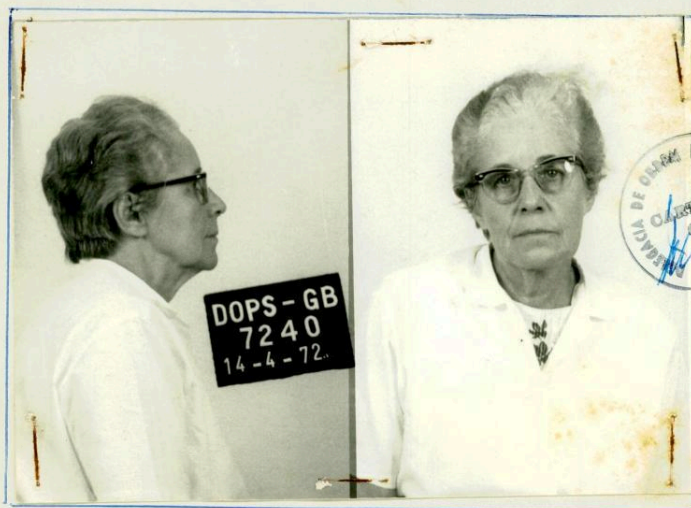
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.233.



ESTADO DA GUANABARA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - D.P.S.



EDEMÉIA VIEIRA DA CUNHA



ANTONIETA HAMPSHIRE CAMPOS DA PAZ

DGIEG - Seção de Oficinas

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.231.

Como pode ser observado, as imagens das três indiciadas teriam sido feitas<sup>149</sup> no dia 14 de abril de 1972, enquanto a de Eptácio foi produzida antes, no dia 4 do mesmo mês, ocasião em que o rapaz foi interrogado acerca dos fatos de outro processo que respondia, este também relativo à Lei de Segurança Nacional. Os papéis timbrados da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara levam os carimbos e assinaturas das autoridades desta instituição. Nas folhas, foram grampeadas as fotografias onde os quatro investigados aparecem nas mesmas poses: de perfil e de frente, com as feições sérias enquanto encaram a câmera.

No primeiro registro, encontramos Eptácio Remígio, à época com 27 anos. De acordo com seus dados de qualificação, tratava-se de um homem branco, torneiro mecânico, desempregado e natural de Sertânia, Pernambuco. Sua ficha de antecedentes revela que havia estado diversas vezes nessa instituição, todas relacionadas a crimes cometidos contra a Segurança Nacional do país. Em um outro documento que compõe o IPM, produzido pelo DOPS e intitulado "Relatório de Vida Progressa", é indicado que Eptácio era um homem solteiro, católico, sem posses, com apenas o ensino primário completo e que começou a trabalhar aos 16 anos. Também é mencionado que desde que decidiu se mudar para Cuba, o indiciado não manteve contato com seus familiares, que residiam em Pernambuco.<sup>150</sup>

A imagem do rapaz difere das outras indiciadas: além de ser o único homem, Remígio ainda era jovem, ao passo que as mulheres eram mais velhas. Maria Cerqueira e Silva tinha 50 anos e, conforme consta na documentação, era natural da Bahia, branca, desquitada, católica e trabalhava como professora de educação artística. Edeméia Vieira da Cunha, por sua vez, era natural do Rio de Janeiro, tinha 54 anos no momento da prisão, era solteira, estava aposentada de suas atividades como assistente social e era a única mulher identificada em sua ficha como de cor parda. Por fim, Antonieta Campos da Paz era a mais velha entre os indiciados. Nascida em São Paulo, possuía 60 anos de idade, era viúva e tinha como profissão "Prendas Domésticas".

---

<sup>149</sup> Como observado, essas datas podem não refletir a realidade.

<sup>150</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.125.

Como visto, as ocupações profissionais das figuras femininas do IPM se diferenciavam da de Epitácio, que era torneiro mecânico. As duas primeiras, pelas profissões que exerciam, provavelmente possuíam ensino superior completo, o que é extremamente significativo para a época. Já Dona Antonieta, apesar de ter a profissão descrita como prendas domésticas, era jornalista e notadamente uma mulher de classe média, engajada em atividades intelectuais diversas. Além disso, as três senhoras residiam na Zona Sul do Rio de Janeiro, uma área conhecida por ser habitada por pessoas com maior poder aquisitivo na cidade. Maria vivia com a filha e uma empregada doméstica em Copacabana, Antonieta morava sozinha em sua residência no Jardim Botânico, e Edeméia residia no Flamengo com a mãe, também em um apartamento próprio. No caso de Epitácio, antes de ser preso, o militante vivia em um “aparelho” da ALN, situado no bairro da Tijuca, na Zona Norte da cidade. Tais aspectos revelam importantes diferenças socioeconômicas que se manifestaram de maneiras distintas ao longo do inquérito, como será analisado.

Sobre os fatos investigados, nota-se, a partir da análise comparada entre os interrogatórios, que, em maio de 1969, o militante da ALN Domingos Fernandes solicitou a Epitácio, que também fazia parte deste grupo, que ministrasse um curso sobre explosivos para um grupo de mulheres. O jovem, que já havia conduzido treinamento semelhante, aceitou. A partir de então, Domingos fez a ponte entre o militante e Antonieta, que cedeu sua residência para as aulas. A casa era localizada na Rua Oton Bezerra de Melo, no Jardim Botânico, e estava desocupada, uma vez que havia a intenção de vendê-la.<sup>151</sup>

O curso teria tido de três a sete encontros, aspecto que variou nos depoimentos dos indiciados. As aulas consistiam no estudo de uma apostila sobre explosivos, fornecida por Domingos, que eram lidas e explicadas por Epitácio, enquanto as participantes copiavam as fórmulas e técnicas descritas em seus cadernos. As alunas estudaram, teoricamente, a confecção de bombas de termite, bombas com acionadores elétricos e bombas utilizando clorato de potássio e açúcar. Na prática, tentaram fabricar um explosivo sem sucesso e, ao tentarem criar uma bomba de clorato de potássio, acabaram provocando um princípio de incêndio. Devido à grande quantidade de fumaça gerada, o professor e as alunas

---

<sup>151</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.17.



temeram que os vizinhos percebessem a situação, o que levou à suspensão das aulas. Domingos, posteriormente, concordou com a interrupção das atividades.

Além dos fatos circunscritos à própria execução do curso, interessava a repressão à natureza da relação entre os indiciados: dados de como estes haviam se conhecido e os caminhos percorridos até a realização das aulas apareceram nos autos dos interrogatórios. Nesse contexto, no qual o uso de tortura era prática sistemática, as vítimas buscavam se defender como podiam, mesmo quando os agentes já possuíam informações prévias e contundentes do envolvimento dos indicados com atividades políticas tidas como “subversivas”.

Observa-se, por exemplo, no depoimento de Maria Cerqueira, a alegação de que esta conheceu Antonieta em maio de 1963 em uma festividade na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), organizada pela direção de um orfanato feminino chamado Casa de Lázaro, situado no bairro do Méier. Entre as participantes estava Antonieta, que fazia parte de um grupo de senhoras da Liga Feminina da Guanabara, a qual abordaremos mais adiante, e que também fazia parte da organização do evento. Chama atenção que Maria, em interrogatório, apontou que Antonieta era um nome conhecido como jornalista e membro de uma importante família carioca, o que demonstra uma marca socioeconômica.<sup>152</sup>

Na mesma festa, estava Zilda Xavier Pereira, conhecido quadro da ALN que, no momento do interrogatório, se encontrava foragida. Ao longo do depoimento de todas as indiciadas, observa-se uma tentativa de se afastar da figura de Xavier. No caso de Maria Cerqueira, discorrer sobre uma possível distância de Zilda era difícil, visto que a inquirida deu aula de piano todos os dias durante anos para o filho da militante comunista, Alex. Nessas ocasiões, Alex Xavier Pereira, ia à casa de Maria, no Flamengo, levando também os amigos e seu outro irmão, Iuri. Segundo a depoente os jovens passavam horas em sua casa, discutindo artes, música, cultura teatral folclórica e literatura.<sup>153</sup>

Teria sido a partir dessa relação que no ano de 1969, Zilda convidou a declarante para uma palestra na casa de Antonieta, no Horto. De acordo com Maria, a temática da apresentação em questão seria sobre a situação mundial do ponto de vista político-social e educativo, e seria proferida por um jovem

---

<sup>152</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.34.

<sup>153</sup> Ibid., p.35.

recém-chegado da Europa, chamado Paulo. No caso, Paulo era Epitácio e a Europa era, na verdade, Cuba. A indiciada alegou que, como professora, era um tema que a interessava. Segundo ela, a palestra teria começado com uma discussão sobre a situação socioeconômica internacional, mas logo desviou para a confecção de explosivos caseiros e fórmulas químicas, o que não era considerado relevante para a declarante. Ela, então, informou a Zilda que não retornaria às palestras devido ao conteúdo abordado. De fato, entre todos os indiciados há a informação de que Maria de Cerqueira teria frequentado apenas uma das aulas.<sup>154</sup>

A necessidade de frisar que era contrária à “violência” e ao “terrorismo” e que carregava consigo uma visão pacifista é uma constante no depoimento de Maria. Além disso, ela alega que jamais teria se filiado a qualquer organização político-partidária ou grupo subversivo: segundo a professora, ela só veio a descobrir que determinadas pessoas de seu convívio eram “terroristas” a partir dos noticiários e da imprensa, mesmo aquelas que por anos frequentavam diariamente a sua casa.<sup>155</sup> Contudo, sua colocação é questionável, uma vez que dois anos antes, em 1970, foi processada pela Segunda Auditoria do Exército por estar envolvida em atividades da ALN. Na ocasião, Maria teria infringido a Lei de Segurança Nacional, estando incurso precisamente no artigo 43:

Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.<sup>156</sup>

Nesse processo, a declarante foi defendida pelo advogado Dr. Lino Machado e teve como resultado sua absolvição por unanimidade.<sup>157</sup>

A ideia de aliciamento aparece no depoimento de todas as indiciadas, sempre terceirizando a suposta decisão de fazer parte das aulas. Em suas falas, observamos uma tentativa de se colocarem como pessoas ingênuas, o que pode ser visto no depoimento de Maria Cerqueira ao alegar que o conferencista não tinha declarado expressamente a finalidade das aulas, e “que na época não entendia para

---

<sup>154</sup> Ibid., p.37.

<sup>155</sup> Ibid., p.41.

<sup>156</sup> BRASIL. *Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969. Câmara dos Deputados*, Brasília, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

<sup>157</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.21.



que fim se destinavam as ditas bombas, mas que agora entende que elas se destinavam a fins destrutivos, de sabotagem e terrorismo.”<sup>158</sup> Além disso, a indiciada declarou que não teria interesse na fabricação de bombas, uma vez que tinha “receio até em soltar fogos de artifício”.<sup>159</sup> Esse medo, por sua vez, talvez não fosse elemento a ser trazido em depoimento por Maria se não fosse a indiciada uma mulher.

No que diz respeito à Edeméia, a última indiciada a ser reconhecida pelas autoridades, sua relação com Antonieta teria se dado através de seu falecido marido, Manuel Venâncio Campos da Paz, chefe do Serviço de Urologia da Cruz Vermelha. Mantendo uma relação próxima com o casal, Edeméia frequentava a residência dos Campos da Paz e chegou a ser operada por Manuel em 1938, na Casa de Saúde São José. Sobre o curso, a indiciada afirma ter sido convidada por Antonieta para assistir a uma conferência em sua residência sobre a paz. O professor, no entanto, teria abordado nas aulas questões científicas, envolvendo física e química. Ao ser inquirida se no início das palestras, Epitácio havia feito alguma referência a seu currículo ou se informou onde aprendera os conhecimentos sobre bombas, Edeméia respondeu que não, e complementou dizendo que se tratava de um rapaz de cultura rudimentar e de pouca facilidade de expressão.<sup>160</sup> Buscando defender sua inocência, a indiciada ainda alegou que “jamais participou de passeatas ou qualquer ação de rua, até mesmo por lhe faltar saúde, de vez que é tuberculosa bilateral com foco nos intestinos”.<sup>161</sup>

A palavra “rudimentar” voltou a aparecer no depoimento de Antonieta. Tentando se distanciar da acusação que lhe estava sendo imputada e, assim como os outros indiciados, possivelmente sendo torturada durante o interrogatório, Antonieta afirmou que só percebeu o verdadeiro propósito das palestras mencionadas no final da última aula. Segundo ela, inicialmente, o objetivo do curso era tratar de assuntos da situação política internacional e, após a experiência da bomba dar errado, desistiu de continuar cedendo sua casa, pois “não comungava com as ideias terroristas do mesmo e não via como utilizar na prática aqueles ensinamentos”.<sup>162</sup> Inquirida sobre qual seria o objetivo ou o destino das

---

<sup>158</sup> Ibid., p.45.

<sup>159</sup> Ibid., p.46.

<sup>160</sup> Ibid., p.63.

<sup>161</sup> Ibid., p.62

<sup>162</sup> Ibid., p.63.

bombas, respondeu que em um primeiro momento não tinha a menor ideia de que estava aprendendo a fabricar bombas já que o próprio professor não disse expressamente para que serviriam tais conhecimentos. Segundo a indiciada, o fato de só ter percebido na última aula do que se tratava o curso se deu porque “o conferencista era muito enrolado e de uma cultura muito rudimentar”<sup>163</sup>

Sendo Eptácio Remígio um homem jovem, torneiro mecânico, vindo do interior de Pernambuco e com apenas o primário completo, percebe-se que, uma das formas que Maria, Edeméia e Antonieta encontraram de se defender — ainda que dentro de uma estrutura de extrema repressão e que limitava tais possibilidades — foi utilizando determinados estereótipos conferidos a elas ao militante. Gênero, regionalidade, idade e classe atravessam em peso os discursos das indiciadas, que se distanciavam do perfil da maioria daqueles que aderiram à luta armada. Aqui, as indiciadas buscaram emergir como senhoras inocentes. Em outras palavras, a perspectiva que buscava ser consolidada era a de que Eptácio seria tão desprovido da virtude da oratória e comunicação, que as senhoras não teriam entendido do que se tratavam as aulas. Esta mesma estratégia, possivelmente, não seria possível ser executada por Remígio.

Tais interrogatórios, costumeiramente realizados sob tortura, eram fundamentais para decidir se os indiciados seriam ou não formalmente denunciados. Isso se devia ao fato de que tais depoimentos integravam os IPMs, que, como visto, tinham a função de investigar e fornecer informações que permitiriam, posteriormente, o Ministério Público Militar (MPM) apresentar ou não uma denúncia à Justiça Militar.<sup>164</sup> Junto às inquirições, o auto de qualificação e as informações sobre a vida pregressa do indiciado, que também faziam parte dos inquéritos, eram essenciais nessa decisão. Isto porque, em conjunto, esses documentos formavam a imagem dos indiciados perante a autoridade que decidiria sobre seus futuros. Por esse motivo, os IPMs, mesmo quando arquivados, revelam importantes nuances sobre a dinâmica processual, de determinadas concepções dos indiciados e das próprias instituições repressivas.

Nesse sentido, o inquérito apresentado, não é analisado como fonte para compreensão de uma verdade histórica factual. Como visto, essa documentação ocultava informações, resumia e adulterava os interrogatórios e era elaborada com

---

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> VANNUCCHI, op. cit., p.50.

base na tortura para fins de confissões. Contudo, o inquérito relativo às aulas de bombas se apresenta como uma possibilidade de pensar as dimensões de órgãos como o DOI-CODI e o DOPS, as práticas de tortura e, até mesmo, os discursos dessas instituições e de seus agentes. Exemplo disso é a observação anotada após o interrogatório de Antonieta, onde consta que a indiciada “é fria e mentirosa”.<sup>165</sup> Além disso, se nota uma linguagem que, como visto no capítulo anterior, é marcada pelas relações de gênero, onde mulheres eram, muitas vezes, mencionadas em uma dimensão sexualizada e moralizante, a fim de desqualificação. No inquérito aqui analisado, Clara Charf é citada como amante de Marighella, já em outra passagem, é dito que Antonieta emprestou sua casa para uma moça que dormiu com seu amante na residência.<sup>166</sup>

Contudo, para além dos discursos institucionais, existem certas lacunas no IPM que se tornam significativas quando cruzadas com outros documentos. Ao ser enviado para a Circunscrição Judiciária Militar, o procurador, representante do Ministério Público Militar, deu o seguinte parecer em relação à denúncia:

MM; Dr. Juiz-Auditor

Da leitura atenta dos presentes autos, verifica-se que o civil, Eptácio Remígio de Araújo, militante da organização subversiva denominada Aliança Libertadora Nacional (ALN), a mando de Domingos Fernandes, integrante da mesma organização, e, atualmente, banido do país por decreto presidencial de 15 de junho de 1970, ministrou, em dias do mês de Maio de 1969 que os autos não precisam, na residência de Antonieta Hampshire Campos da Paz, sita à Rua Othon Bezerra de Melo, n 155, nesta cidade, um curso sobre explosivos, versando as aulas basicamente, a respeito da fabricação de bombas, de tipo “caseiro”, sendo certo que, no final da quarta e última das aulas dadas por Eptácio, ocorreu um princípio de incêndio, em virtude da explosão de uma bomba de clorato de potássio que Eptácio tentara fabricar, e que, em companhia de Antonieta fôra testar no fundo da mencionada residência, circunstância essa que fêz com que se desse por terminado o citado curso, temerosos de que a vizinhança viesse a descobrir os fatos e os denunciasses à Polícia.

Referido curso foi assistido por Antonieta Hampshire Campos da Paz, Maria de Cerqueira e Silva e Edméia Vieira da Cunha, sendo que o material usado durante as aulas foi fornecido por Luiz Afonso Miranda da Costa Rodrigues, também pertencente à ALN, e já falecido.

Com relação ao fato relatado neste processo, não chegaram os acusados a cometer o crime previsto no artigo 40 do Decreto-Lei n 510, de 20 de março de 1969, eis que os fatos apurados não passaram de mera tentativa de fabricação de explosivos.

---

<sup>165</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.25.

<sup>166</sup> Idem.

No que tange, todavia, à circunstância de Eptácio Remígio de Araújo e Domingos Fernandes pertencerem à organização terrorista-subversiva denominada Aliança Libertadora Nacional (ALN), o documento [...] oferecido pela Procuradoria da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, demonstra que já estão eles sendo processados perante aquele Juízo, em virtude de sua filiação à referida organização espúria.

Relativamente à pessoa que forneceu o material para o ensaio e fabricação do explosivo, o civil Luiz Afonso Miranda da Costa Rodrigues, extinta está a punibilidade, em virtude de sua morte.

Em face a todo o exposto, opinamos pelo arquivamento do presente feito, como de direito e de JUSTIÇA.

Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1972.

Eudo Guedes Pereira

Procurador<sup>167</sup>

Após o parecer do Procurador, em 9 de outubro de 1972, o Juiz Auditor da 2ª auditoria da Aeronáutica, José Garcia de Freitas, arquivou os autos do inquérito policial.

Mesmo com provas testemunhais e documentais que confirmavam que Antonieta cedeu sua casa para as aulas de preparação de bombas caseiras, que Eptácio conduziu o curso e que as alunas participaram, o MPM decidiu não denunciar nenhum dos indiciados, o que resultou no arquivamento do IPM em questão. Em um regime que perseguia, torturava e assassinava opositores políticos, este fato pode parecer incongruente. No entanto, tal decisão passa a ser melhor compreendida ao considerarmos a discussão sobre a adequação dos réus às normas sociais.

Se, como refletido no início deste capítulo, as narrativas no campo jurídico não são desvinculadas das estruturas e discursos sociais — tais como as concepções morais, as relações de gênero, raça, classe e outras — vemos que na Justiça Militar ocorre o mesmo. Evidentemente, o Foro Castrense valoriza certos aspectos mais do que outros. Por se tratar de uma instituição cujo *ethos* militar a particulariza, seus órgãos são predominantemente masculinos e suas atribuições são voltadas para objetivos distintos dos da justiça comum. No período ditatorial, seu foro ainda é impactado por importantes transformações que acentuaram determinados discursos, que, como vimos anteriormente, se relacionavam com a Doutrina de Segurança Nacional e com a concepção de enfrentamento do inimigo interno. Contudo, mesmo com importantes especificidades, ainda é possível

---

<sup>167</sup> Ibid., p.285.

perceber que seus discursos jurídicos se vincularam às narrativas sociais mais amplas.

Sobre este aspecto, em pesquisa acerca do julgamento de militantes da ALN na Justiça Militar durante o período ditatorial, o historiador Marco Aurélio Vannucchi demonstrou que a adequação social dos réus era um dos aspectos mais relevantes dos processos por ele analisados. Assim, o levantamento do perfil social, econômico e psicológico do acusado nos inquéritos eram dados fundamentais. Interessava aos agentes da Justiça Militar saber aspectos para além do possível crime, como, por exemplo, os hábitos do indiciado/denunciado, o nível de escolaridade, o estado civil, se tinha algum vício e, até mesmo, se era filho legítimo. Tais informações acabavam por formar uma narrativa linear e coesa acerca do crime supostamente cometido, impactando, também, as decisões judiciais.<sup>168</sup>

O historiador aponta que a adequação social estava presente,

[...] nas argumentações dos procuradores, advogados e dos próprios réus. E, principalmente, era o critério central considerado pelos juízes nos julgamentos. Assim, ao invés de se deterem somente nos crimes imputados aos denunciados, os processos giravam em torno de suas opiniões, trajetórias e comportamentos. Importava comprovar e verificar o arrependimento dos réus em se ligarem à luta armada e sua disposição em “construir uma nova vida”, longe das lides políticas e restrita à família, ao trabalho e aos estudos.<sup>169</sup>

Ao analisarmos a decisão do MPM referente ao inquérito sobre o curso de bombas caseiras, vemos que o Procurador justificou a não apresentação da denúncia contra as três mulheres indiciadas por estas não terem chegado a cometer o crime e, portanto, “os fatos apurados não passaram de mera tentativa”. No caso de Eptácio, alegou-se que este já estava sendo processado. No entanto, é possível que a decisão do Ministério Público tenha sido influenciada por outros fundamentos: na ocasião, a pessoa que, aos olhos da repressão, representava um perigo maior — Eptácio — já estava detida. Este chegou a figurar no inquérito como pertencente à “turma conhecida como I EX DA ALN”<sup>170</sup>, do qual o militante Virgílio Gomes da Silva também fazia parte. Paralelamente, as outras indiciadas constantemente demonstravam ou fingiam arrependimento ou ingenuidade.

---

<sup>168</sup> VANNUCCHI, op. cit.

<sup>169</sup> Ibid., p.49.

<sup>170</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972, p.15.

Esta hipótese ganha um peso ainda maior a partir da fala de Tício e Silva, o advogado de Antonieta. É verdade que Lins e Silva não chegou a aparecer em nenhum momento no IPM, uma vez que, como visto, nesta fase o indiciado não tinha o direito a defender-se legalmente. Contudo, seu papel nos bastidores pode ter sido de extrema relevância para a indiciada. Relembrando este episódio, Tício refletiu que:

Eu me vali muito da figura que D. Nieta representava, sobretudo, sua aparência e seu jeito meigo. Insisti muito junto ao juiz [...] Acho que cheguei a levar Dona Nieta lá para que a conhecessem e o juiz pudesse constatar o que eu dizia acerca de sua inocência. Os tratadistas da prova penal, dentre eles Malatesta, falam da capacidade para o delito. Eu me valia dessas lições para dizer que D. Nieta era ‘moralmente incapaz para o delito’. Isto é, uma senhora daquela idade, com aquela formação moral, não seria capaz de estar fazendo as coisas que estava sendo acusada. E tinha o agravante dela ter sido torturada, uma covardia em se tratando de uma pessoa da idade dela.<sup>171</sup>

Aqui, existem alguns aspectos que merecem ser destacados. O primeiro, diz respeito a Tício evocar a “capacidade para o delito”, que teria entre seus pilares a compreensão do caráter criminoso do fato por parte daquele que executa a ação.<sup>172</sup> Nesse sentido, o discurso do advogado, assim como o de Antonieta, se ancoravam no fato de que a indiciada não sabia do que se tratava o curso, era ingênua e, portanto, não teria a capacidade de realizar esse crime. Tal argumentação era atravessada por normativas sociais de gênero, classe, raça e idade. Sua cliente, Antonieta Campos da Paz, era uma senhora branca, mãe, viúva e de classe alta. A partir dessas características, Tício buscou retratá-la como uma pessoa meiga, dócil e inocente. Assim, a defesa da indiciada foi ancorada fortemente nos ideais de feminilidade preconizados pelo regime autoritário. Muito provavelmente a argumentação utilizada não se sustentaria perante o juiz caso Antonieta fosse uma mulher negra, jovem, migrante ou com uma “cultura rudimentar”, como ela mesma considerava a de Epitácio.

Também merece destaque a influência de ter um advogado bem articulado socialmente. Tício vinha de uma família de tradição na advocacia criminal, sendo sobrinho de Evandro Lins e Silva, ex-ministro do STF. Ter um defensor com esse histórico familiar certamente poderia representar uma vantagem.

---

<sup>171</sup> PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012, p.44.

<sup>172</sup> PALOMBA, Guido. *Psiquiatria forense: noções básicas*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.

O empreendimento de Lins e Silva não parece ter sido o único atravessado por uma estratégia — elaborada ou não — relacionada às normativas sociais. No que concerne à prisão de Maria de Cerqueira e Silva, a reportagem, já citada, que circulou no *Tribuna da Imprensa*, em 11 de abril de 1972<sup>173</sup>, é reveladora no aspecto das relações de gênero. De acordo com a matéria, quando seu advogado, Lino Machado Filho, procurava seu cliente Jorge Miguel Mayer, que também estava desaparecido, optou por mencionar apenas que Jorge era professor de História Econômica da UFF e da Faculdade de Direito Estácio de Sá. Já ao discorrer sobre Maria, o defensor escreveu que sua cliente “está doente, mantém regular escolaridade e tem filha menor para cuidar, tendo sido levada para local ignorado”. Além disso, é apontado que os parentes da moça haviam estado no DOPS e não obtiveram qualquer informação.<sup>174</sup>

Ao tornar pública sua busca por seus dois clientes, Lino Machado se utilizou da imprensa para denunciar o desaparecimento de Jorge Miguel e Maria, o que poderia significar a vida deles, já que se tratava de uma divulgação pública do desaparecimento e da suspeita de estarem sob tutela policial. Porém, os discursos acerca das duas pessoas se diferenciam em um ponto específico: enquanto a figura masculina é referenciada apenas por sua atividade profissional, são trazidos no texto elementos da vida pessoal e privada de Maria Cerqueira. O fato desta estar supostamente doente, sua escolaridade e, ainda, sua responsabilidade como mãe, não são elementos que compuseram casualmente o corpo da redação. O advogado parece se utilizar dos papéis de gênero para sensibilizar os leitores que acompanhavam o jornal — apelando especialmente para a questão da maternidade — e, paralelamente, pressionando os órgãos da repressão, que seriam responsáveis pelo desaparecimento de uma “mãe de família”.

Percebe-se assim, que, embora na maioria das vezes os advogados estivessem ausentes na documentação da fase de inquérito, nos bastidores esses profissionais estavam desempenhando diversos papéis. Geralmente, essas ações eram iniciadas logo no primeiro momento no qual as pessoas “desapareciam”, fazendo com que os familiares procurassem os profissionais da lei e iniciassem de prontidão uma longa jornada na engrenagem repressiva, o que parece ser o

---

<sup>173</sup> “Habeas para professor preso na rua”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1972. p. 19.

<sup>174</sup> Idem.

exemplo de Maria Cerqueira e Lino Machado. Tais empreendimentos, que serão melhor debatidos no próximo capítulo, já nos informam que as estratégias de defesa se estendiam para além do sentido estrito da lei e das movimentações próprias do mundo jurídico: por meio de improvisações, esse grupo profissional desempenhou papel fundamental na Justiça Militar defendendo seus clientes. Aqui, até mesmo o fato de se tratarem indiciadas mulheres, se tornou uma brecha possível de salvaguardar esses sujeitos.

Tal perspicácia relativa às adequações às normas sociais não deve ser atribuída apenas aos defensores. No caso analisado, por se tratarem de mulheres mais velhas que faleceram antes das políticas de fomentação de verdade e reparação acerca do período ditatorial, como é o caso das Comissões de Anistia e das Comissões da Verdade, não temos, a princípio, documentos que discorram especificamente sobre suas práticas e percepções na Justiça Militar. No entanto, é possível pensar nessa dimensão a partir das próprias fissuras da documentação existente: é o caso da fala de Tício Lins e Silva, que relatou ter levado Antonieta ao encontro do juiz. Nessas ocasiões, a defesa não era monopolizada necessariamente pelo advogado. Uma vez que se tratava de um encontro pessoal, importava a conduta da indicada, que certamente passaria pelo crivo do juiz. Assim, é possível supor que Antonieta tenha assumido o papel de uma senhora com “formação moral” e incapaz de produzir o delito, tal como buscava argumentar Lins e Silva.

Se estar presa naquelas condições significava um real perigo de vida, se tornava ainda mais urgente para os indiciados ou denunciados serem inocentados ou, ao menos, agir de forma a evitar um retorno ao DOI-CODI ou outra instituição das Forças Armadas. Portanto, o que se observa é que, a partir de determinados discursos sociais preconizados pela Justiça Militar, aqueles sujeitos que estavam à margem, na qualidade de réus ou advogados, buscaram se relacionar com essa discursiva de forma a se apropriar da mesma em seu benefício.

A ideia de “senhoras inocentes” se revelou uma estratégia quando trouxemos à luz a trajetória das indiciadas. No caso de Antonieta, sua história foi fortemente marcada pela militância política, tendo sido integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, da Ação Libertadora Nacional (ALN). Participou dos movimentos pela liberdade das mulheres e dos protestos contra a carestia. Seu contato com a política se deu no interior da Igreja Católica,



através da catequese de crianças pobres. De acordo com o livro de memórias escrito por sua filha, Mariza Campos da Paz (2012), neste ambiente, quando jovem, “Nieta”, como era chamada, pôde refletir sobre a miséria, se convencendo progressivamente dos ideais comunistas enquanto uma alternativa à desigualdade social. Assim, se filiou ao PCB, dedicando-se também à Liga de Defesa Nacional onde, junto às outras “madrinhas de guerra”, como eram chamadas, tricotavam, no Parque Proletário da Gávea, meias e luvas para jovens enviados para lutar na Segunda Guerra Mundial pela Força Expedicionária Brasileira (FEB).<sup>175</sup>

A primeira prisão de Antonieta se deu enquanto recolhia assinaturas pelo “Apelo de Estocolmo”, uma iniciativa pelo desarmamento nuclear, lançada na década de 1950, que fazia parte da agenda do comunismo internacional em prol da paz mundial. Em um contexto de Guerra Fria, e na iminência de um novo conflito mundial ainda mais danoso, esta bandeira se tornou prioridade para a União Soviética e a orientação era para que todos os partidos comunistas ao redor do mundo também priorizassem essa agenda<sup>176</sup>. No âmbito nacional, o PCB encabeçou a Campanha pela Paz, seguindo as diretrizes da União Soviética de Stalin. A Campanha foi protagonizada por mulheres de diversas camadas sociais e foi bastante reprimida pela polícia política tendo suas atividades proibidas pelo DOPS a partir de 1949, mesmo em um período de suposta democracia. O recolhimento de assinaturas para os pactos e apelos em nome da paz era uma das principais frentes dessa campanha e também foi alvo da repressão policial.<sup>177</sup>

Diante desse cenário, muitas das mulheres envolvidas com essa agenda política foram presas, como a comunista Elisa Branco, condenada a 4 anos e 3 meses de prisão por protestar contra o envio das tropas brasileiras à Guerra da Coreia, empunhando uma faixa com a frase “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia”, durante uma parada militar de 7 de setembro.<sup>178</sup> Sobre este aspecto, tanto o engajamento de Nieta na Campanha como suas prisões pelo “simples” ato de recolher assinaturas não podem ser compreendidos de forma

---

<sup>175</sup> PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

<sup>176</sup> RIBEIRO, op. cit.

<sup>177</sup> POMAR, Pedro Estevam. *A democracia intolerante - Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 2002.

<sup>178</sup> TAVARES, Ana Clara. *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.

isolada. É necessário considerar, sobretudo, a importância desse tipo de atividade para o Partido Comunista, que atuava na ilegalidade.

Cabe ressaltar que a experiência da prisão de Antonieta não foi a única em sua família. Seu marido, Dr. Campos da Paz, e seu sogro, Manuel Venâncio Campos da Paz, ambos militantes do PCB, já haviam sido presos em 1935 e 1936, logo após a “Intentona Comunista”. Naquela época, Antonieta, ainda jovem, desempenhou o importante papel de mensageira: nos dias de visita, ao recolher as roupas sujas de seus familiares, levava novas mudas e roupas com recados costurados dentro do cordão dos pijamas. Era uma estratégia que não gerava suspeitas nos guardas dos presídios.<sup>179</sup>

Sobre a questão específica da mulher, Nieta participou de inúmeras associações femininas, tendo fundado em 1947 a revista *Momento Feminino* e, mais tarde, integrado a Associação Feminina do Distrito Federal, convertida em 1961 em Liga Feminina da Guanabara. Em diálogo com as associações de bairro e com o objetivo de integrar todas as associações de mulheres do Estado do Rio de Janeiro, a Liga Feminina discutia temas como a carestia, a luta pela paz, e a necessidade da criação de creches, escolas e bibliotecas para crianças. Além disso, este grupo se envolvia em campanhas como “O petróleo é nosso” e “e nas tarefas das células do PCB que incluíam vendas de jornais, pichações, colagens, comícios relâmpagos, etc”.<sup>180</sup>

Sobre este momento de militância, Antonieta refletiu que,

Era um embrião das futuras organizações de base [...] fui secretária da OB [organização de base] de Copacabana, que reunia mais de trinta militantes: intelectuais, garçons, donas de casa, funcionários públicos, comerciários, uma composição bem heterogênea. Quando foram criadas as organizações de base femininas, fiquei dando assistência a várias delas - da Barra da Tijuca até Bangu. Era um corre-corre danado! Às vezes era obrigada a tomar três conduções para atingir as referidas bases.<sup>181</sup>

Na visão de Nieta, existiam obstáculos no que se refere à organização política de mulheres no movimento, sobretudo devido ao papel desempenhado por estes sujeitos no núcleo familiar, como mães e esposas:

Combatia o sectarismo e compreendia os problemas das mulheres, que nem sempre podiam cumprir todas as tarefas programadas. Havia os maridos, os filhos e mil outros empecilhos. Numa sociedade machista como a nossa, não se podia

---

<sup>179</sup> RIBEIRO, op. cit. p.112.

<sup>180</sup> Ibid., p.111.

<sup>181</sup> Idem.

exigir demais das companheiras, sob pena de ver muitos casamentos desfeitos. Tínhamos reuniões semanais com os bairros e muita coisa positiva foi feita na luta contra a carestia, por melhoramentos nos bairros e na luta pela paz.<sup>182</sup>

A fala de Antonieta chama atenção para determinadas implicações relativas às relações de gênero, que, em sua visão, impactava profundamente a vida das mulheres. Organizando núcleos de mulheres trabalhadoras nas zonas populares da cidade, Nieta atuou fortemente nas periferias de Petrópolis e do Rio de Janeiro.<sup>183</sup>

Segundo sua filha, mais tarde, com a instituição da Ditadura Militar, Antonieta aderiu aos ideais da luta armada, militando contra o regime através da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em 1972, aos 60 anos, suas atividades no grupo guerrilheiro resultaram em sua prisão e a de outros militantes, que passaram por torturas físicas e psicológicas ao serem capturados pelo regime. Como aponta um boletim produzido pelo SNI, em 4 de abril de 1972, Dona Nieta cedia sua casa no Jardim Botânico para “guarda de material e pessoal da ALN”, além de ter sido “realizado, na [sua] casa, um curso de explosivos”.<sup>184</sup> Esse boletim tratava justamente do episódio investigado pelo Inquérito Policial Militar aqui analisado.

Mesmo após sua prisão, Antonieta continuou combativa: ainda na ditadura, fez parte do Movimento pela Anistia, envolvendo-se profundamente com a causa, que a movia para comícios e panfletagem. Sua militância atravessou as fronteiras nacionais: participou de manifestações em apoio ao povo uruguaio, chileno, cubano, nicaraguense e salvadorenho.<sup>185</sup>

No caso de Edeméia e Maria Cerqueira, não existem muitos registros sobre a trajetória política de ambas. Algumas informações, no entanto, nos dão indícios de que tratavam de mulheres que, conscientemente, fizeram frente contra o regime ditatorial. No caso de Edeméia, sabe-se que esta era filiada ao Partido Socialista Brasileiro desde a sua fundação. A militante teria integrado a Comissão

---

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> MULHERES COMUNISTAS NOS 99 ANOS DO PCB. Partido Comunista Brasileiro, 2021. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/27070/mulheres-comunistas-nos-99-anos-do-pcb>. Acesso em: 20 de set. 2024.

<sup>184</sup> Serviço Nacional de Informação (SNI). ATIVIDADES DE ELEMENTOS TERRORISTAS. 4 de abril de 1972. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72044643.

<sup>185</sup> ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Catálogo Mulheres Militantes no Acervo do AMORJ. Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/MULHERES%20MILITANTES%20AMORJ.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

de Auxílio à Família Dos Atingidos pelos Atos Institucionais, entidade que tinha como objetivo juntar doações e possibilitar o acesso à serviços médicos e assistência social às famílias daqueles atingidos pelos Atos Institucionais da Ditadura Militar. Nessa entidade, Edeméia ocupou a posição de Tesoureira e recebeu auxílios de diversos setores da sociedade: desde religiosos da Igreja Católica e Protestante, a partidários, como o PTB e PCB. Segundo o IPM, Edeméia já havia sido detida em 1969 por ter hospedado militantes em sua própria casa.

No caso de Maria Cerqueira, duas reportagens chamam a atenção. A primeira, é datada do dia 25 de setembro de 1955. A matéria do periódico *Diário Carioca* tem como título “Manifesto de apoio dos professores aos candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart”. Nela, diversos professores se colocam a favor aos dois políticos frente aos problemas da “legalidade democrática”. Dentre os nomes, aparece Maria de Cerqueira e Silva.<sup>186</sup> Além dessa, em 18 de novembro de 1991 o *Jornal do Brasil* chama atenção para a morte da docente, que havia falecido aos 69 anos de parada cardiorrespiratória. No corpo do texto, lê-se: “Professora aposentada, tornou-se um dos expoentes da resistência ao regime militar no Brasil. Foi cassada e duramente torturada, quando era diretora do Colégio de Aplicação da UERJ, no Leblon. Baiana, era desquitada de Raimundo Araújo e tinha um filho”.<sup>187</sup>

Percebe-se que as experiências de Maria Cerqueira, Antonieta e Edeméia, durante a produção do IPM que as indiciava, foram marcadas pela utilização das limitadas possibilidades de atuação que existiam nesse universo repressivo. Em um contexto marcado pela violência por parte dos agentes do regime ditatorial, onde as torturas físicas e psicológicas eram práticas sistemáticas, os pequenos atos e subterfúgios encontrados por estas figuras foram fundamentais para garantir a própria possibilidade de sobrevivência desses sujeitos. A apropriação dos papéis sociais femininos, atrelados às noções de classe, raça e idade, teria sido central para que estas figuras não chegassem a ser denunciadas pelo MPM. Paralelamente, as mulheres que se tornaram rés na Justiça Militar também

---

<sup>186</sup> “Manifesto de apoio dos professores aos candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 set. 1955, p.3

<sup>187</sup> “Registro”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1991. 1º caderno, p. 12.

buscaram evocar tais ideais de feminilidade em suas defesas, como veremos a seguir.

## **2.2 Da ação penal: “Moça portadora de excelentes dotes morais”**

No dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella, um dos maiores inimigos da Ditadura Militar no Brasil, foi brutalmente assassinado aos 57 anos. Sua morte foi fruto de uma emboscada tramada pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), sendo conduzida pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury<sup>188</sup>. Naquele contexto, um grupo de religiosos dominicanos que colaborava com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), organização armada fundada por Marighella, havia sido sequestrado pelo regime e, sob tortura, foram forçados a atrair o líder comunista para um encontro, onde este último acabou sendo executado a tiros.

O assassinato de Marighella faz parte de um “efeito dominó” no interior da ALN. Fundada em 1968, o grupo surgiu a partir da dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que optou pela escolha de realizar uma revolução e derrubar a ditadura vigente via luta armada. A partir de então, a organização vinha protagonizando diversas ações de resistência ao regime, como assaltos a bancos a fim de expropriação, roubos de armamento em quartéis, além de sequestros, como o do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, orquestrado em conjunto com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), e que resultou na libertação de 15 presos políticos, todos levados em segurança para fora do país.<sup>189</sup>

O fortalecimento da repressão e a utilização da tortura que, como visto, era tida como um método de investigação, intensificaram o fechamento do cerco: aos poucos, os militantes da ALN, bem como sua extensa rede de cooperação, foram sendo descobertos, presos e/ou mortos, o que produziu o enfraquecimento da organização revolucionária. Essa tentativa de desmantelamento teve implicações também no campo jurídico. Em primeiro de junho de 1970, o Procurador Durval

---

<sup>188</sup> Sérgio Fernando Paranhos Fleury exerceu a função de delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) durante a Ditadura Militar. Reconhecido como um dos mais proeminentes agentes de repressão do período, Fleury liderou os esquadrões da morte que operaram em São Paulo durante as décadas de 1960 e 1970. Foi responsável pela morte e tortura de milhares de pessoas que passaram pelos órgãos da repressão, inclusive, a de Carlos Marighella.

<sup>189</sup> SALES, J. R.. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. Tempo, v. 14, n. 27, p. 199–217, 2009.

A. Moura de Araujo apresentou uma denúncia à 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, localizada na cidade de São Paulo. Tal incriminação partia do objetivo de descortinar “as atividades subversivas e terroristas da Aliança Libertadora Nacional, bem como, especificamente, a integração e atuação de cada um de seus membros, dos ora denunciados”.<sup>190</sup>

Foi nesse contexto que nasceu a ação penal n. 207/69. Somando quase 10 mil laudas, o processo se encontra hoje tanto no arquivo Arquivo Edgard Leuenroth, no acervo do Brasil: Nunca Mais (BNM), como no Arquivo do Superior Tribunal Militar (ARQUIMEDES).<sup>191</sup> Assim como outros pleitos judiciais que transcorreram no âmbito da Justiça Militar durante o período ditatorial, esta ação é marcada por um discurso profundamente ancorado na ideia do inimigo interno que romperia com a harmonia da nação. Tal fundamento se faz visível logo em suas primeiras páginas, podendo ser observado já em resumo contido na peça<sup>192</sup> produzido pela própria auditoria. Neste apanhado geral, é discorrido sobre aquilo que seria a “Escalada do Terror no Brasil”, e se estabelece uma conexão entre a Revolução Russa e a Fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre a criação desse partido, a visão dos agentes da repressão é a de que “seus prosélitos no país, atentar e solapar as bases da Liberal Democracia, estabelecida entre nós por tradição e consentânea com a nossa formação cristã”.<sup>193</sup> Também é apontado que mesmo após a cassação do PCB, os comunistas continuavam, em clandestinidade, realizando seus “nefandos propósitos [...] fomentando greves e discórdias, procurando criar ambiente de confusão e desordem”.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Ação Penal 207/69 (SP). Brasília DF, 1979, p.13.

<sup>191</sup> Importante destacar que mesmo remetendo a uma mesma ação penal, se tratam de duas versões do documento. O cruzamento destas variantes é importante uma vez que, a versão online disponível no BNM mantém, além da íntegra, a possibilidade de busca por palavras chaves, aspecto metodologicamente importante para a pesquisa. No entanto, como o acervo foi microfilmado em uma tecnologia mais antiga, essa versão apresenta desafios para a compreensão e análise, especialmente no que diz respeito à leitura de manuscritos. Paralelamente, o documento disponível no acervo do Arquivo do Superior Tribunal Militar foi digitalizado com alta tecnologia, permitindo que o pesquisador tenha acesso a fotos, cartas e textos datilografados em qualidade visual superior. Nesse sentido, cada versão oferece questões e obstáculos próprios que podem ser contornados quando cruzadas as documentações.

<sup>192</sup> A existência deste de resumos nas ações penais muitas vezes abordavam contextos históricos do que os agentes do regime consideravam ser marcos importantes dos crimes denunciados. Esta prática, comum nos processos desta natureza, exprimem as visões do regime militar acerca de determinadas temáticas e processos.

<sup>193</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Ação Penal 207/69 (SP). Brasília DF, 1979, p.15.

<sup>194</sup> Idem.

Aqui, vemos que a Justiça Militar julgaria, justamente, esses sujeitos que, em sua perspectiva, fomentavam a desarmonia e a desordem do país. Nesse caso específico, tratava-se de 137 réus, todos associados às atividades da ALN. Este grande número de acusados em um único processo era comum nas ações penais relativas à Lei de Segurança Nacional. Entre os nomes denunciados pelo MPM, estava o de importantes expoentes do grupo revolucionário, como Paulo de Tarso Venceslau, Virgílio Gomes da Silva e Joaquim Câmara Ferreira. Também eram réus nesse processo os jovens frades dominicanos que constituíam a rede de apoio da organização, como Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, e Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto.<sup>195</sup>

Apesar dos homens serem a grande maioria entre os denunciados, também compôs esta lista nomes de figuras femininas: dos 137 réus, 116 eram homens e 21 mulheres. Eram estas, Maria Aparecida dos Santos, Maria Aparecida Costa, Ozenilda Alice Garcia, Rosemeyre Nogueira Clauset, Ana Wilma Oliveira Moraes e Vasconcelos, Maria Clara J. de Camargo, Nair Benedicto, Lygia Aparecida Cardieri Mendonça, Maria Luiza Locatelli Cargia Beloque, Leslie Denise Beloque, Ana Maria Palmeira, Vera Maria Idiart, Darcy Gil de Oliveira, Carmem Monteiro Jacomini, Maria Amélia de Araújo e Silva, Eliane Toscano Zamikhowski, Ana Corbisier Matheus, Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães, Yara Regina Gouveia, Diva Maria de Faria Burnier e Sandra de Negraes Brisolla.<sup>196</sup>

Sobre a representação destas figuras femininas na ação penal, nota-se que nos momentos em que seus nomes eram mencionados, quase sempre estavam acompanhados de adjetivos como “amásia” e “amante”. Como argumenta a historiadora Rana Itaborahy, essa era uma prática corriqueira nas narrativas dos magistrados, que costumavam caracterizar as rés desta forma nos processos da Justiça Militar.<sup>197</sup> Essa adjetivação sexuada se dava, até mesmo, de maneira deslocada, como em momentos da ação em que se era narrado um crime. Em trecho que discorre sobre o assalto ao policial militar Boaventura Rodrigues da Silva, ocorrido no dia 4 de junho de 1969, lê-se que a atividade foi planejada por Virgílio Gomes da Silva e que o levantamento de informações para executá-la foi

---

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> ITABORAHY, op. cit.

obra de “Ozenilda Alice Garcia, amásia de Virgílio”.<sup>198</sup> Em outro momento, em uma menção sobre Rosemeiry Nogueira Clauset, o primeiro dado que consta após o nome da ré é a de que esta era casada com o denunciado Luiz Roberto Clauset. O mesmo aconteceu com as rés Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque<sup>199</sup>, Ana Maria Palmeira<sup>200</sup>, Carmem Monteiro Jacomini<sup>201</sup>, Ana Wilma Oliveira Moraes e Vasconcelos<sup>202</sup> e Diva Maria de Faria Burnier<sup>203</sup>

Estas caracterizações não seriam tão expressivas do ponto de vista das desigualdades de gênero se os homens fossem representados da mesma forma. Enquanto Ana Maria Palmeira é, diversas vezes, citada como “esposa”, “amásia” e “amante” do réu Vladimir Palmeira<sup>204</sup>, este não é identificado como esposo de Ana. Em suma, as descrições em torno das figuras masculinas que eram réus no processo giravam em torno da sua atividade política, sendo pouco informado sobre a dimensão sexual/matrimonial de suas vidas, salvo exceções específicas do processo, como os relatórios de vida pregressa e os autos de qualificação que, como visto, continham o estado civil do denunciado.

Essa diferença na forma de representação entre homens e mulheres nos processos judiciais, seja na justiça civil ou militar, está intrinsecamente ligada às normas sociais refletidas também nas práticas dos sistemas de justiça. Durante o regime ditatorial, as mulheres que se colocaram contra o governo eram vistas duplamente como inimigas da nação. Primeiro, por se tratarem de sujeitos que faziam oposição à ditadura e, segundo, por estarem ferindo “a moral e os bons costumes”, uma vez que desviavam de um papel social onde figuras femininas deveriam estar apartadas de atividades consideradas políticas. Assim, a estas militantes recaiu a estigmatização de “putas comunistas” e “terroristas” pelos órgãos e agentes da repressão.<sup>205</sup> Não por acaso, a dimensão sexual da vida dessas mulheres reaparece como construção de suas acusações por parte dos agentes da Justiça Militar nesses processos. Essa narrativa ilustra tanto uma forma de desmoralizar esses sujeitos, como também reproduz uma perspectiva de que as

---

<sup>198</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, op. cit., p.67.

<sup>199</sup> Ibid., p.315.

<sup>200</sup> Ibid., p.339.

<sup>201</sup> Ibid., p.357.

<sup>202</sup> Ibid., p.275.

<sup>203</sup> Ibid., p.417.

<sup>204</sup> Ibid., p.341.

<sup>205</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.



atividades ditas políticas seriam próprias de um mundo masculino, sendo as ações femininas menos perigosas.

Uma vez que o feminino e o masculino fazem parte das normativas sociais e que estas se transformam nos diferentes espaços e contextos históricos, cabe destacar que os sistemas de justiça se apresentam como possibilidade de reflexão sobre as relações de gênero e as demais relações de poder. Pensando em tais normativas sociais no campo jurídico, a antropóloga Mariza Corrêa argumenta que, embora se pretenda imparcial, os fundamentos que regem a decisão de quem julga são também aqueles que informam os lados do processo, tanto o da defesa, como o da acusação. Estes fundamentos são, por sua vez, atravessados pelas relações de gênero, raciais, de classe e muitas outras. Nesse sentido, “o julgamento adquire a aparência enfatizada pelos agentes jurídicos: a de uma decisão social”.<sup>206</sup> Segundo Corrêa,

Uma vez que, para além da fachada da igualdade de todos perante a lei, persistem as desigualdades estruturais de nossa sociedade, é através da análise das variações históricas dos códigos – os casos – que um outro código vem à tona, um código não formalizado, mas social. Os manipuladores técnicos, anteriormente à discussão pública dos casos, já fizeram a sua tradução de uma realidade complexa e ambígua para uma mais simples e polarizada, uma que possa ser aceita e enquadrada dentro dos padrões de comportamento aceitos pelo júri. Em sua decisão, os jurados atualizarão a matriz dos códigos legais, confrontando-a com a realidade que eles, conforme a retórica jurídica, conhecem melhor do que os juízes técnicos; confrontando seus parâmetros sociais com a imagem apresentada, cuja aderência aos artigos legais já foi realizada. Por isso as decisões podem ser também colocadas num continuum que se estende da adequação à inadequação dos acusados a ambos os códigos transformados em um. [...]. Não é o crime que é julgado, mas a situação em que ele foi cometido e a biografia de quem o cometeu, quer dizer, como essa situação e esse acusado são apresentados em público.<sup>207</sup>

Os códigos sociais, portanto, assumem importância fundamental nos universos jurídicos, chegando, inclusive, a impactar as decisões do júri. No caso daqueles julgados pelo Foro Castrense, a adequação ou inadequação dos réus se apresenta antes mesmo da formalização do processo, ou até mesmo da instauração do inquérito, uma vez que muitos destes sujeitos já eram monitorados pelas instituições de vigilância do regime, que produziam relatórios sobre suas atividades.

---

<sup>206</sup> CORRÊA, M. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. In: RIFIOTIS, Theophilos; CARDOZO, Fernanda (orgs.). *Judicialização da violência de gênero em debate: perspectivas analíticas*. São Paulo: ABA Publicações, 2021, p.18.

<sup>207</sup> CORRÊA, Ibid. p.22.

Como visto, os denunciados já iniciavam o processo com uma reputação negativa construída previamente pelo inquérito. Assim, os réus e seus advogados procuravam criar, também, na fase da ação processual uma imagem favorável perante os agentes da Justiça Militar. As estratégias utilizadas muitas vezes possuíam uma marca em comum: a da utilização estratégica dos papéis sociais de gênero. No caso das mulheres, observa-se que estas figuras agiram justamente através do diálogo com o que era considerado o ideal de feminilidade por aquela instituição. Recorria-se à imagem feminina infantilizada, onde estas seriam naturalmente seres ingênuos e que, por isso, foram levadas por terceiros — geralmente homens — para a militância política.

No contexto masculino, as marcas de gênero no processo analisado assumiram outros adjetivos: a credibilidade desses indivíduos perante o Foro Castrense buscou ser estabelecida por meio da caracterização dos réus como trabalhadores, disciplinados, possuidores de caráter e chefes de família. Essa prática pode ser observada nas cartas que os advogados anexavam nos processos e que, em geral, eram produzidas por familiares, amigos ou colegas de trabalho. Antonio Ribeiro Pena, réu nesta ação penal, chegou a ser descrito em uma dessas correspondências como “chefe de família exemplar, patriota, profissional correto, cidadão de ótima correção”.<sup>208</sup> Vê-se que a intenção aqui era a de convencer a Justiça Militar de que os réus não teriam aptidão para cometer tais crimes.

Importante destacar que esses discursos sofriam alterações. No caso dos religiosos, por não serem “chefes de família”, seus advogados buscaram construir uma narrativa que seriam estes “homens de Deus”. Tal fato é visto na defesa de Marcelo Carvalheira, processado por abrigar militantes da ALN. Em carta endereçada ao MPM em 6 de setembro de 1971<sup>209</sup>, seu defensor, Luiz Olavo Baptista, argumenta que Carvalheira é um homem estudioso e que uma vez que “se trata de um homem de Deus, é natural que este fosse procurado, porque são homens compreensivos e que servem para orientar os jovens”<sup>210</sup>. Ao citar passagens bíblicas, onde o abrigo e o acolhimento eram temáticas centrais, o advogado aponta que a ação de seu cliente “foi a atitude do soldado disciplinado, do religioso cumpridor dos seus deveres, do homem sabedor e obediente às suas

---

<sup>208</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. op. cit, p.309-310.

<sup>209</sup> Ibid., p.659.

<sup>210</sup> Ibid., p.663.

obrigações do Estado”.<sup>211</sup> Nesse sentido, o “crime” de Marcelo Carnevali foi ter agido com caridade dentro do *ethos* cristão, já que fazia parte da tradição da Igreja a concessão de asilo.<sup>212</sup>

Em outro momento, Juarez de Alencar, advogado do padre Francisco de Paula Falcão e Castros, ao se dirigir ao juiz auditor da 2ª Auditoria da 2ª CJM, alega que irá “juntar ao dito inquérito poderosos elementos de prova dos seus antecedentes, como religioso e como homem relacionado a tradicional família conservadora, incapaz de imiscuir-se em ações de violência”.<sup>213</sup> Aqui, é evidente uma tentativa de dialogar com a “língua” daqueles que julgavam seus clientes, desempenho que servia tanto para causar identificação entre os agentes da Justiça Militar, como para sensibilizá-los.

A defesa, composta por diferentes nuances e agentes, muitas vezes ia além dos discursos legais, alinhando-se também às expectativas do regime em relação às normas sociais. Os ideais de feminilidade e masculinidade eram a todo tempo conclamados e encontravam um lugar de irradiação por parte daqueles que, mesmo em um contexto de evidentes violências e limites de ação, souberam utilizar tais discursos. Reside, portanto, a importância de compreender não apenas como as figuras femininas foram caracterizadas pela instituição castrense, mas também de pensar como essas se relacionaram com tais narrativas, já que, por vezes, foram esses movimentos que possibilitaram o resguardo delas.

Como, no entanto, “escutar a fala” daqueles relegados às margens por estarem subordinados a um sistema de justiça pertencente à repressão ditatorial?

A obra da historiadora Natalie Zemon Davis, *Nas Margens: Três Mulheres do Século XVII*, oferece uma contribuição teórico-metodológica para refletirmos sobre essa questão. Ao reconstruir a trajetória de três mulheres que viveram em um período e em uma sociedade que impunham restrições severas à vida de figuras femininas, Davis ilustra como esses sujeitos exploraram as brechas disponíveis em seu contexto. Como é próprio de sua produção intelectual, a historiadora integra a preocupação de pensar a agência dos sujeitos das classes populares através de uma abordagem influenciada pelos aportes teóricos da micro-história. Como resultado, a autora revela como determinados aspectos

---

<sup>211</sup> Ibid., p.663.

<sup>212</sup> Ibid., p.671.

<sup>213</sup> Ibid., p.359.

próprios das relações de gênero, como a viuvez e a religiosidade feminina, se tornaram formas em que estas mulheres puderam, por vezes, se beneficiar e exercer alguma autonomia em seus próprios universos de possibilidades. Essa narrativa não determinista da História demonstra que, mesmo frente a limitações e a estruturas sociais que marginalizam e violentam determinados sujeitos, os indivíduos vivem suas vidas exercendo agência e, por vezes, utilizando estrategicamente determinadas normas, sem que isso signifique que estes deixem de acreditar em tais normativas.<sup>214</sup>

No caso dos processos tramitados na Justiça Militar, os sujeitos que se tornaram réus nesta instituição estavam às margens. Ouvir suas vozes é um desafio atravessado por outros contingentes históricos e contextuais. Contudo, é possível vislumbrar brechas que permitem a reflexão acerca da experiência das mulheres denunciadas neste foro.

Para tal empreendimento, uma das possibilidades consiste em analisar justamente os caminhos jurídicos construídos, em uma perspectiva dialética, entre as vozes dos agentes da Justiça Militar, e dos réus e sua defesa. Entende-se que as estratégias adotadas pelos advogados, que entendiam tanto das normas legais, como das entrelinhas institucionais, eram pensadas muitas vezes junto com seus clientes. A defesa dos advogados, portanto, significava uma “porta voz” do réu no processo, sendo formada por uma rede que se estendia para além do próprio defensor e denunciado, abrangendo familiares e amigos, que também entravam no jogo das práticas e discursos processuais. Como visto anteriormente, era comum que a defesa pedisse para que cartas fossem anexadas nos autos, criando uma espécie de “mutirão” para atestar a idoneidade do réu. Ali, mães tentavam sensibilizar os agentes da Justiça Militar, filhos apelavam para o estado de saúde dos pais e chefes insistiam no profissionalismo de seus empregados. Além disso, os próprios réus escreviam para os juízes: alegavam não estarem envolvidos nas atividades que eram incriminados e, por vezes, contavam histórias tristes de si, confessando arrependimento perante seus crimes.

Nota-se que a temática do “arrependimento” se apresenta como uma possibilidade de investigação das práticas dos denunciados. Como apresentado anteriormente, ao propor que a adequação dos réus às normas sociais era aspecto

---

<sup>214</sup> DAVIS Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

fundamental nos processos da Justiça Militar, impactando a decisão dos juízes, Marco Aurélio Vannucchi chama atenção para a importância do arrepender-se do réu. Dialogando com Foucault em *Vigiar e Punir* (1975), Vannucchi aponta que o “perdão” faria parte de um conjunto que remeteria à uma tecnologia disciplinar em relação ao infrator.<sup>215</sup> Assim, logo no relatório de vida pregressa, documento produzido pelo DOPS ainda na fase do inquérito, havia um tópico destinado a saber se o indicado estava ou não arrependido do crime. Em um contexto onde a tortura era prática sistemática, não surpreende que quase todos os acusados respondessem positivamente à pergunta.

Essa argumentação reapareceu diversas vezes ao longo da ação penal analisada: desde as formulações dos depoimentos na fase de inquérito às afirmações dadas em juízo pelos próprios réus, como será visto. Os denunciados buscavam, nesse sentido, dar mostras aos agentes da Justiça Militar de que estavam arrependidos e incursos nas normas de adequação, que eram fundamentadas em aspectos familiares, morais, patrióticos e de trabalho, todos estes atravessados também pelas relações de gênero.

O tema do “perdão” também foi refletido por Natalie Davis. Em seu livro *Histórias do Perdão e seus narradores na França do Século XVI*, a historiadora discorre sobre a maneira como, naquele contexto, as pessoas comuns pediam clemência ao rei diante de algum crime que haviam cometido. Ao demonstrar a grande rede burocrática que possibilitaria, por fim, o perdão do monarca, a existência de diferentes vozes, tais como os advogados, os notários e oficiais de justiça, seriam reflexo de um imaginário acerca do campo jurídico existente. Os textos de perdão seriam, assim, uma espécie de ficção, que envolvia a interação das diferentes classes, desde as autoridades aos súditos, e que teria uma narratividade ligada ao mundo literário, disseminado entre variados sujeitos, mesmo aqueles que nunca haviam lido um livro. Aqui, a historiadora demonstra que o perdão não cabia apenas ao rei, mas também, aqueles “de baixo”, que se movimentavam de acordo com uma ritualística e narratividade específica a fim de lograr seu pleito.<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup> VANNUCCHI, op. cit., p.42.

<sup>216</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

No caso dos arrependimentos entre as rés da ação penal aqui analisada, percebe-se que estes foram atravessados por uma narratividade comum que, em geral, giraram em torno de discursos onde as denunciadas alegavam não saber o que estavam fazendo ou não achavam que haviam cometido um crime. Rosemeiry Nogueira Clauset, por exemplo, declarou ter estado muito arrependida e que na ocasião foi levada pelas circunstâncias.<sup>217</sup>

Ana Wilma Oliveira Morais e Vasconcelos também afirmou estar arrependida, “porém acha não ter praticado crime algum”.<sup>218</sup> Quando questionada sobre cartas comprometedoras encontradas pela repressão em seu apartamento, a ré esclareceu que “não passava de simples imaginação, pois tendo estado noiva durante três anos, com ele trocava ideias, as mais variadas, entre as quais incluía viagem à Europa”<sup>219</sup>. É ainda apontado que “como sempre foi desejo da interrogada casar e ter filhos, em uma dessas cartas fez citação a esse problema, não passando entretanto de simples imaginação”<sup>220</sup>. A ré também afirmava não saber quais colegas de seu marido iam às reuniões em sua casa, uma vez que eram convidados do seu marido e não seus. Prática exemplar de uma boa esposa. Aos olhos dos agentes da Justiça Militar, a alegação surtiu efeito: na sentença da ré lê-se que decidem pela absolvição, uma vez que esta “seria mais testemunha de atos criminosos praticados por seu companheiro do que, propriamente agente de delitos contra a segurança do Estado”.<sup>221</sup>

A imagem de moças inocentes acompanhou a ação penal. O caso de Sandra de Negraes Brisolla, também ré nesta ação penal, ilustra este cenário, além de demonstrar os usos políticos empreendidos a partir desta caracterização. Incurso nos artigos 14, 23 e 25 da Lei de Segurança Nacional de 1969, a ré foi denunciada por emprestar sua casa à militantes da ALN. Segundo a denúncia, Sandra era colega de faculdade do co-réu e militante Paulo de Tarso Venceslau, e havia cedido a este, por diversas vezes, sua casa de férias em São Sebastião, no litoral paulista. Nesta residência teriam se escondido diversos militantes da organização revolucionária, como Manoel Cirilo de Oliveira Nato, Francisco

---

<sup>217</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. op. cit. p.207.

<sup>218</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ibid., p.181.

<sup>219</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ibid., p.208.

<sup>220</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ibid., p.208.

<sup>221</sup> SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ibid., p.149.

Gomes da Silva, Paulo de Tarso Venceslau, Virgílio Gomes da Silva junto de seus familiares.

Segundo consta no processo, no momento da denúncia, Sandra estava foragida e foi caracterizada como integrante do Setor Logístico da ALN.<sup>222</sup> Frente à acusação, sua mãe, Maria Cecília de Negraes Brisolla, enviou uma carta ao Juiz da 2ª CJM, Dr. Nelson Machado Guimarães. A correspondência em questão foi anexada no processo em 2 de julho de 1970:

Meritíssimo Sr. Juiz da 2ª Auditoria Militar

Dr. Nelson Machado Guimarães

Peço a V. Excia o obséquio de ouvir-me por escrito, pois pessoalmente não consegui falar a V. Excia.

Sou a mãe de Sandra de Negraes Brisolla, lamentavelmente envolvida no processo que corre nessa Auditoria Militar.

Minha filha não se encontra no Brasil e sua advogada, a Dra. Fúlvia Preste, já explicou pessoalmente os motivos que nos levaram a fazê-la ir para o Chile. Não saiu foragida, mas sim normalmente, com todos os papéis em ordem, sendo que ainda no dia de sua saída teve que tirar uma segunda via da Carteira de Identidade no D.I., pois não encontrou a 1ª via.

Desde que fomos levados à Operação Bandeirante, não houve mais paz em minha casa. Minha filha só dormia em minha cama, tomava banho de porta encostada, não foi mais para seu trabalho nem para sua Escola e não largava meu marido um segundo, indo para o trabalho dele e voltando com ele. Foi um tormento indescritível. O nervosismo dela crescia dia a dia e fomos obrigados a levá-la ao nosso médico de família que nos aconselhou a levá-la para fora. Tudo isso a Fulvia já deve ter de sobejo contado a V. Excia [...]

Após alegar que sua casa de praia era emprestada aos amigos e colegas e que a família pouco frequentava a residência, Maria Cecília enumera seus colegas que estiveram na residência e que poderiam atestar a idoneidade de sua filha. Ela ainda anexa uma foto e argumenta que com uma localização tão agitada jamais poderiam ter estado “terroristas” e segue:

Quero que V. Excia sinta que em minha filha não pode ser chamada de “terrorista”. Somos uma família católica e tradicional, é uma moça caseira, saindo somente comigo. Uma moça criada à moda antiga. [...] Somos de famílias tradicionais em S. Paulo. [...] Fui eu educada no Colégio Sion, onde minha mãe também havia sido. Sou de família de Jau - Meu pai de família Fraga Negraes e minha mãe da família Amaral Carvalho - sobrinha do senador Amaral Carvalho dos velhos tempos de antes de 1930, sendo que meu avô Dr. Deusdedit Martins de Carvalho foi um causídico que deixou um nome brilhante e honrado na cidade de Santos no início do século.

Essa informação familiar só tem a intenção de mostrar a V. Excia que numa família de juristas e advogados nunca poderia germinar a semente do

---

<sup>222</sup> BNM 100, fl. 595.

“terrorismo”. Minha filha sabe e sente a responsabilidade de conservar o nome que seus ancestrais lhe deixaram.

Sou uma mãe desesperada com a situação criada em minha família. Somos uma família unidíssima e no momento uma família infeliz pois minha única filha está longe de nós.

Tínhamos tanta esperança que agora ela pudesse voltar normalmente para o Brasil e essa esperança está agora nas mãos de V. Excia.

A nossa fé é que ela está em sábias mãos, pois são todos unânimes ao informar-nos as excelentes qualidades de justiça, de religião e de solidariedade humana que Deus agraciou V. Excia.

Esperando ser compreendida por V. Excia e desde já agradecida, assino

Maria Cecília de Negraes Brisolla<sup>223</sup>

A carta da mãe de Sandra Negraes Brisolla apresenta diferentes nuances que atravessam a construção da imagem da ré. Utilizando da normativa social para tentar convencer o juiz de que sua filha era inocente, Maria Cecília também buscou construir uma imagem em torno de si: a figura da mãe, protetora e desesperada emerge como possibilidade de sensibilizar o juiz. Nota-se, nesse sentido, o uso estratégico da maternidade por parte de Maria Cecília. Além disso, a matriarca apresenta sua filha como uma menina ingênua, desamparada e assustada face aos acontecimentos citados, permanecendo junto ao pai para se sentir protegida.

O aspecto social e econômico também é evidenciado em sua narrativa. Se tratando de uma família branca e de classe média de São Paulo, a mãe de Sandra enfatizou não apenas sua linhagem familiar “tradicional”, como também os lugares por onde circulou — que buscavam exprimir seu poder aquisitivo e tradicionalismo, como é o caso do colégio citado. Alegava que a “moça criada à moda antiga” só tinha o costume de sair com a mãe, e que seria diferente dos “terroristas”, pois conservava uma preocupação com a honra familiar: tal discurso demonstra a adoção do vocabulário adotado pela Justiça Militar, utilizado por Maria Cecília. Terrorismo, fé católica, família tradicional, honra, ancestralidade e responsabilidade poderiam servir como palavras de ordem e identificação entre a autora e seu interlocutor.

Também caminhou nesta direção a advogada Fulvia Maria Preste Rodrigues, que defendia Negraes. Entre as cartas recolhidas para serem anexadas nos autos, constam declarações de faculdade, escola e trabalho que atestavam que Sandra era uma boa estudante e profissional.<sup>224</sup> Além disso, a defensora recolheu

---

<sup>223</sup> BNM 100, fls. 4769, 4770, 4771.

<sup>224</sup> BNM 100, fl. 6856.



escritos de pessoas que discorreram a favor da acusada. Um exemplo é a carta de um colega da família, que dizia conhecer Sandra há vários anos e afirmava, em “sã consciência”, ser a moça “portadora de excelentes dotes morais, sendo seu comportamento social altamente elogiável.”<sup>225</sup> Acrescentou, ainda, que a ré “foi sempre filha dedicada, moça educada e gentil, estudiosa e consciente de suas obrigações.”<sup>226</sup> e que, de seu convívio com a ré, lembra-se dela como “uma pessoa tímida, quieta e excelentemente bem educada”.<sup>227</sup> Em outra correspondência de amigos da família, é dito que a ré “sempre se revelou muito tímida e muito dedicada aos estudos, quase não saindo de casa, a não ser em companhia de seus progenitores.”<sup>228</sup>. Em outro momento, um colega afirma “ser essa moça uma democrata sincera, cumpridora de suas obrigações familiares e sociais. Posso ainda acrescentar ser ela uma pessoa excessivamente tímida, reservada e muito dedicada a seus pais.”<sup>229</sup>

Em primeiro de agosto de 1972, a tia avó de Sandra também enviou à auditoria uma carta. Em declaração, Guiomar Fraga da Costa Negraes, constata que, convivendo há muitos anos na mesma casa que Sandra, a ré sempre foi “muito ajuizada, muito tímida, quieta, caseira, educada e estudiosa, sendo sempre impecável seu comportamento social” e complementou afirmando estar “pronta, apesar de minha avançada idade, a comparecer frente à Justiça, caso isso se faça necessário, para confirmar o comportamento exemplar dessa minha sobrinha”<sup>230</sup>. O fato de uma senhora, que enfatizava não só o comportamento “exemplar” da ré, mas sua própria idade avançada e a coragem de comparecer na Justiça Militar, se apresentava como um argumento de alguém convencido da inocência da denunciada.

Sandra também se pronunciou. Em terras chilenas, a ré escreveu uma carta à Justiça Militar onde buscava se defender da denúncia. Segundo a Negraes, ela tinha o costume de emprestar a casa aos amigos, tendo certa vez cedido a residência a Paulo de Tarso, que sem sua aprovação, tirou cópia da chave da casa.<sup>231</sup> Buscando ilustrar sua inocência, Sandra conta que ao sair da Operação

---

<sup>225</sup> BNM 100, fl. 6876.

<sup>226</sup> BNM 100, fl. 6876.

<sup>227</sup> BNM 100, fl. 6876.

<sup>228</sup> BNM 100, fl. 6878.

<sup>229</sup> BNM 100, fl. 6876.

<sup>230</sup> BNM 100, fl. 6877.

<sup>231</sup> BNM 100, fls. 6858.

Bandeirante, onde foi levada anteriormente, “o Major que ali comandava me disse ao sairmos ‘Veja Sandra, você deve ter mais cuidado com suas amizades e não emprestar sua casa para rapazes, pois eles não tem mesmo juízo.’”<sup>232</sup> Após tal fato, a ré teria tido uma crise nervosa, o que fez com que o médico da família a aconselhasse a viajar para fora. Em suas palavras: “Estava apavorada; nunca sofrera tanto em minha vida”.<sup>233</sup> Naquele contexto, decidiu seguir os estudos no Chile, onde estaria se recuperando emocionalmente e “trabalhando e sobretudo estudando muito, procurando aperfeiçoar meus conhecimentos num setor que eu sei ser da maior utilidade para meu país”.<sup>234</sup>

Observa-se que a narrativa construída na defesa de Sandra — tanto por ela como por sua advogada, familiares e amigos — se ancoraram na imagem de uma moça tímida, recatada, trabalhadora, estudiosa e boa filha. Como visto, seria essa a personificação de uma jovem ideal para sua classe social aos olhos dos agentes da repressão. Ainda é possível perceber a tentativa de caracterizar a ré como uma jovem assustada, ingênua e frágil. O argumento médico se vale dessa imagem comum sobre as mulheres naquele contexto: a da fraqueza e desequilíbrio mental, atestado por sua “crise nervosa” diante do ocorrido. Contudo, as fontes que versam tais discursos têm seus limites escancarados quando tensionadas por outras fontes. Em entrevistas realizadas posteriormente, vemos emergir uma outra Sandra Negraes que, diferente da ré denunciada pela Justiça Militar na década de 1970, atuou conscientemente na rede de apoio da ALN.

Segundo nota emitida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde Negraes atuava na área de Ciência Política, a docente faleceu aos 74 anos, em 23 de novembro de 2015. O comunicado também faz um breve resumo da vida de Sandra, apontando que esta estudou na Tchecoslováquia, em Praga, de 1962 a 1963 e se graduou em Ciências Econômicas pela Universidad de Chile em 1971. Além disso, a docente era especializada em Estudos do Desenvolvimento pelo Instituto Nacional de Estudos do Desenvolvimento (1968), e tinha mestrado em Economia Agrícola pela Unicamp em 1977 e doutorado em Ciências Econômicas pela mesma instituição, em 1983.<sup>235</sup>

---

<sup>232</sup> BNM 100, fls. 6858-6859.

<sup>233</sup> BNM 100, fls. 6858-6859.

<sup>234</sup> BNM 100, fls. 6858-6859.

<sup>235</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Morre professora do IG da Unicamp, Sandra Brisolla. *UNICAMP*, Campinas, 23 nov. 2015. Disponível em:

Em outra reportagem publicada no jornal semanal da Unicamp na edição de 25 a 31 de outubro de 2004, Sandra Brisolla escreveu sobre sua relação com Clarice e Vladimir Herzog, de quem foi amiga. Ao Abordar essa relação nos diferentes momentos do regime ditatorial, a professora refletiu que,

Era impossível desconhecer o clima político que se vivia na época. As passeatas e as ocupações da Faculdade eram parte do dia-a-dia com que procurávamos reagir ao clima opressivo criado pela ditadura. A situação se torna insustentável a partir do Ato Institucional nº5, em 1968, o “golpe dentro do golpe”. Inicia-se a repressão mais generalizada, uma vez que estavam suspensas as garantias individuais. O movimento estudantil passa a adotar formas organizacionais para driblar o cerco da polícia durante as passeatas. Os estudantes eram compostos por grupos que só revelavam o local do “comício-relâmpago” minutos antes dele começar. Todo mundo se deslocava para o local e, mesmo que o movimento estivesse infiltrado, havia tempo para um discurso rápido e uma fuga da liderança.<sup>236</sup>

Sobre sua trajetória, Sandra discorre sobre o AI-5 da seguinte maneira:

Daí foi um passo para o surgimento das organizações armadas, dispostas a executar ações de impacto que sensibilizassem a população para a reação contra o governo opressor. Vários de nós se aproximaram dessas posições políticas e foi assim que, no final de 69, eu tive que me exilar no Chile, e tive um processo com prisão preventiva decretada. Em 1973, o golpe militar que depõe o governo Allende me obriga a me asilar na embaixada do Panamá. Do Panamá fui para a Argentina, onde me casei. Em 1974 correu no Brasil o boato de que eu havia morrido na Argentina. Em 1975, o “golpe” de Isabelita Perón obrigou-nos a deixar o país, o emprego e a família de meu marido. Como eu havia sido absolvida no processo em primeira instância, decidimos vir para o Brasil, o que aconteceu no dia 1º de maio.<sup>237</sup>

A partir de trechos de diversas entrevistas dadas por Sandra Negraes, percebe-se que a militante teve forte e consciente atuação política, se articulando, até mesmo, internacionalmente. A reconstrução de sua trajetória corrobora com este argumento. Nascida em São Paulo e criada em um lar comunista, Sandra iniciou a sua militância aos 13 anos, vendendo o periódico comunista *Hoje*. Seus pais eram quadros do PCB e, por isso, desde muito nova, Negraes esteve imersa em um ambiente de discussão política, chegando a integrar a Juventude Comunista do partido. Quando entrou no curso de economia, na USP, Sandra passou a se envolver também no movimento estudantil. Antes do golpe, entre

---

<https://unicamp.br/unicamp/noticias/2015/11/23/morre-professora-do-ig-da-unicamp-sandra-brisolla>. Acesso em: 10 ago. 2024.

<sup>236</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Unicamp hoje: Jornal da Unicamp. *Vlado e o fim da ditadura*, Campinas, n. 272, p. 2, nov. 2004. Disponível em:

[https://unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/novembro2004/ju272pag02.html](https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2004/ju272pag02.html). Acesso em: 10 ago. 2024.

<sup>237</sup> Idem.

1963 e 1964, decidiu estudar na Tchecoslováquia, na época país pertencente à União Soviética. Lá conheceu e virou amiga do militante comunista Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão do Araguaia”, e desenvolveu junto à sua tia, também comunista, um trabalho na rádio, acompanhando a dissidência do Partido Comunista.<sup>238</sup>

Ao voltar para o Brasil, em 1964, Sandra buscou conciliar os estudos, o trabalho e as atividades políticas. Apesar de nunca ter entrado na clandestinidade por não desejar ter “militância fechada”<sup>239</sup>, Negraes atuava como podia, arriscando-se e participando de inúmeras ações, como no XXX Congresso da UNE, no ano de 1968, onde além de ter feito parte da seleção dos delegados, ajudou a transportar pessoas para o local de encontro, na cidade de Ibiúna.<sup>240</sup> Segundo afirmou em entrevista, após o AI-5, sua tia propôs fazer uma lista com nomes daqueles que poderiam dar apoio logístico às organizações armadas. A partir de então, sua militância começou a estar articulada também às organizações armadas revolucionárias, sendo a utilização de sua casa de praia por parte daqueles que estavam na clandestinidade, uma prática recorrente.

Contrariando a carta emocionada de uma mãe desesperada ao juiz-auditor, Sandra afirmou que seus pais apoiavam suas atividades políticas, embora, por questões de segurança, não soubessem detalhes de sua militância e vice-versa. Apesar dos cuidados, Sandra foi sequestrada duas vezes, a primeira vez, junto a sua família, onde foram levados para a OBAN, sendo inquiridos por 22 horas seguidas e, mais tarde, em sua faculdade. Nesta segunda ocasião, Negraes foi levada ao DOPS, onde foi inquirida junto a seu colega Paulo de Tarso, quem tinha a chave da casa de veraneio da família Negraes. Mesmo torturado, Paulo negou qualquer envolvimento de Sandra nas ações da ALN. Apesar disso, Sandra se tornou ré no processo envolvendo as atividades da ALN, com mais 136 pessoas.

Sobre as contradições nos discursos presentes no documento processual e nas entrevistas dadas por Sandra Negraes, percebemos através da voz autobiográfica da militante a existência de um forte engajamento político, que marcou sua trajetória desde a infância. Suas declarações, afirmando não saber que sua casa estava sendo utilizada para fins de terrorismo, além das cartas de seus

---

<sup>238</sup> RIBEIRO, op cit., p.115.

<sup>239</sup> RIBEIRO, op. cit. p.117.

<sup>240</sup> RIBEIRO, op. cit.

familiares, trazem à luz tais contradições estratégicas. Como visto, sua família era comunista e sabia da militância da jovem.

O envolvimento da família Negraes no processo judicial e na experiência de Sandra foi fundamental. Na carta endereçada para o juiz-auditor, a matriarca apontou que sua filha foi para o Chile legalmente, e não fugida. Sandra também corrobora com essa versão quando escreveu ao juiz-auditor que “não sai foragida do Brasil, saí com meus documentos em ordem, inclusive passaportes e atestados escolares fornecidos pela escola”.<sup>241</sup> Décadas mais tarde, em entrevista, a economista deu outra versão da existente nos autos processuais. Segundo ela, ao ser procurada pela Polícia Política, seus pais começaram a pensar em formas de enviá-la ao Chile. Após realizar um mapeamento das opções, tentaram atravessar a fronteira via Paraguai, com um esquema clandestino que existia na região. Naquela época, para sair do Brasil era necessário um documento dado pelos próprios agentes da repressão. O esquema, contudo, fracassou e seu pai teve uma outra ideia:

[...] meu pai tinha sido da Aeronáutica, funcionário da Aeronáutica e tinha a carteirinha dele. Toda vez que ele fazia uma infração de trânsito ele tirava a carteirinha [...] Ele lembrou da carteirinha da Aeronáutica. Então ele chegou lá, entrou na polícia e falou, “eu sou oficial da Aeronáutica, eu vim, eu estou passeando com a minha família, eu vou até o Paraguai, mas eu quero ficar lá, até aqui, na fronteira, mas eu quero ficar lá com a minha mulher jogando de noite, e a minha filha é muito mocinha eu quero mandar ela de volta antes e eu vou ficar com meu filho e a minha mulher. Então eu queria que você me desse dois salvo condutos, um para minha filha e outro para nós três”. Porque como é que eles vinham voltar os três? Aí o cara falou, não, pois não, e fez na hora. Foi a sorte. E aí nós saímos.<sup>242</sup>

O fato de seu pai ter um cargo prestigiado socialmente e, ainda, nas Forças Armadas, foi decisivo para que Sandra conseguisse sair do país. Além disso, observa-se que foram utilizados os papéis de gênero na cena em questão: tanto o pai de família, que trabalhava na Aeronáutica e seria um homem solicitando um favor a outro homem, como o da própria Sandra, descrita pelo patriarca como “muito mocinha”. Esse discurso, certamente, fazia sentido para o guarda, por isso concedeu a autorização. Cabe ressaltar, sobre este aspecto, a diferença que os privilégios sociais da família de Sandra proporcionaram para esta travessia na

---

<sup>241</sup> BNM 100, fl. 6859.

<sup>242</sup> RIBEIRO, op. cit., p.172.

fronteira comparada a experiência de outros militantes, que só conseguiam recorrer ao exílio em condições degradantes e extremamente perigosas.

Ao se exilar no Chile, além de voltar à graduação, a militante seguiu envolvida em atividades políticas: travou contato com o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) e atuou com os grupos de exilados que estavam no país. Longe de se tratar de uma moça ingênua e sem interesses políticos, Sandra seguia ativa na militância como podia, presenciando, inclusive, o golpe militar no país, protagonizado por Pinochet em 1973, e se exilando primeiro no Panamá e, depois na Argentina, onde foi perseguida junto ao seu companheiro. Em terras argentinas, Negraes teve notícias do processo em que respondia na Justiça Militar e decidiu voltar para o Brasil. Era o ano de 1975 quando Sandra Negraes foi inocentada em primeira instância por decisão absolutória do Conselho Permanente de Justiça.<sup>243</sup>

A ação penal 207/69, que contava com 137 réus, resultou em diferentes sentenças para cada um dos denunciados. Assim como Sandra, muitos foram absolvidos. Outros, foram condenados à prisão, sendo anistiados apenas no ano de 1979 em detrimento da Lei nº 6.683/79, conhecida como “Lei da Anistia”<sup>244</sup>. No entanto, destes muitos, nenhum passou imune das marcas da repressão.

Experiências como as de Sandra Negraes, Antonieta Campos da Paz, Edeméia Vieira da Cunha e Maria Cerqueira demonstram como as mulheres indiciadas e denunciadas pela Justiça Militar navegavam dentro de uma estrutura repressiva que preconizava um ideal de feminilidade, estigmatizando aquelas que não estivessem em consonância com tais modelos. Nesse universo, a ingenuidade e a passividade eram consideradas características inerentes ao feminino. Em contextos de violência que faziam com que as vítimas do regime buscassem encontrar brechas para salvar suas vidas, o conhecimento dessas expectativas normativas de gênero reproduzidas pelo Foro Castrense se tornou, por vezes, parte integrante da defesa desses sujeitos.

Representando uma forma de agência política a partir de um saber jurídico genderizado e moralizante, essa simulação de identidades só é visível a partir do processo de cruzamento das fontes. Como visto, tanto os inquéritos, como as ações penais, silenciaram não apenas o engajamento político dessas quatro

---

<sup>243</sup> BNM 100, fl. 8278.

<sup>244</sup> BRASIL. Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Planalto*, Brasília, 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L6683.htm](https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.

militantes, como, possivelmente, de muitas outras mulheres que ousaram desafiar a Ditadura Militar.

Em meio a uma instituição masculina e militarizada, um grupo de advogadas mulheres também buscou enfrentar a ditadura. Assim como suas clientes, estas profissionais foram interpeladas pela “condição feminina” e, muitas vezes, precisaram se utilizar estrategicamente desta gramática social de gênero para conduzir sua atuação profissional e política, como será evidenciado no próximo capítulo.

### **Capítulo 3- Nos bastidores processuais: advogadas políticas nos labirintos da legalidade autoritária**

No início da tarde de 2 de abril de 1964, aqueles que circulavam pelo bairro recifense de Casa Forte testemunharam uma cena que se diferenciava drasticamente do cotidiano daquela região, marcada por seus antigos casarões e ruas arborizadas. Arrastado por um carro pelos arredores de uma praça pública, um homem idoso semi-nu gritava. A vítima em questão era o militante comunista Gregório Bezerra, preso logo após o golpe civil-militar pela tentativa de organizar uma resistência armada em defesa do presidente João Goulart e do governador Miguel Arraes.<sup>245</sup>

Com uma extensa trajetória na política nacional<sup>246</sup>, Bezerra havia iniciado sua manhã detido no Forte das Cinco Pontas, de onde foi posteriormente transferido para o quartel de motomecanização, localizado no bairro de Casa Forte. Ali, sofreu intensas sessões de tortura comandadas pelo tenente-coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, que chegou a ordenar que o militante pisasse numa poça de ácido de bateria, deixando a sola dos seus pés em carne viva.<sup>247</sup> Poucas horas depois, Gregório Bezerra foi direcionado à rua, preso a um carro e arrastado pelos arredores de uma praça, em uma demonstração escancarada das práticas de

---

<sup>245</sup> ARAÚJO DE BRITO, Táso. *A Toga e a Espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

<sup>246</sup> INSTITUTO MOREIRA SALLES. Dor que senti não sei descrever. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/2018/01/30/dor-que-senti-nao-sei-descrever/>. Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>247</sup> BEZERRA, Gregório. Memórias. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011, p. 537.

tortura, interrompidas apenas com a intervenção das freiras da Igreja Matriz de Casa Forte, localizada nas imediações.<sup>248</sup>

O episódio de violência ao qual Gregório Bezerra foi submetido se tornou um dos mais conhecidos casos de tortura praticada por agentes do estado ditatorial em território pernambucano. Isto porque, seu caráter público excedeu os limites das repartições de Estado e governo, onde tais práticas predominantemente se dariam ao longo do regime. O início da Ditadura Militar marcou, dessa forma, não apenas a sistematização e o uso das práticas de tortura — já utilizadas pelas polícias — como instrumento político, mas também o escancaramento desses desempenhos, até mesmo em praça pública.

A despreocupação do tenente-coronel Darcy Villocq em promover em plena luz do dia uma espécie de espetacularização da flagelação de um homem considerado inimigo do regime demonstra como, mesmo nos primeiros dias da ditadura, grupos políticos e policiais reacionários já se valiam da liberdade da ação repressora e da garantia da impunidade. Assim, a Praça de Casa Forte, situada em um bairro nobre de Recife, que abriga suntuosos jardins projetados pelo renomado paisagista Roberto Burle Marx<sup>249</sup>, rodeada por igrejas, escolas e prédios residenciais, foi palco de uma clara demonstração de força por parte da repressão, exibindo para aqueles que transitavam pelas adjacências — incitados a participarem do flagelo — qual seria o destino dos “subversivos” que se opusessem ao regime recém instalado.

Uma das muitas pessoas presentes no local foi Mércia Albuquerque, na época, jovem advogada recém-formada. Décadas mais tarde, Albuquerque rememorou o caso em discurso proferido no Fórum do Centenário de Gregório Bezerra, realizado em 14 de março de 2000:

Gregório, vestindo apenas um calção preto, com a cabeça fraturada sangrando, banhado de suor, com os pés que haviam sido introduzidos em soda cáustica e os pulsos feridos pelas algemas também sangravam. Uma corda de três pontas amarrada no pescoço era arrastado por um grupo de verdes soldados, seguido por um carro de combate. O tenente-coronel Darcy Villocq enlouquecido agitava uma vareta de ferro e pronunciava palavras carregadas de ódio, um ódio urgente, quem sabe com medo que o tempo acabasse e a história se invertesse. Injuriava um homem de setenta anos, um velho militante comunista, seu prisioneiro, acrescentando a tortura física, a agressão psicológica, na verdade ultrajando o

---

<sup>248</sup> ARAÚJO DE BRITO, op.cit., p.24.

<sup>249</sup> SILVA, J. M. D. et al. A Praça de Casa Forte: um jardim histórico, um patrimônio cultural do Brasil. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 27, p. e05, 2019.



povo e o exército brasileiro. O sangue de Gregório respingara a farda e as mãos de Vilocq, que batia com instrumento de ferro no prisioneiro. (...) Dando sequência ao seu comportamento desvairado, o tenente-coronel Vilocq, como se dirigisse um ato de Fé da Inquisição, gritava para os espectadores tomados de pânico ‘Venham ver o enforcamento do comunista Gregório Bezerra!’. Enquanto aquele cortejo sádico circundava a Praça da Casa Forte, com transmissão ao vivo pela TV Canal 2, religiosos liderados por uma freira que assistia aquela cessão pública de tortura, comunicou os acontecimentos a Dom Lamartine, Bispo Auxiliar que, por sua vez, telefonou para o general Justino Alves Bastos pedindo clemência. O então comandante do 4º Exército interviu impedindo o anunciado enforcamento. (...) Bacharel em Direito, [eu] exercia o magistério lecionando para crianças carentes. O martírio de Gregório me fez compreender a magnitude da tarefa de advogar as causas dos presos políticos.<sup>250</sup>

Percebe-se que o episódio de tortura de Gregório Bezerra é tido na memória de Mércia como um marco em sua trajetória profissional. O acontecimento da Praça de Casa Forte emerge como primeiro encorajamento para Albuquerque ter se tornado advogada de presos políticos. Tal depoimento, dado décadas depois do acontecimento, é composto por uma criação de sentido atravessada também pelo tempo presente que Mércia vivenciava no momento em que relembrou de tais fatos. Ainda assim, é possível inferir que a tarde de 2 de abril de 1964 tenha impactado tanto sua vida profissional, como a pessoal. Em entrevista realizada em 2012, Otavio Albuquerque, viúvo de Mércia, relembrou da reação de sua esposa, com quem foi casado desde seus 17 anos:

Foi o momento mais difícil da nossa vida. Porque quando ela entrou, entrou transtornada diante das barbáries que o Gregório sofreu, ela não era ela do horror que ela viu. E dizia: Vou defendê-lo, se você me aprovar viveremos até o último dia, senão a gente se desquita. Mas, eu nem falei ainda... Mas, eu já, eu estou dizendo por antecipação - Ela estava totalmente transtornada.<sup>251</sup>

A fala de Otavio corrobora com a memória de Mércia no que se refere às implicações resultantes do flagelo de Gregório em sua vida. Nas duas narrativas, o trauma de ter testemunhado as “barbáries” sofridas por Bezerra teria motivado a advogada a utilizar do seu conhecimento do Direito para defender presos políticos. Nota-se, também, que essa escolha aparentemente profissional não esteve circunscrita apenas ao campo estrito do ofício da advocacia, atravessando também sua vida pessoal. Tal fato se evidencia não apenas pelo relato visível abalo emocional, narrado por seu marido, como também por Mércia ter

---

<sup>250</sup> Este trecho é parte de um discurso proferido pela advogada Mércia Albuquerque no Fórum em homenagem ao centenário de Gregório Bezerra, realizado em 14 de março de 2000. O discurso integra o acervo pessoal de Mércia, que está sob a guarda da DHNET. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/gregorio\\_bezerra/gregorio\\_100anos.html](http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/gregorio_bezerra/gregorio_100anos.html).

<sup>251</sup> ARAÚJO DE BRITO, Tássio, op.cit, p.26.

mencionado o possível “desquite” caso Otávio, com quem estava casada desde seus 17 anos, não fosse favorável à sua decisão em defender o comunista.

Assim como Mércia Albuquerque, outras mulheres fizeram a escolha de defender perseguidos políticos durante a Ditadura Militar. Angélica Mello de Almeida, Dyrce Drach, Elizabeth Diniz Martins Souto, Eny Raimundo Moreira, Flora Strozenberg, Herilda Balduino, Jeanne D’Arc Cruz Lima Narézi, Letícia Alencar, Loreta Valadares, Márcia Ramos de Souza, Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach, Maria Regina Pasquale, Maria Tereza de Assis Moura, Regina Helena Afonso, Ronilda Noblat, Rosa Cardoso da Cunha e Wanda Rita Othon Sidou são algumas dessas figuras femininas.

Ao atuarem em processos de competência da Justiça Militar, essas advogadas foram duplamente desafiadas. Primeiramente, em um âmbito profissional, uma vez que adentraram a um espaço marcadamente militarizado e masculino, e em segundo lugar por terem que lidar com o extravasamento da violência ditatorial também em suas vidas pessoais, atravessadas por questões como o casamento e a maternidade.

Desta maneira, o presente capítulo pretende debater a atuação das advogadas na Justiça Militar durante o período do autoritarismo. Tendo como base a análise de fontes testemunhais e da bibliografia sobre essa classe profissional, busca-se ampliar a perspectiva com a qual tradicionalmente se analisa a experiência dos advogados no Foro Castrense, que pouco contemplou as relações de gênero. Com esse intuito, o texto abordará aspectos como o perfil dos advogados, a relação deste ofício tanto com o mercado de trabalho, como com o contexto de exceção e as estratégias jurídicas utilizadas pelos profissionais da lei. Uma vez que as atuações femininas são o objeto desta pesquisa, buscaremos refletir também, a partir da dimensão genderizada, acerca das motivações pessoais desses sujeitos, suas rotinas profissionais e imbricações nas vidas pessoais, abordando, inclusive, as relações entre as advogadas, réus e seus familiares, e os trabalhadores da Justiça Militar.

Além disso, como perguntas norteadoras, será questionado se estas figuras femininas conseguiram conquistar espaço na Justiça Militar, investigando as estratégias adotadas por tais profissionais. Haveria diferença entre as táticas empregadas pelos advogados homens e mulheres? E quanto à eficácia de tais ações? Se, como visto, o Foro Castrense operava segundo uma gramática social de

gênero que excluía a presença feminina, será gênero uma chave que impactou a própria atuação do ofício?

Para tal, as principais fontes analisadas neste capítulo serão trechos de depoimentos dados por advogados e advogadas. A obra *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*, é onde se encontra a maior parte destes testemunhos, onde foram reunidas extensas entrevistas com 34 profissionais que refletem sobre suas trajetórias durante o período autoritário. Esta coletânea de depoimentos, contudo, não inclui uma análise crítica, uma vez que as entrevistas foram conduzidas com foco no campo do Direito e não abordam as questões de gênero. O presente capítulo busca, portanto, preencher essa lacuna ao oferecer uma revisão historiográfica que incorpora a perspectiva genderizada da experiência deste grupo profissional durante o autoritarismo. Além disso, esta seção contará com entrevistas realizadas especificamente para esta pesquisa.

Entende-se que estes depoimentos tratam de uma construção narrativa sobre o passado e não de uma verdade factual, sendo necessário um olhar crítico à memória oral, uma vez que as reflexões das experiências desses sujeitos são lidas e retiradas de seu tempo histórico.<sup>252</sup> Ressalta-se, dessa forma, que as fontes orais utilizadas nesta investigação refletem a perspectiva dos depoentes, atravessadas por diferentes clivagens e elaboradas de acordo com especificidades de seu contexto social, cultural e político. Deve-se, portanto, levar em consideração que toda fonte oral carrega marcas de determinadas experiências e, sobretudo, visões específicas sobre o processo histórico.

Paralelamente, é interessante perceber que o uso dos testemunhos através da metodologia da História Oral “reconstroem sentidos, resgatam experiências, realizam uma releitura do passado reapropriando-se dele, enquanto histórias públicas e privadas”.<sup>253</sup> Nesse sentido, existem dimensões das experiências dos sujeitos que não podem ser capturadas com a análise de apenas um tipo de documentação. No caso dos profissionais da lei que trabalharam na Justiça Militar, a análise de suas atuações não deve ser limitada ao que está registrado por escrito nos autos processuais. Isto porque, os testemunhos apontam como os empreendimentos desse grupo se estendiam para além dos instrumentos legais. A

---

<sup>252</sup> ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1. 235.

<sup>253</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 13.

criatividade, a barganha e diversas outras dinâmicas do cotidiano, inclusive relacionadas às relações de gênero, foram igualmente imprescindíveis na luta pela preservação da vida de seus clientes, elucidando a importância desses sujeitos, que souberam utilizar dos instrumentos legais e outros meios para lutar pela vida e dignidade de milhares de perseguidos políticos.

### **3.1- Perfil, cotidiano, estigmatização**

Mércia Albuquerque Ferreira nasceu no estado de Pernambuco no ano de 1934. Ainda jovem, Albuquerque saiu da casa dos pais, em Alagoas, para terminar seus estudos em Recife, onde moraria com os tios e faria o Curso Normal para formação de professores primários. Em 1961, ela se tornou bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Naquele ano, já era casada com o primo Otávio Albuquerque e, para completar a renda da família, trabalhava como docente em escolas da região.<sup>254</sup> Com o golpe civil-militar de 1964, Mércia passou a advogar na defesa de perseguidos políticos do regime. Gregório Bezerra foi seu primeiro cliente de uma extensa lista composta por cerca de 490 pessoas que, assim como Bezerra, se tornaram alvo da ditadura. Essa intensa atuação na advocacia política lhe rendeu, além de 12 prisões<sup>255</sup>, centenas de episódios permeados pelos mais diferentes tipos de violência.

A trajetória de Mércia Albuquerque aponta para uma face da resistência à ditadura que muitas vezes não é abordada nas narrativas sobre o período: a da atuação dos profissionais do Direito. Tal importância é refletida por Dom Paulo Evaristo Arns, importante líder religioso na luta contra a ditadura, que relembra que:

Nesses tempos terríveis percebi que um dos maiores esteios dos presos e de suas famílias eram os seus advogados. Um grupo de profissionais do Direito que, naquela época de muitos temores, arriscaram suas próprias vidas e carreiras profissionais para se dedicarem a defender, na grande maioria dos casos gratuitamente, as vítimas da violência política<sup>256</sup>

A fala de Arns chama atenção por suscitar dois importantes aspectos do regime ditatorial: primeiro, a relevância que os advogados de presos políticos

---

<sup>254</sup> ARAÚJO DE BRITO, op.cit., p.15.

<sup>255</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues da. “Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973)”. *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. I, p. 1-16, 2009.

<sup>256</sup> ARNS, Paulo Evaristo. Prefácio. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio. Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio, 2010, p. 8.

tinham tanto para os réus, quanto para as famílias de seus clientes. O segundo aspecto se refere justamente à violência política a qual estes perseguidos políticos eram vítimas. Paralelamente, neste regime de exceção marcado pela institucionalização de diferentes tipologias de violência, tais como a perseguição, a tortura e os desaparecimentos forçados, os juristas que escolheram fazer a defesa de sujeitos considerados “inimigos do regime” foram também colocados muitas vezes neste lugar, sofrendo inúmeras retaliações.

As atuações destes profissionais ainda se elevam em importância se refletirmos sobre as inúmeras frentes de resistência à ditadura. Como visto anteriormente, o período ditatorial brasileiro foi marcado pela utilização de diferentes bases jurídicas e de instituições desta natureza, como os tribunais e as leis.<sup>257</sup> Milhares de artistas, intelectuais, políticos, trabalhadores rurais e urbanos, grupos religiosos e estudantes foram incursos nas leis de segurança nacional, iniciando um caminho jurídico no cerne da “legalidade autoritária” que culminaria na necessidade de um advogado. Contudo, mesmo diante do grande número de investigados e processados pelo Estado, foram poucos os profissionais do Direito que fizeram a defesa dos presos políticos. No Brasil inteiro, estima-se que esse número não chegue a uma centena de sujeitos que atuaram na área.<sup>258</sup>

No que tange a memória destes juristas, Heráclito Fontoura Sobral Pinto é tido como um dos principais nomes da área. O “senhor justiça”, como era chamado, nasceu na cidade mineira de Barbacena em novembro de 1893 e se formou na Faculdade Nacional de Direito, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 1917. Além de ter sido Procurador Criminal da República, se destacou por ter sido advogado de perseguidos políticos durante o “Estado Novo” de Vargas, tendo defendido no Tribunal de Segurança Nacional militantes comunistas como Harry Berger e Luiz Carlos Prestes.

Embora seu histórico como criminalista contasse com a defesa de figuras do campo da esquerda, Sobral Pinto fazia parte do extenso grupo de civis que foi favorável à deposição do presidente João Goulart e que deu apoio ao golpe civil-militar de 1964. O “senhor justiça” não era o único do meio jurídico a

---

<sup>257</sup> PEREIRA, Anthony W. “Repressão, legalidade e regimes autoritários”. In: PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>258</sup> SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.). *Os advogados e a ditadura de 1964*, op.cit.

defender o evento antidemocrático: a própria Ordem dos Advogados do Brasil<sup>259</sup> (OAB), representando a classe profissional dos advogados, constou em ata uma nota favorável ao golpe, pontuando o otimismo da instituição pela erradicação do “mal das conjunturas comuno-sindicalistas”. Este otimismo em relação a uma intervenção militar por parte do criminalista é melhor compreendido quando analisado à luz da sua relação com a religião. É através desta que diversos elementos são organizados e gestados na vida do jurista: desde seu apoio ao golpe, e até a posterior posição crítica à ditadura, quando assumiu incisivamente a defesa de perseguidos políticos pelo regime.

Vindo de uma família católica e de uma formação escolar jesuítica, Sobral Pinto era praticante convicto do catolicismo. Em sua vida, a moral cristã atravessou intensamente diversos âmbitos, inclusive sua atuação profissional, uma vez que o advogado mantinha um intenso diálogo com intelectuais oriundos do catolicismo leigo<sup>260</sup>. Esta relação pode ser observada nas palavras do criminalista, que assim pontuou “a política deve ser a realização temporal da espiritualidade cristã orientada por princípios morais”, e que paralelamente a religião católica seria a referência de orientação “do comportamento humano no campo da convivência social e no ordenamento político pelo bem comum defendendo as liberdades civis e a desigualdade natural das qualidades humanas”<sup>261</sup>. Embora não seja objeto desta pesquisa, é interessante observar que para Sobral Pinto, o Direito seria uma ferramenta indissociável de seu ideário cristão.

Tendo sido antagonista da Teologia da Libertação<sup>262</sup> e contrário à legalização do divórcio, chegando a se retirar do Conselho Federal da OAB depois que esta deu suporte à votação popular em 1977, o “senhor justiça” segue sendo, com todas as suas ambivalências, um dos nomes mais proeminentes na memória dos advogados da ditadura, inclusive, no próprio meio jurídico. Fahid Tahan Sab, que também advogou no período, aponta que “todos nós, advogados que defendemos os perseguidos políticos, temos um só nome e uma só face. A nossa

---

<sup>259</sup> Ata da 1115ª sessão realizada a 07 de Abril de 1964. Disponível em:

[https://www.oab.org.br/historiaoab/links\\_internos/estexcec\\_declpovina.htm](https://www.oab.org.br/historiaoab/links_internos/estexcec_declpovina.htm)

<sup>260</sup> SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.), op. cit., p. 20.

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Movimento teológico cristão surgido na América Latina durante a década de 1960.

Reinterpretando a Doutrina da Igreja Católica e enfatizando a necessidade de justiça social e libertação dos oprimidos, chegando inclusive a ser combativo à Ditadura Militar, esse movimento foi visto por determinados segmentos da Igreja e do regime como associado ao comunismo. Ver mais em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>

face é a do mestre Sobral Pinto, de cujos ensinamentos e exemplo fomos discípulos e seguidores.”<sup>263</sup>

Embora o “nome” e a “face” fossem atribuídas à figura de Sobral, foram poucos os advogados que atuavam na área que, assim como ele, já tinham uma carreira consolidada e reconhecida na época. Nomes como Antônio Evaristo de Moraes Filho, Antônio Modesto da Silveira, Heleno Fragoso, Lino Machado Filho, Marcello Alencar e Raul Lins e Silva eram alguns desses raros profissionais que atuaram na Justiça Militar e partilhavam desse status de reconhecimento na advocacia já no início do regime ditatorial. Além de terem um importante engajamento na causa, esses juristas possuíam seus próprios escritórios de advocacia criminal, o que implicava que outros sujeitos que trabalhassem nesses ambientes também se envolvessem na defesa dos perseguidos políticos. É o caso da maior parte dos advogados que atuaram na Justiça Militar. Diferente de Sobral Pinto, esses profissionais eram, sobretudo, jovens recém-formados, como Mércia Albuquerque. Outros, ainda estavam na faculdade quando conseguiram um estágio em um desses grandes escritórios, iniciando assim a vida na advocacia.

Em 1966, Eny Moreira era aluna da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) quando decidiu ir para o Rio de Janeiro após ler uma reportagem na revista *Realidade* sobre Sobral Pinto. Grande admiradora do jurista, Eny não possuía nenhum contato na cidade, se agarrava apenas à uma informação que aparecia na coluna: Sobral assistia e ajudava na missa que ocorria diariamente às seis da manhã em uma capela situada perto da rua Pereira da Silva, no bairro carioca de Laranjeiras. Segundo Eny:

Eu vim para o Rio, dormi em uma pensão em Copacabana, e seis horas da manhã estava entrando na Igreja. Só que o padre era mais pontual que eu e já tinha começado a missa, Sobral estava lá no altar ajudando. Quando terminou, eu fiquei do lado esquerdo, um pouco mais à frente da metade da capela. Todo mundo foi embora e o Doutor Sobral ficou no altar, limpando os cálices, dobrando os panos, as toalhas. Depois ele desceu do altar, ajoelhou-se no primeiro banco e ficou lá, rezando, só tínhamos eu e ele na Igreja. De repente ele levantou, pegou o chapéu, pegou o guarda-chuva e saiu pela nave central. Eu corri pelo lado esquerdo e pulei na frente dele, no umbral da porta. Eu tremia feito vara verde e eu não lembro o que falei, mas em síntese, era: ‘Doutor Sobral Pinto, eu sou estudante de Direito e eu quero muito ser uma boa advogada e eu quero trabalhar com o senhor. Posso?’ Ele botou o olho no meu olho, parecia uma eternidade, me olhou profundamente e disse: ‘começa amanhã’. Três meses depois que eu estava no escritório dele eu percebi que todos os advogados tinham entrado lá a pedido de alguma personalidade: um foi o Juscelino, o outro foi o

---

<sup>263</sup> VOZ HUMANA. Fahid Tahan Sab. *Voz Humana*. Disponível em: <https://vozhumana.com.br/advogados/fahid-tahan-sab/>. Acesso em: 02 set. 2024.

Reitor da PUC, o outro era filho de um colega de faculdade que virou muito amigo. Eu perguntei para ele por que ele me aceitou, se todo mundo entrou com pistolão, aí ele disse: ‘Porque do jeito que você é abusada, eu achei que ia dar boa coisa’. E aí lá fiquei depois de formada. Foi assim que eu entrei para lá.<sup>264</sup>

Ao se mudar para o Rio de Janeiro, Eny pediu transferência na faculdade e iniciou o estágio<sup>265</sup> no reconhecido escritório de Sobral Pinto. Em seu primeiro ano nessa função, Moreira não redigia nada, apenas estudava os processos, levava petições e participava das reuniões, que por vezes se estendiam até depois do expediente. Sobre a temática específica dos presos políticos, a advogada relembra que, mesmo frequentando as Auditorias Militares desde o início de sua experiência como estagiária, foi apenas a partir de seu segundo ano no escritório que teria começado a participar ativamente dos casos. Com o aumento da repressão, sobretudo após o AI-5, as ações que envolviam os perseguidos do regime ditatorial passaram a ser divididas internamente entre Sobral Pinto e os advogados Oswaldo Mendonça e Bento Rubião, que trabalhavam no mesmo escritório. Isto porque, apesar da maior parte dos clientes procurarem pelo Doutor Sobral, este não conseguia dar conta do enorme contingente de ações e, por isso, distribuía os processos entre o grupo. Foi apenas quando passou no exame da OAB, ao se graduar, que Eny Moreira finalmente passou a cuidar diretamente dos casos sem a supervisão de outros advogados, sendo frequentemente procurada no escritório.<sup>266</sup>

Trabalhando na defesa dos perseguidos políticos, o dia-a-dia de Eny esteve intrinsecamente ligado à Justiça Militar. A advogada, que ia quase diariamente nas auditorias, conta que a relação que tinha com o serventuário do Foro Castrense era de extremo respeito e que mesmo com sua assídua frequência “Não havia uma relação íntima. Essa história de ‘como vai a família?’, de jeito nenhum. Mas era uma relação educada”<sup>267</sup>. Eny ainda complementa dizendo que “às vezes, não era frequente, um serventuário passava por debaixo da mesa um documento ou informação quando uma pessoa era presa, principalmente depois do AI-5, em que não havia mais o *habeas corpus*”<sup>268</sup>. De acordo com as memórias de Eny, existiriam, mesmo que raramente, certas clivagens entre os próprios serventuários

---

<sup>264</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 235.

<sup>265</sup> Na época os estagiários eram chamados de solicitadores acadêmicos.

<sup>266</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit.

<sup>267</sup> Idem, p. 238.

<sup>268</sup> Ibid., p. 239.



da Justiça Militar, que, seja por serem simpáticos à advogada ou por se comoverem com a situação, acabaram ajudando em determinadas situações que envolveram os réus.

Assim como Eny, muitas outras advogadas iniciaram sua atuação profissional como estagiárias de grandes nomes da advocacia criminal. Rosa Cardoso da Cunha pontuou que, ao estagiar com Heleno Fragoso, “aprendeu a não ser ‘bacharalesca’, a buscar no exercício do ofício concisão, a articular o argumento técnico com uma discussão feita em linguagem coloquial sobre o perfil de nossos clientes, os réus”<sup>269</sup>. Já Maria Luiza Flores Bierrenbach, que estagiou no escritório de José Carlos Dias, relembra que ia junto com o advogado nas audiências militares e participava de toda a “retaguarda”, que consistia justamente em atividades como idas às auditorias militares, o estudo dos processos e, por vezes, a visita aos presos.

É interessante notar que, embora essa posição de “retaguarda” estivesse muito presente nas experiências desses estagiários, esse posicionamento não esteve circunscrito apenas a esses sujeitos. A advogada Dyrce Darch, que no início da ditadura já era formada e experiente na advocacia, ao trabalhar no escritório do importante criminalista Lino Machado, também exerceu muitas atividades nos “bastidores processuais”. Segundo Dyrce, “íamos sempre eu, a Eny [Moreira], o Técio [Lins e Silva], e o Nilo [Batista], que naquela época era bem jovem, era do escritório do Heleno Fragoso, então fazia a mesma coisa que nós fazíamos.<sup>270</sup>” e justifica “Porque acontecia o seguinte: o Nilo dava os processos para a gente acompanhar tudo e ele só ia no dia da defesa oral. Quer dizer, quem ia para os interrogatórios, via os processos, éramos nós, eu e a Terezinha”.<sup>271</sup>

A alta demanda processual impedia que os advogados mais renomados dessem conta de todas as questões mais cotidianas ligadas à defesa dos muitos presos políticos, como à visita aos presídios e o contato com as famílias dos réus. Assim, os grandes nomes desta advocacia eram, geralmente, responsáveis pela sustentação oral nos julgamentos, enquanto os estagiários e advogados iniciantes costumavam ser incumbidos de outras funções.

---

<sup>269</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (São Paulo). Ordem dos Advogados do Brasil. Coragem: A advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: [s. n.], 2014, p. 98.

<sup>270</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 229.

<sup>271</sup> Idem.

Embora com menos visibilidade, esses empreendimentos “menos vistos” refletiam necessariamente nas chances de sobrevivência dos presos políticos. Isto porque, aqueles réus que tinham advogados presentes no dia a dia dos órgãos de repressão eram vistos pelos órgãos de segurança como alguém com acompanhamento externo. Como será visto, muitas vezes esse fato permitiu com que os presos escapassem de mais sessões de tortura, do desaparecimento forçado e da morte. Notoriamente, o acompanhamento não era suficiente para inibir a máquina repressiva, mas pode ser considerado um fator dificultante de maiores violações em alguns casos.

Tais memórias devem ser recuperadas por alargarem a perspectiva das atuações dos advogados de presos políticos na Ditadura Militar. Pesquisas históricas sobre essa temática que se apoiam apenas nas fontes processuais não são capazes de alcançar determinados desempenhos, uma vez que grande parte da defesa é formalizada e assinada apenas pelos advogados mais reconhecidos que são responsáveis formalmente pelo caso. Em contrapartida, como visto, aqueles que estiveram na “retaguarda”, como é o caso da maioria dos estagiários ou dos advogados menos experientes, são silenciados nessa documentação oficial, já que muitas vezes não chegam nem a figurar como advogados nos processos, embora tenham exercido papel fundamental.

Refletir sobre a importância da História Oral e os limites da documentação oficial se faz ainda mais necessário ao considerarmos o perfil dos advogados de presos políticos. Isto porque, a atuação desses profissionais no contexto do autoritarismo implicava em outras dimensões que escapam de determinadas dinâmicas presentes nos mundos do trabalho, como é o caso dos próprios salários. Se as relações de trabalho nas sociedades capitalistas são movidas em torno da venda da força de trabalho, na “advocacia cívica”, como Sobral Pinto costumava chamar a advocacia de perseguidos políticos<sup>272</sup>, a tradição era de que os profissionais não receberiam honorários. Tal tradição, presente no “Estado Novo”, permaneceu também na Ditadura Militar.

É importante ressaltar que os escritórios que realizavam a defesa de perseguidos políticos eram do ramo da advocacia criminal. Muitos destes optaram por não receber honorários nas ações referentes àqueles incursos nas leis de segurança nacional, se mantendo financeiramente através de outros processos que

---

<sup>272</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op.cit., p. 762.

tramitavam na Justiça Comum. Outros escritórios recebiam o valor que a família poderia pagar, variando, portanto, de acordo com o cliente. Desta maneira, os profissionais da lei não trabalhavam exclusivamente nos casos de competência da Justiça Militar, atuando também em outras áreas, condição fundamental para a própria subsistência desta classe e dos escritórios. Segundo o advogado Técio Lins e Silva,

Era também uma advocacia em que a gente não cobrava. Você sofria um pouco de discriminação nas causas que pudessem dar dinheiro para sobreviver. Você não tinha causas de ricos e de grandes empresários porque você era advogado de comunista, então não vinham grandes causas que remunerassem bem. Era uma vida apertada. Eu, muitas vezes, pedi empréstimo em banco para pagar funcionário, secretária, faxineiro e as despesas do escritório. Apesar do fato de ter muita projeção, afinal, eu era garoto mas era conhecido como advogado no Brasil inteiro, meu nome saía todos os dias nos jornais, isso não correspondia à minha clientela, pois para um certo tipo de causa eu não serviria.<sup>273</sup>

Percebe-se que, para além da advocacia política não gerar rendimentos financeiros, ela ainda dificultava que estes profissionais conseguissem casos que pudessem lhes render uma boa remuneração. Logo, o aspecto monetário não representava o principal motivo pelo qual os advogados escolhiam trabalhar nestas causas.

O fator dos honorários impactou a rede de advogados de todo o Brasil. Isto porque, o Superior Tribunal Militar era sediado na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, aqueles réus que não estavam em terras cariocas e não tinham recursos financeiros para fazer com que seu advogado se deslocasse, acabavam contando com o funcionamento de uma rede de cooperação entre os próprios advogados. Técio Lins e Silva afirma que, nos casos da segunda instância, os advogados do Rio representavam escritórios de todo o Brasil. Em um tempo que não havia facilidade de deslocamento, e nem xerox, os advogados cariocas recebiam telefonemas de seus colegas de outros estados que solicitavam o favor. Quando as duas partes estavam de acordo, cópias dos documentos processuais eram mandadas junto com anotações do defensor via correios.<sup>274</sup>

Em levantamento realizado, nota-se que grande parte dos advogados que atuaram em casos envolvendo sujeitos incursos nas leis de segurança nacional, era de jovens. Esse dado não é desprezível, visto que está associado diretamente à motivação profissional desses sujeitos que vivenciavam inúmeros desafios no

---

<sup>273</sup> Ibid, p. 770.

<sup>274</sup> Ibid, p. 762.

ofício. Maria Luiza Bierrenbach nasceu em São Paulo em outubro de 1946. No ano de 1966, ela iniciou o curso de Direito na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde ela teria participado incisivamente do movimento estudantil, chegando a ser candidata ao Diretório Acadêmico em plena ditadura. Durante sua graduação, Maria Luiza iniciou um estágio no escritório de José Carlos Dias. Segundo ela, até a sua chegada, o escritório não havia recebido casos de presos políticos.

Foi através da prisão de seu colega de faculdade, José Mentor, que o escritório de Dias passou a atuar na área. Segundo Bierrenbach, “Logo depois do Mentor, também, surgiram diversos outros casos. Aí sentamos e conversamos: ‘nós vamos defender na Justiça Militar...’, até aquele momento não se tinha a dimensão do perigo, porque existia um perigo. Mas era uma opção: ‘nós vamos fazer advocacia na Justiça Militar’”<sup>275</sup>. A partir desse episódio, teria sido combinado que “José Carlos faria a defesa e eu [Maria Luiza] toda a retaguarda. E assim foi feito, eu estava no terceiro ano da faculdade, ainda”<sup>276</sup>.

Sobre a opção pela defesa de presos políticos, Maria Luiza reflete que,

[...] não foi circunstancial. Eu tinha uma participação política na faculdade, estava estudando ainda, né? E é no meio que eu achava que era como eu podia contribuir, entendeu? Era o jeito, era o jeito que eu podia contribuir, a forma de eu contribuir era aquela, cada um contribui do jeito que pode. Teve gente que pegou em armas, isso eu não ia [fazer], não era aquela forma que eu achava que eu podia fazer.<sup>277</sup>

O depoimento de Maria Luiza traz à luz uma importante discussão. Por muito tempo, a historiografia privilegiou a militância armada em detrimento de outras formas de resistência à Ditadura Militar. Sobre este aspecto, diversas formas de articulação e resistência política acabaram sendo escanteadas da discussão e, sobretudo, da memória que se construiu após a redemocratização. A própria construção da narrativa da advogada evidencia a supervalorização da guerrilha armada (rural e urbana) em detrimento de outras ações. Não por acaso, Maria Luiza parece se justificar por não ter entrado para movimentos de guerrilha e optado por atuar advogando para presos políticos. Não há, contudo, hierarquização das formas de resistir ao regime de exceção. Todos aqueles que

---

<sup>275</sup> Ibid, p.544.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Entrevista realizada em 9 de abril de 2024. Acervo pessoal.

tiveram nas trincheiras contra a ditadura, foram fundamentais, em suas próprias formas, para o processo de resistência e a consequente redemocratização.

No tocante às violências, é evidente que os advogados que passaram pelas prisões tiveram experiências diferentes dos presos políticos, já que os profissionais da lei não permaneciam muito tempo encarcerados e não eram indicados nas leis de segurança nacional, como eram seus clientes. Contudo estes profissionais precisaram abdicar de inúmeras coisas e aceitaram o risco de exercer a profissão. Sem suas atuações, inclusive, as graves violações de direitos humanos a que os presos políticos foram submetidos seriam possivelmente ainda mais severas.

Atuando em um ofício que não gerava grandes recompensas financeiras, a defesa de presos políticos passava necessariamente pela convicção da luta na legalidade por parte daqueles que assumiram essa frente. Se estendendo para além das concepções tradicionais do trabalho assalariado, esses advogados agiam em rede e enfrentavam a engrenagem do sistema repressivo, que muitas vezes se voltava contra eles mesmos. Embora possuam algumas particularidades entre si, as motivações para o exercício desse ofício encontram similaridade no que tange uma clareza do dever ético dos profissionais da lei. Sobre essas diferentes motivações que levaram os advogados a aceitarem os casos de perseguidos pelo regime, nas palavras de Paula Spieler e Rafael Mafei Rabelo Queiroz:

Havia, é claro, razões de ordem moral que os levavam a aceitar tais defesas, muitas vezes mal vistas por outros colegas de profissão, mas tais razões eram variáveis: uns poucos viam-se como “causídicos orgânicos”, ou seja, militantes da oposição que ajudavam à causa como podiam, e o podiam advogando; mas as entrevistas mostram que a maioria, embora julgando-se do lado certo da cisão política da época, tinha absoluta clareza de seus deveres éticos e profissionais em cada defesa de perseguido político.<sup>278</sup>

Observa-se, assim, que a bandeira da legalidade marcou o discurso desses diferentes juristas, que iam desde o estimado Sobral Pinto, com suas convicções religiosas e anticomunistas, aos estagiários envolvidos na militância estudantil e que estavam iniciando sua vida profissional.

Como visto, a maioria dos advogados, homens e mulheres, que iniciaram sua vida profissional na defesa dos presos políticos, o fizeram a partir da experiência de estágio ou de trabalho em escritórios de advogados homens. Tal constatação não é irrelevante, visto que está associada a um cenário histórico mais

---

<sup>278</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op.cit., p. 34.

amplo, onde o acesso às universidades, especialmente ao curso de Direito, e o posterior exercício da advocacia, eram predominantemente representados por homens brancos.

No Brasil, esse panorama passa por uma mudança especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando se observa mais ostensivamente a ocupação de mulheres no ensino superior e em posições de trabalho consideradas masculinas, tais como a advocacia e a medicina. Desta maneira, observa-se que as transformações de sociabilidade, debatidas no capítulo anterior, impactaram também a divisão sexual do trabalho, inclusive na área do Direito, que passa a ser ocupada por mais mulheres. Em um país profundamente marcado pela escravidão, essas figuras femininas que tinham o maior nível de escolarização eram, sobretudo, mulheres brancas que vinham das classes médias das grandes metrópoles.

Em *Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados*, Patrícia Tuma Martins Bertolin analisa dados fornecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), percebe-se em seu estudo o crescimento feminino da advocacia no país durante o século XX e início do século XXI. Em tabela que versa sobre a situação específica dos advogados inscritos na seccional paulista da OAB por sexo, se observa que entre as décadas de 1930 e 2010 houve um crescimento exponencial de mulheres inscritas na instituição, sobretudo, a partir da década de 1980. Bertolin aponta que, embora essa expansão seja considerável, as profissionais do sexo feminino tenderam a se concentrar nas bases da carreira, e não no topo.<sup>279</sup>

A autora afirma que um dos grandes dificultadores para a ascensão de mulheres aos melhores cargos na advocacia seria justamente o *modus operandi* da carreira, que exige longas jornadas de trabalho presenciais e muitas vezes disponibilidade integral para os clientes. É possível perceber que esses padrões profissionais teriam sido construídos para caberem nas vidas masculinas, já que tradicionalmente mulheres são incumbidas do trabalho doméstico, não remunerado e invisível.<sup>280</sup> Cuidando da casa e sendo responsáveis pelos filhos,

---

<sup>279</sup> BERTOLIN, P. T. M. *Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 16–42, 2017, p. 20.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 27.

essas figuras teriam menos acesso não apenas ao descanso e lazer, mas também a qualificação exigida para certos cargos.

Ainda sobre a tabela analisada no artigo de Bertolin, nota-se que, apenas nos anos 2000, as mulheres ultrapassaram os homens numericamente no quadro de inscrições da OAB de São Paulo, sendo computados naquela década 61.475 homens e 65.573 mulheres. No entanto, nos 21 anos de Ditadura Militar, o ofício ainda era extremamente masculinizado. Nos anos de 1970, por exemplo, período analisado nessa pesquisa, mesmo com o notório crescimento de mulheres na função, os números registrados foram de 19.919 de homens para 6.724 de mulheres inscritas na mesma seccional.<sup>281</sup> É possível perceber que embora a conjuntura fosse de crescimento de figuras femininas se formando em Direito e exercendo a profissão, essas mulheres ainda se depararam com um universo profissional extremamente masculinizado, onde, além da maioria dos colegas serem homens, os cargos de poder também eram predominantemente ocupados por pessoas do sexo masculino.

O que significou, portanto, ser uma jovem recém-formada, ou ainda em formação, atuando no ambiente da advocacia e assumindo casos de competência da Justiça Militar em pleno regime de exceção?

Junto a tantos outros grupos sociais, os advogados que faziam a defesa dos incursos nas leis de segurança nacional também foram vítimas das perseguições da ditadura. Nomes como Augusto Sussekind Moraes Rego, George Tavares, Evaristo de Moraes e Heleno Fragoço chegaram a ser presos durante o regime. Nem o reconhecido criminalista Sobral Pinto, que inicialmente apoiou o golpe civil-militar de 1964, foi protegido da perseguição da ditadura, como é possível observar pelo episódio de sua prisão, em dezembro de 1968.<sup>282</sup> Naquele período, com o recrudescimento da violência do regime após o Ato Institucional número 5, “passou a ser comum o ‘sequestro’ ou a prática de outros tipos de pressão financeira, psicológica ou física aos advogados de presos políticos”<sup>283</sup>. O advogado Técio Lins e Silva aponta que “esse trabalho que os advogados faziam era muito difícil. Muitos riscos, a gente tinha medo!”, além de lembrar que

---

<sup>281</sup> Ibid., p. 3.

<sup>282</sup> Em dezembro de 1968, ao se dirigir a Goiânia para participar como paraninfo de uma cerimônia de formatura do curso de Direito, Sobral Pinto foi preso e levado à força para Brasília, onde permaneceu detido por vários dias.

<sup>283</sup> SA, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.), op. cit. p. 32.

apesar de não ter sido preso, “recebia cartas com recortes: ‘advogado apareceu boiando na Argentina’, [...] gilete, algodões com sangue”, como formas de dissuadi-lo de suas práticas profissionais.<sup>284</sup>

Exemplo dessas violências também é relatado pela advogada Maria Regina Pasquale. Nascida em outubro de 1944, Pasquale ingressou na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1964, estudando na mesma época que Maria Luiza Bierrenbach, com quem atuou junto na defesa de presos políticos. Durante sua graduação, Pasquale participou do movimento estudantil e foi vice-presidenta do Centro Acadêmico. Foi justamente nesse ambiente universitário, onde conviveu com pessoas engajadas na resistência e na crítica ao regime, que seu processo de formação política teria se iniciado. De uma origem familiar humilde, seus pais não eram ativos politicamente e, segundo a advogada, a experiência da graduação entre 1964 e 1968 foi significativa para a sua escolha profissional de trabalhar na defesa de presos políticos, já que inicialmente seu plano era o de se dedicar ao Direito Civil.<sup>285</sup>

Formada logo após a edição do AI-5, em 1968, Maria Regina passou por incontáveis tipos de violência por parte do regime ditatorial. Apesar de não se lembrar exatamente o ano, a advogada contou sobre o episódio em que o escritório que trabalhava foi invadido. Na ocasião, Pasquale teria ido em pleno sábado para o local buscar alguns documentos e, ao chegar, se deparou com a porta entreaberta e o escritório revirado. Nas palavras da advogada,

O zelador era um velhinho, e nós fomos perguntar para ele. O prédio era um prédio tranquilo. Obviamente que ele sabia, mas disse que não tinha visto nada, não sabia de nada. Foi à noite, lógico. Nós demos queixa na polícia e representamos à Ordem. Óbvio que nunca aconteceu nada. Agora, sumiu alguma coisa? Não sei, isso não dá para saber. O que a gente percebeu é que foram mexidos os armários de aço onde nós tínhamos pastas. Isso foi remexido. E as nossas gavetas todas, tudo jogado no chão.<sup>286</sup>

Já sobre outra ocasião, Maria Regina relembrou que:

Nós tínhamos um colega mineiro, Doutor Fahid, que tinha um irmão procurado em cartaz, e foi exatamente na época em que esse menino foi baleado. Havia no escritório uma senhora, secretária dos advogados antigos, mas senhora mesmo. E todo dia ela saía no mesmo horário para tomar o lanche. Ela foi saindo e disseram: ‘a senhora não pode sair’. ‘Mas por quê? o horário do meu lanche...’. ‘Não, não pode. Ninguém entra. Quem entra, fica. E ninguém sai’. Eu tinha um

---

<sup>284</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit. p. 565.

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Ibid, p.577.



encontro no escritório de um advogado para resolver o quantum de uma ação civil, não me deixaram ir. Telefonei e eles pegaram a extensão para ouvir o que eu estava falando. E eu sem saber o que tinha acontecido. Passou tempo, passou tempo, e eles disseram: ‘bom, o Doutor Mercado não vem e o Doutor Belisário também não, a senhora vai responder pelos dois’. Eu disse: ‘tudo bem. Vamos embora’. O Doutor Francisco Moraes Barros, que era um dos sócios do escritório, tinha horror a essa advocacia que a gente fazia. Ele achava que a gente era louco, que éramos jovens inconsequentes. Lógico, que por eu ser mulher, ele saiu junto e disse para o oficial: ‘eu posso acompanhar a Doutora?’. Ele disse: ‘não, a moça vai sozinha. O senhor pode ficar sossegado que não vai acontecer nada, mas o senhor não pode ir junto’. Tudo bem, lá fui eu para a Operação Bandeirantes. Entrei e me fizeram perguntas. [...] Dali a pouco ele disse: ‘bom, eu já vou liberar a senhora, porque o Doutor Mercado e o Doutor Belisário estão aí’. Eu disse: ‘ah! Estão aí?’. Eles já tinham sido liberados e eles me liberaram depois. Estavam me esperando do outro lado da calçada. Aí o Mercado virou para mim e disse assim: ‘e você que não tinha nem o nome escrito na procuração...’. Por quê? O que foi que aconteceu? Exatamente esse advogado de Minas, procurou o escritório porque o irmão estava baleado e queria entregar o irmão para a Justiça Militar. E eles tinham feito tudo isso, só que eu não havia acompanhado nada disso, porque eu não estava no escritório, eu tinha saído mais cedo. Então, essas coisas marcam, deixam você.<sup>287</sup>

No depoimento de Pasquale se observam diversas variáveis sobre a atuação e o impacto dos órgãos de segurança do regime. Em primeiro lugar, é possível perceber que o cotidiano dos advogados que faziam a defesa dos perseguidos políticos era de incertezas. Sem qualquer movimento prévio, seus locais de trabalho poderiam ser invadidos e seus funcionários impactados. No caso lembrado por Maria Regina, uma das secretárias, já idosa, foi impedida de comer. Já a própria advogada, não pode seguir com seus compromissos profissionais. Além disso, em sua fala a dimensão das relações de gênero se evidenciam, visto que Pasquale foi levada acompanhada de agentes da repressão para a OBAN, onde muitos de seus clientes já haviam sido torturados. O perigo de uma mulher estar naquela condição se torna ainda mais evidente quando um dos sócios do escritório pede para acompanhá-la, recebendo a negativa do policial. É ainda revelador que não houvesse na procuração do militante procurado a assinatura da advogada, e sim de outros profissionais que trabalhavam no mesmo escritório. E que ainda assim, a advogada passou mais tempo no interrogatório que aqueles que poderiam ter mais informações.

Sobre a motivação dessas diferentes ações, Maria Regina acredita que se tratariam de formas de ameaças. Com os telefones do escritório grampeados e possuindo escutas dos órgãos de segurança, existia entre esses profissionais da lei

---

<sup>287</sup> Ibid., p. 571.

uma constante sensação de insegurança e perseguição. Tal percepção se edificava a partir de outras situações, assumindo um caráter de pressão psicológica, como é possível ser observado neste outro depoimento da advogada:

Nós tínhamos o escritório na Rua Brigadeiro e eu parava o carro numa rua lá para trás. E eu tinha uma Variant verde, nunca vou me esquecer disso. E eu saí e entrei na ruazinha. Eu estava com pressa, ia visitar alguém. Tinham duas Variant, e eu me dirigi para a segunda. Quando eu fui chegando à segunda eu vi que não era o meu carro. Eu virei de repente e nisso um cara que vinha atrás de mim também virou de repente. Óbvio que ele estava me seguindo. Isso a gente sentia mesmo.<sup>288</sup>

Além de ser alvo de perseguições em situações cotidianas, Maria Regina chegou a ser presa mais de uma vez. Estes episódios de prisão se somam ao de outras mulheres que advogavam na causa.

Sobre esta temática, Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach, relembra de quando foi levada para a OBAN sem saber sequer o motivo. Após muitos interrogatórios, descobriu que sua prisão teria se dado por terem encontrado em um aparelho um papel com seu nome. O manuscrito em questão teria sido escrito por um de seus clientes, que naquela ocasião estava banido do país. A advogada teria passado dias na OBAN, sendo interrogada cerca de quatro vezes por dia, em sessões que contavam com práticas de tortura. Sobre essa prisão, Maria Luiza narra que um dos torturadores dizia:

‘Eu sou o chefe, sou o Jesus Cristo’ [codinome do delegado de polícia Dirceu Gravina]. Ele falava isso e virava a manivela para me dar choque. Ele também dizia: ‘Que militante de direitos humanos coisa nenhuma, nada disso, vocês estão envolvidos’. E virava a manivela. Havia umas ameaças assim: ‘Vamos prender todos os advogados de direitos humanos, colocá-los num avião e soltar na Amazônia’. Nos outros interrogatórios, eles perguntavam qual era a minha opção política, o que eu pensava, quem pagava os meus honorários, quais eram os meus contatos no exterior, o que eu pensava do comunismo. Para mim, ficou muito claro que eles queriam atemorizar advogado de preso político. Havia uma mudança no tom das equipes. Eram três, e ia piorando. Durante o interrogatório da segunda equipe, eu levei uma bofetada de um e o outro me segurou: ‘Está bravinha porque levou uma bofetada?’. E os homens da terceira equipe diziam: ‘Saia disso, onde já se viu defender esses caras, gente perigosíssima, não se meta nisso!’. Eu estava formada havia menos de um ano, e trabalhava desde o segundo ano no escritório do advogado José Carlos Dias, defendendo presos políticos. Essa era a forma que eu tinha de resistir à ditadura militar, foi minha opção de participação na resistência. Eu fui presa sem nenhuma acusação, fiquei três dias lá sem saber porque estava presa. No terceiro ou quarto dia, eu descobri o motivo: teriam achado num ‘aparelho’ um manuscrito do Carlos Eduardo Pires Fleury, que tinha sido banido do país e que foi meu colega e cliente no escritório. Eu não fui das mais torturadas. Levei choque uma manhã inteira, acho que para saber se eu

---

<sup>288</sup> Ibid., p. 578.

tinha algum envolvimento com alguma organização clandestina e para que os advogados soubessem que não era fácil para quem militava.<sup>289</sup>

O depoimento de Bierrenbach evidencia os perigos aos quais os advogados de presos políticos estavam suscetíveis. Embora não tenham sido todos os profissionais da área a sofrerem com violências mais severas, como episódios de sequestro, prisões e torturas físicas, a atuação deste grupo de profissionais do Direito não podiam contar com a segurança de que nada lhes ocorreria. Como dito pelo próprio delegado Dirceu Gravina “Vamos prender todos os advogados de direitos humanos, colocá-los num avião e soltar na Amazônia”. Embora Gravina possa não ter tido real pretensão de executar o plano, tal frase dita à uma advogada no contexto de tortura é significativa. Nas palavras da advogada Eny Moreira “A repressão achava que a gente era um bando de comunistas, confundia o cliente com o advogado”.<sup>290</sup>

Flora Strozenberg também fez parte da geração que estudou Direito e atuou em plena Ditadura Militar na defesa de presos políticos. Tendo sido integrante da POLOP, Organização Revolucionária Marxista Política Operária, Flora recebeu a tarefa de ajudar o advogado Antonio Modesto com processos de presos políticos que tramitavam na Justiça Militar. Na ocasião, Modesto teria indicado que a advogada trabalhasse no escritório de Paulo Goldrajch, um jovem profissional que atuava na área. A partir de então, Flora iniciou uma extensa trajetória na advocacia, nomeando essa atuação como “militante da advocacia da liberdade”.<sup>291</sup>

Uma de suas prisões se deu no ano de 1974, após a IV Conferência da OAB, no Rio de Janeiro, que tinha como intuito debater o tema dos Direitos Humanos. Naquele período, a OAB já se afastava da posição inicial de apoio à

---

<sup>289</sup> MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos. 2010 p. 69.

<sup>290</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 240.

<sup>291</sup> Ibid., p. 296.

ditadura<sup>292</sup>. Foi quando Flora foi sequestrada e levada para a OBAN, em São Paulo, onde ficou presa por meses. Segundo a advogada:

Quando eu saí da cadeia já era fim de ano, eu encontrava uns caras esquisitos em Ipanema. Eu fui para Teresópolis com amigos. Eu fiquei lá uns três ou quatro meses. A minha prisão tinha provocado terríveis reflexos em meus filhos, Pedro e Paula, o medo era constante, nos refugiamos em Teresópolis. Houve pressão da OAB Federal [para soltá-la], depois da OAB/SP, e das Igrejas católicas e outras organizações internacionais, afinal uma advogada presa era difícil de sustentar mesmo na OBAN. Eu sobrevivi, fiquei naquela cela do Herzog, morto. Até que meu pai conseguiu quebrar a incomunicabilidade. Eu já tinha tido um problema de um inquérito com o Ministro da Marinha, eu fui sequestrada e ninguém sabia. Ligaram para meu pai, disseram que eu tinha sido presa por causa de um problema de passaporte. Meu pai ficou desesperado, teve de ir para São Paulo. Eu acho que foi alguém da equipe da Operação Bandeirantes. Eu sou uma pessoa boa praça, tinha filhos pequenos, eu não tinha vida clandestina. Eu estava resistindo à tortura. Depois que você resiste a dois ou três dias de tortura você não pode mais falar. Mas eu sobrevivi, não tenho nada a me queixar. Minha maior dor é a dor dos meus filhos, que não sei avaliar como isso repercutiu na vida deles.<sup>293</sup>

Aqui, observamos mais uma vez a perseguição do regime contra advogados que faziam a defesa de pessoas incursas nas leis de segurança nacional. Mesmo depois da experiência da prisão, Flora seguiu se sentindo observada nas ruas, o que aponta para a forma que o exercício da sua atuação profissional se estendia para além do próprio âmbito do trabalho, assumindo importantes contornos na sua vida privada. Sobre este aspecto, o tema da maternidade, que vem sendo abordado cada vez mais nos estudos sobre as presas políticas, também se mostra relevante na experiência das advogadas.

Sobre este aspecto, quando Gregório Bezerra recebeu na prisão a visita da advogada Mércia Albuquerque, dias depois de ter sido torturado na Praça de Casa Forte, a advogada estava grávida. Em suas memórias, publicadas no ano de 2011, Bezerra relembra que naquela ocasião,

Estava novamente sem defensor [...] quando uma senhora grávida, já caminhando com dificuldade, aproximou-se e disse: - Gregório, sei que você está sem advogado. Venho me oferecer para fazer sua defesa. Você me aceita como a sua defensora? Olhei para a majestosa figura de senhora grávida, às vésperas de dar à

---

<sup>292</sup> Como visto, inicialmente a OAB se posicionou a favor do golpe civil-militar de 1964. Contudo, a entidade foi assumindo aos poucos a oposição ao regime, sobretudo a partir de Costa e Silva, momento marcado pelo AI-5 e pela intensificação da violência de Estado, que impactou diretamente advogados e a imprensa. A partir de 1966, a Ordem assumiu em seu nível Federal, sob a presidência de Raimundo Faoro, uma postura marcadamente de oposição ao regime e de apoio à redemocratização. Para saber mais sobre a atuação da OAB e sua relação com o golpe e a ditadura: MOTTA, Marly Silva da. A ordem dos advogados do Brasil: entre a corporação e a instituição. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.39, p. 32-37, dez. 2006.

<sup>293</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op.cit., p. 292.

luz, e respondi emocionado e com muito respeito [...]. Passei a ter uma defensora e uma amiga correta e pontual.<sup>294</sup>

O episódio teria ocorrido ainda nas primeiras semanas da ditadura. Naquele momento a relação do regime com os advogados possuía outra natureza, visto que tanto as instituições como o próprio arcabouço legal ainda estavam se edificando. Ainda assim, Mércia passou décadas defendendo os perseguidos políticos, inclusive em contextos de acirramento da violência ditatorial. O fato de ter sido presa 12 vezes durante o regime demonstra a coragem e o engajamento por parte da advogada. Ao longo desses anos, Mércia se tornou mãe de Aradin, seu único filho.

No artigo intitulado *Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973)*, a historiadora Angela Moreira analisa o diário íntimo que a advogada pernambucana escreveu no ano de 1973. Segundo Moreira, este documento, além de ter a potência de promover reflexões sobre a Justiça Militar, seus atores e dinâmicas processuais, também nos permite analisar as próprias experiências de Mércia, que em uma construção memorialística reflete sobre seu cotidiano, anseios e convicções.

Em 15 de dezembro de 1973, Mércia escreveu:

Fui com Jerson visitar os presos de Itamaracá. Conversei com todos, e sofri com eles. Faço o que posso, e às vezes até mesmo o que não posso. A morte de Ramires continua envolvido em mistério, até mesmo o pessoal da segurança não sabe informar, pois tudo indica que morreu com outra identidade. Tenho recebido apelos constantes para aceitar a defesa de Juarez, é difícil pois Boris vai se julgar preterido, e ganharei novo inimigo. Estou satisfeita com Aradin [seu filho].<sup>295</sup>

Neste fragmento, percebemos como elementos do cotidiano profissional de Mércia Albuquerque assumem um grande peso em sua vida. Aqui, a advogada registra sua ida a um presídio e como se sente em relação aos encarcerados. Também neste trecho, reflete sobre dilemas profissionais, e por fim, faz uma breve menção a seu filho, que aparece como o único aspecto positivo refletido pela autora do diário.

Percebe-se que a maioria dos advogados que defenderam réus incurso nas leis de segurança nacional eram homens recém-formados. Como visto, naquele

---

<sup>294</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011, p. 547-548.

<sup>295</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues da. “Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973)”. *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. I, p. 1-16, 2009, p. 23.

contexto a advocacia era predominantemente masculina e, as poucas figuras femininas que atuaram na área eram jovens que estavam iniciando a vida profissional nos raros escritórios criminalistas que faziam esse tipo de defesa. Essas mulheres, que muitas vezes trabalharam sem receber honorários pelos casos, eram movidas pela bandeira da legalidade e a forte convicção de que a forma que tinham para resistir à Ditadura Militar era utilizando-se de seus recursos enquanto advogadas. Assim, transitando por um ambiente masculino, faziam parte de um grupo de profissionais que, enquanto buscavam resguardar os presos políticos das graves violações aos direitos humanos cometidas pelos órgãos de repressão, também precisaram lidar, em menor grau, com essas violências, sendo perseguidas, interrogadas, sequestradas, presas e, até mesmo, torturadas.

### 3.2- Relações familiares, rés e advogadas

Poesia nº 4

Mata-Machado, Vi  
No silêncio da tarde,  
Quando o sol desfalecia  
Os restos dele surgirem  
Não se sabia o que houve  
Braços e pernas quebrados  
A carne em putrefação  
Oito dias se fazia  
Da sua detenção  
Todos os dentes partidos,  
Escapelado também  
Não havia sinal de balas  
Havia apenas uma verdade  
Que morrerá de pancadas,  
Pau de Arara, telefones  
Pontapés e cacetadas  
Num massacre, odiento  
Sem defesa e sem culpa  
Subtraíram-lhe dos vivos.<sup>296</sup>

Durante os anos de 1968 e 1979, Mércia Albuquerque produziu alguns diários pessoais onde versava sobre suas experiências cotidianas.<sup>297</sup> Nestes manuscritos, que também contavam com reflexões existenciais, a advogada

---

<sup>296</sup> ALBUQUERQUE, Mércia. *Diário de Mércia Albuquerque*. DHNET. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/diario/1974/08\\_agosto/005.htm](https://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/diario/1974/08_agosto/005.htm). Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>297</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues da. “Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973)”. *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. I, p. 1-16, 2009.

chegou a escrever 15 poesias. O poema acima faz parte deste compilado. Datado do Natal de 1974, o escrito gira em torno da exumação do corpo do militante José Carlos Novaes da Mata Machado, morto pela ditadura em outubro de 1973. “Zé”, como era chamado, foi dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), e, assim como muitos dos membros da organização, teve uma forte trajetória de militância no movimento estudantil.

Em 1964, pleno ano de instauração da ditadura, Mata Machado iniciou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesta mesma faculdade, seu pai, o renomado jurista Edgar Godoy da Mata Machado, já havia sido professor, tendo chegado a assumir a cátedra da área de “Estudo do Direito”. Com a intensificação da repressão ditatorial, em 1968, a família Mata Machado passou a sofrer maiores complicações: a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI 5), em dezembro daquele ano, culminou na cassação da cátedra do pai, Edgar. Já o filho, José Carlos, foi preso no Congresso de Ibiúna, em outubro, permanecendo oito meses nas celas do DOPS de Belo Horizonte.<sup>298</sup>

Um pouco mais tarde, em 1973, aos 27 anos, Zé foi novamente preso, e desta vez assassinado pela Ditadura Militar. Como de costume entre os órgãos da repressão, o regime tentou falsear as circunstâncias de sua morte, alegando que esta teria sido resultado de um tiroteio entre os próprios militantes. Sobre este aspecto, décadas mais tarde, as Comissões Estaduais da Memória e Verdade de Pernambuco e Minas Gerais apontaram que Zé foi, junto com Gildo Lacerda, seu companheiro de militância da APML, morto sob tortura no DOI-CODI do Recife.<sup>299</sup> A investigação que levou ao real motivo de sua morte teve contribuição, sobretudo, dos testemunhos de seus companheiros de prisão, que chegaram a ouvir e/ou ver Mata Machado sendo torturado e, posteriormente, morrendo.<sup>300</sup>

Como a maioria dos familiares das vítimas do regime, a família Mata Machado se engajou na luta pelo direito de exumação do corpo de José Carlos e

---

<sup>298</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. José Carlos Novaes da Mata Machado. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/jose-carlos-novaes-da-mata-machado/>. Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>299</sup> COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. *José Carlos Novaes da Mata Machado*. Acervo Público Estadual Jordão Emerenciano. Disponível em: [https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/d/3/e/d3e8a76053570a963a0093cd1b66b7dd4dff3bfb52fd0c7e30a355d6cead1f6a/36b2d246-aa40-48e5-9198-e404dbd5e592-JOSE\\_CARLOS\\_NOVAES\\_DA\\_MATTA\\_MACHADO.pdf](https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/d/3/e/d3e8a76053570a963a0093cd1b66b7dd4dff3bfb52fd0c7e30a355d6cead1f6a/36b2d246-aa40-48e5-9198-e404dbd5e592-JOSE_CARLOS_NOVAES_DA_MATTA_MACHADO.pdf). Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>300</sup> Idem.

de seu traslado a Belo Horizonte. Na ocasião, não havia sido emitida a certidão de óbito que constasse a causa da morte e o corpo, por sua vez, não havia sido entregue à família, tendo sido enterrado como indigente em caixão de madeira sem tampa em um cemitério da cidade de Recife.<sup>301</sup> Nesse sentido, a luta dos familiares de Zé tinham como principais demandas a reivindicação por maiores esclarecimentos das circunstâncias da prisão e da morte do militante, uma vez que a versão da repressão apresentava inúmeras inconsistências, bem como do traslado do corpo até Belo Horizonte, onde a família vivia.

Este movimento integrou uma ampla campanha de denúncias fomentada por diversos familiares das vítimas do regime ditatorial, cuja repercussão atravessou as fronteiras brasileiras, reverberando também internacionalmente. As famílias de Stuart Angel e de Rubens Paiva, dois desaparecidos políticos cujos corpos nunca foram encontrados, são exemplos notórios desses esforços, que chegaram a trocar cartas com diversas autoridades estrangeiras denunciando o autoritarismo brasileiro. No caso de José Carlos, seu pai, Edgar Godoy, soube aproveitar de sua influência e prestígio como jurista e ex-deputado, tendo contatado importantes meios de comunicação norte-americanos, como o *New York Times* e o *Washington Post*. Com o fortalecimento dessa campanha, as Forças Armadas, sob ordens do coronel Antônio Cúrcio Neto, então chefe da 2ª Seção do IV Exército, aceitaram entregar o corpo de Zé à sua família. A condição imposta pela instituição foi de que o caixão permanecesse lacrado e que não houvesse qualquer publicidade ou aviso fúnebre, o que aponta para uma tentativa de evitar manifestações ou divulgações contrárias ao regime.<sup>302</sup> Assim, algumas semanas após seu assassinato, José Carlos foi finalmente enterrado em Recife.

A intensa luta pelo corpo de José Carlos e por seu traslado foi marcado também pela atuação da advogada Mércia Albuquerque. Em evento realizado em outubro de 2023, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em razão do quinquagésimo aniversário do assassinato de Jose Carlos, Bernardo Mata Machado, irmão de Zé, fez questão de agradecer a advogada:

---

<sup>301</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. José Carlos Novaes da Mata Machado. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/jose-carlos-novaes-da-mata-machado/>. Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>302</sup> MEMÓRIAS DA DITADURA. José Carlos Novaes da Mata Machado. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/jose-carlos-novaes-da-mata-machado/>. Acesso em: 02 set. 2024.



Passo agora à parte final do pronunciamento, fazendo outra homenagem. Refiro-me à Dra. Mércia Albuquerque Ferreira, advogada, que, no Recife, lutou bravamente até conseguir a exumação do corpo do Zé Carlos, para que fosse trazido para ser enterrado pela família, em Belo Horizonte, mesmo com a proibição de abriremos o caixão lacrado. A ação de Mércia evitou que o nome de José Carlos fosse inscrito na fatídica lista de mortos e desaparecidos em razão da ditadura. Além disso, pela observação e posterior descrição do corpo do Zé, Mércia desmentiu a falsa nota publicada pelo governo ditatorial, que alegava ter sido a morte do Zé provocada por tiros dados por companheiros seus num encontro nas ruas do Recife.<sup>303</sup>

A fala de Bernardo tematiza a importância dos desempenhos de Mércia no processo envolvendo o corpo de seu irmão. Mata Machado atribui à advogada parte da vitória da família, que, como observado, travou uma intensa luta em meio às dificuldades para conseguir o direito à exumação e o traslado do corpo. Segundo ele, se não fosse a atuação de Mércia, José poderia ter sido mais um dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar.

Aqui, é importante a reflexão sobre o significado e a prática do desaparecimento forçado, uma vez que esta foi uma das principais estratégias ilegais empreendidas pela repressão nas ditaduras militares do Cone Sul.<sup>304</sup> Tais práticas eram realizadas a partir de sequestros estruturados pelo próprio Estado, que após torturar e assassinar as vítimas, desaparecia com seus corpos. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, nesses desaparecimentos existiriam métodos específicos para a ocultação do cadáver, como o sepultamento de militantes com a identidade falsa; a utilização de cemitérios públicos e valas clandestinas; o lançamento de corpos no mar ou em rios; a incineração do cadáver; e o esquartejamento de corpos.<sup>305</sup>

Este empreendimento envolvia diversas instituições, que não só os centros de tortura e detenção, como o DOI-CODI. Historiadores vêm apontado para a existência de uma ampla rede de cooperação entre diversos setores estatais e agentes sociais que possibilitaram a prática do desaparecimento forçado. Tais estruturas e dispositivos, inclusive pertencentes ao âmbito público, estavam não

---

<sup>303</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Pronunciamento de Bernardo da Mata Machado. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/pronunciamentos/bernardo-da-mata-machado/2023-10-26/49020>. Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>304</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A Política de Desaparecimento como Modalidade Repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional. IN: Tempos Históricos. Periódico do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Unioeste. Paraná, n.10, 2007, p. 105 – 129.

<sup>305</sup> BRASIL. *COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE*. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Volume I. Brasília: CNV, 2014a.

apenas envolvidos na execução, como eram centrais na sistematização do sequestro e nas etapas posteriores a ele. É o caso dos administradores de cemitérios e dos funcionários do Instituto Médico Legal, que estavam estruturados e organizados para cumprir sua função na engrenagem do crime.<sup>306</sup>

Como apontado por Bernardo, a atuação de Mércia Albuquerque teria impedido que seu irmão fosse mais um dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar. Apesar do cadáver de José carregar consigo diversas marcas da violência ditatorial, a existência do corpo é de suma importância não só no que se refere ao aspecto legal, como para fins do atestado de óbito, mas sobretudo no que diz respeito à uma dimensão subjetiva vivida pela família e amigos. Refletindo sobre o desaparecimento forçado, a antropóloga Ludmila Catela aponta que nos crimes de desaparecimento forçado, a falta do corpo gera, para além do sofrimento psíquico e dos traumas advindos de uma morte violenta, uma mudança do sentido da morte. Isto porque, esta ausência material e a impossibilidade dos rituais fúnebres, tais como o próprio enterro, acabam por gerar uma sensação de morte inconclusa. Nesse sentido, o processo do luto não teria um fim e a morte, por sua vez, seria sentida com uma dimensão de presentalidade todos os dias.

Interessante notar que os advogados políticos eram importantes figuras para os familiares das diferentes vítimas do regime. Por sua expertise na área, era através destes que muitas famílias seguiam esperançosas não só de libertar, mas também de encontrar seus entes. Assim, ao serem conclamados pelos familiares, a atuação dessa classe profissional se estendeu à uma nova dimensão. Esta nova realidade profissional passava por lidar com mães, pais, esposas e maridos em angústia e sofrimento, visitar cemitérios, dialogar com profissionais das forças de segurança e, até mesmo, acompanhar exumação de corpos.

Sobre o processo de exumação de corpos, ainda no evento realizado em 2023 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Bernardo Mata Machado chamou atenção para a descrição feita pela advogada sobre o estado do corpo de seu irmão:

Depois dessa luta para conseguir, exumou o corpo, e a descrição que ela faz do corpo eu não vou ler para você porque é insuportável de ouvir, mas ela usou um termo que já basta: o corpo era um verdadeiro patê, estava escalpelado. Ou seja, eles tentaram esconder a identidade dele, além de torturado, arrebataram com o

---

<sup>306</sup> Ibid., p.291.

corpo dele, com todos os dentes. Em suma, não é à toa que eles proibiram que a gente abrisse o caixão.<sup>307</sup>

A descrição do corpo violentado ao qual Bernardo se refere foi feita por Mércia Albuquerque, que esteve presente no processo de exumação do corpo de Zé. Esse mesmo estado corpóreo reaparece no poema *Poesia n° 4*, presente no diário da jurista. Como visto, no poema Mércia faz alusão direta a José Carlos: não por acaso “Mata-Machado” é um dos seus primeiros versos do texto. As fortes descrições imagéticas também compõem o escrito, que menciona a carne em putrefação, os dentes partidos, as pernas e braços quebrados e o corpo escalpelado. É possível inferir que tamanha violência tenha marcado a advogada, que no momento da exumação de José Carlos tinha apenas 30 anos.

Aspecto também importante presente no discurso de Bernardo Mata Machado diz respeito à complexa relação entre os familiares dos presos políticos, os próprios presos políticos e seus advogados:

[...] Não se pode dizer que Mércia tenha sido uma mulher de esquerda. Ela foi, na verdade, uma advogada consciente das prerrogativas de sua profissão e uma pessoa que, além de admirar o idealismo dos jovens e das jovens revolucionárias, se condoía dos seus sofrimentos na prisão. Mércia recebia, em sua própria casa, os parentes dos presos, os consolava e dava-lhes esperança de que iriam rever com vida aqueles que amavam, chegou até mesmo a fazer doações em dinheiro às famílias mais pobres. Mércia visitava, constantemente, os presos políticos, levava-lhes comida, remédios e alento. Exigia ser atendida pelos homens da repressão e, nos tribunais, algumas vezes, obteve absolvição dos incriminados.<sup>308</sup>

No trecho acima, mais uma vez nos deparamos com a temática da motivação dos advogados que faziam a defesa daqueles incursos nas leis de segurança nacional. Percebe-se que, em sua avaliação, a atuação de Mércia se vinculava ao que Mata Machado acredita ser a consciência dos deveres da profissão. Como visto anteriormente, diversos profissionais da lei que tiveram a atuação no campo defendem tal perspectiva, postulando que não faziam mais do que agir de acordo com a ética que demandava o ofício. Nesse sentido, entende-se que embora existissem muitas outras motivações para a atuação dos advogados políticos, essa era uma das bandeiras comum a estes profissionais.

---

<sup>307</sup> CATELA, Ludmila da Silva. *Situação- Limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 2001. p. 150.

<sup>308</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Pronunciamento de Bernardo da Mata Machado. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/pronunciamentos/bernardo-da-mata-machado/2023-10-26/49020>. Acesso em: 02 set. 2024.

Além disso, de acordo com as memórias de Bernardo, Mércia teria uma aproximação muito grande com seus clientes, chegando a recebê-los em sua própria casa. Essa proximidade também é abordada na pesquisa intitulada *A Toga e a Espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969)*. Neste trabalho, o historiador Tássio Araújo de Brito analisa a trajetória de vida da advogada e de seu cliente Gregório Bezerra, refletindo também sobre o processo que este respondeu na Justiça Militar. Para além dos aspectos de natureza processual, Araújo discorre sobre a forte relação interpessoal desenvolvida entre réu e advogada. Uma das fontes analisadas pelo pesquisador são as próprias correspondências trocadas por Mércia e Gregório na época em que este estava preso. Embora advogados e clientes, mesmo os presos, trocassem cartas, clandestinamente ou não, os escritos que Gregório e Mércia enviavam sugerem uma relação de afeto mútuo, como pode ser observada na carta em que Gregório deseja saúde à “Mércia Albuquerque, a seu esposo [Otávio] e a meu neto carreteiro [se referindo ao filho de Mércia]”.<sup>309</sup>

Sobre as relações que a advogada tinha com seus clientes, Otávio Albuquerque, seu esposo, apontou que a advogada “aprendera noções de primeiros socorros pois muitos de seus clientes chegavam à sua casa machucados após fugas em tentativas de prisão”<sup>310</sup>. Além disso, Albuquerque relembrou das vezes em que ele e Mércia “conseguiram ajudar na fuga, através de um amigo dono de uma madeireira, transportando foragidos da polícia entre as toras de madeira”<sup>311</sup>. Tais empreendimentos são exemplos de que muitas vezes a relação de advogados e réus ultrapassaram a relação usual entre esses sujeitos.

Em meio a um regime de exceção, marcado pelo uso do Terror de Estado, as categorias de advogado e réu assumiram novos contornos de acordo com a nova realidade. Contudo, como visto anteriormente, nessa conjuntura autoritária, observa-se que não teriam sido apenas esses dois grupos a serem afetados. Os familiares das vítimas, que lidavam diretamente com os advogados, também entraram nessa complexa dinâmica, tendo momentos de maior proximidade com os profissionais da lei, o que pode ser percebido no depoimento de Márcia Ramos. Quando a esposa de José Ferreira de Almeida, militante do PCB, foi ao seu

---

<sup>309</sup> ARAÚJO DE BRITO, op. cit., p. 44.

<sup>310</sup> Ibid., p. 32.

<sup>311</sup> Idem.

escritório a fim de obter informações de seu marido, preso em julho de 1975, Márcia informou que Ferreira estava passando mal no DOI-CODI. Nas palavras da advogada, naquele momento:

Ela olhou-me direta e profundamente segurando-me as mãos, perguntou-me de forma firme se ele havia sido assassinado. Não consegui responder-lhe nem negativa nem afirmativamente, quando a porta se abriu e entrou na sala sua sobrinha abraçando-se ambas e elas a mim, todas chorando.<sup>312</sup>

Percebe-se que existiria nessa advocacia um cotidiano sensível que envolvia diretamente os familiares das vítimas do regime e que exigia desses profissionais uma prática de cuidado. No caso de Márcia, o gesto foi de amparar a família de José Ferreira enquanto também estava emocionada.

Interessante notar ainda que tais práticas estão muito mais presentes nos relatos das advogadas mulheres do que nos depoimentos dos advogados do gênero masculino. Podemos pensar em alguns motivos que justificariam esta realidade. Em primeiro lugar, é possível que tais gestos fossem maiores entre mulheres, já que estas são, tradicionalmente, figuras associadas às dimensões da sensibilidade e dos trabalhos dos cuidados. O que não significa que os advogados homens não possam ter exercido posições similares de maior compaixão, solidariedade e afeição com clientes e seus familiares. Tais atuações, no caso dos homens, podem ter, no entanto, permanecido ocultas em suas falas. Isto porque, trata-se de homens que desempenhavam comportamentos socialmente esperados do gênero masculino, onde aspectos como virilidade e seriedade são positivados nessa gramática social de gênero. Nesse sentido, estes depoimentos revelam, até em suas ausências, uma dimensão genderizada destas atuações.

Os gestos de cuidado e solidariedade também ocorriam fora do ambiente dos escritórios. Em outros recintos as advogadas vivenciavam situações ainda mais violentas, onde também são percebidas ações que extrapolam as funções profissionais e que partiram, muitas vezes, de um lugar de compaixão para com os familiares das vítimas. Ao ser questionada acerca de momentos inesquecíveis de sua trajetória, Eny Moreira relembrou de quando, em meio a um jantar em novembro de 1972, soube pelo Jornal Nacional que Aurora Maria Nascimento Furtado, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), havia sido morta durante um tiroteio com as forças de segurança. No dia seguinte, logo pela manhã, a

---

<sup>312</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (São Paulo). Ordem dos Advogados do Brasil. Coragem: A advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: [s. n.], 2014, p. 132.

advogada teria sido acordada com o telefonema da família da vítima, que pedia sua ajuda para a liberação do corpo. Nas palavras de Eny:

Eu fui ao I Exército, na Praça da República ao lado da Central, e eles me disseram que era o DOPS que estava com o corpo. Eu fui ao DOPS e me disseram que o corpo já estava no cemitério do Caju. Aí eu fui ao cemitério do Caju, a Aurora estava lá dentro de um caixão, com a Dyrce Drach, que foi também advogada e trabalhava com o Lino Machado; e o marido dela Miguel Tomás, ex-preso político, tinha saído da prisão há pouco tempo. A Aurora foi barbaramente torturada: ela não tinha o bico do seio, tinha marcas de mordida pelo corpo, tinha o osso em uma fratura exposta no braço, tinha um olho pendurado e o outro completamente preto, não tinha a unha e o cabelo dela tinha sido visivelmente cortado, tampando a sobancelha, como se alguém tivesse pego um punhado de cabelo e cortado. Ela estava vestida com um pano branco. Eu comecei a ajudar a Dyrce a cobrir o corpo de flores, para esconder aquelas marcas dos pais dela, que eram de São Paulo e iriam receber o corpo em um caixão lacrado, para que eles não vissem a filha naquele estado. Quando a irmã dela chegou com uma ambulância para transportá-la, eu, em um gesto de carinho, passei a mão na testa da Aurora, e onde eu passei a mão meu dedo afundou. Aí eu levantei a franja e vi: a última coisa que eles fizeram com ela foi apertar-lhe o cérebro com um instrumento de ferro, que eles ironicamente chamavam de “coroa de Cristo”, por isso que o olho dela saltou.<sup>313</sup>

O depoimento da advogada revela, para além das brutais marcas da ação do Estado no corpo de Aurora Furtado, o gesto de solidariedade à família da vítima. Ao lembrar sua ida ao cemitério, Eny aponta que teria encontrado a também advogada Dyrce Drach, que estaria cobrindo o corpo da vítima com flores. Na perspectiva de Moreira, a intenção de sua colega de profissão era de camuflar o violento estado no qual se encontrava o corpo. Se trataria, portanto, de uma forma de poupar os pais de Aurora do sofrimento de ver a filha no estado em que se encontrava.

Em outras ocasiões, os gestos de solidariedade por parte das advogadas chegaram a ser perigosos, infringindo até mesmo a lei. Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach lembra de quando, em dezembro de 1970, foi ao Presídio Tiradentes, em São Paulo, visitar suas clientes da ala feminina, o que costumava fazer toda semana. Quando chegou ao local, a advogada foi abordada por uma policial-militar, que a pediu que levasse à um hospital, com seu próprio carro, uma presa política e sua filha, que tinha poucos meses de vida e que se encontrava debilitada de saúde. A policial informou também que já havia tentando contato com a Auditoria Militar para solicitar a ida da criança, mas que a repartição se encontrava fechada. Tampouco haviam conseguido localizar o advogado da presa,

---

<sup>313</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op.cit., 249.

e os seus familiares mais próximos se encontravam presos. Nas palavras de Maria Luiza:

Prontifiquei-me a levá-las, desde que fôssemos acompanhadas por uma policial-militar, procurando resguardar, assim, não só a vida de ambas, como a minha, pois correríamos o risco de sermos metralhadas no trajeto, sob a justificativa de que a presa estaria fugindo com a minha ajuda. Saímos do presídio, a presa, o bebê, a policial e eu. Fomos à Santa Casa. Desceu a policial para expor a situação e voltou com a informação de que não seria possível o atendimento, face à circunstância de a paciente ser oriunda de presídio político, sem que portasse qualquer encaminhamento oficial. Seguimos para o Hospital de São Paulo. Desta vez, desceram as três e permaneci sozinha no carro, aguardando por mais de uma hora. Quando retornaram, a criança estava bem melhor, pois, diagnosticada desidratação, já havia tomado soro e trazia frascos de medicação para uso oral. Passava das 21 horas quando chegamos de volta ao Presídio Tiradentes. As funcionárias, policiais femininas, nos aguardavam assustadíssimas. Pediram-me que nada contasse na Auditoria, pois também temiam pelo que pudesse lhes acontecer por terem permitido a saída da presa política e do bebê. Sabiam que atos humanitários não faziam parte do repertório dos detentores do poder.<sup>314</sup>

O relato de Maria Luiza demonstra que o envolvimento dos advogados políticos não era restrito apenas ao rito processual. As idas aos presídios para visitar os clientes, o envolvimento com as causas dos presos e, até mesmo, determinadas ações de solidariedade compuseram o cotidiano desses profissionais. Paralelamente, observa-se que, até mesmo dentro dos presídios, existiam determinadas ambivalências, como é o caso da policial-militar que, mesmo sendo funcionária de uma instituição que respondia aos interesses da ditadura, se preocupou com a saúde do neném e arriscou o próprio emprego, aceitando a condição da advogada para dirigir até o hospital. Esta condição, imposta por Maria Luiza, se tratou de uma estratégia para que não fosse metralhada. Tais táticas eram amplamente pensadas pelos profissionais do direito, não apenas para se resguardar, como também para resguardar seus clientes, como será visto no próximo tópico.

### **3.3- Estratégias subterrâneas e a “advocacia-arte”**

Em 25 de fevereiro de 1981, em um julgamento sem a presença de réus ou advogados, Luís Inácio Lula da Silva foi condenado pela 2ª Auditoria Militar, em São Paulo, à pena de três anos e meio de prisão.<sup>315</sup> Na ocasião, Lula era Presidente

---

<sup>314</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (São Paulo). Ordem dos Advogados do Brasil. Coragem: A advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: [s. n.], 2014, p. 102-103.

<sup>315</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Tribunal anula a condenação de Lula. *Memorial da Democracia*. Disponível em:

do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e foi incurso, junto a outros dirigentes sindicais, na Lei de Segurança Nacional<sup>316</sup> por liderar a greve dos metalúrgicos do ABC<sup>317</sup>, na região de São Bernardo do Campo, São Paulo. A ausência de partes tão importantes do processo teria se dado por um fator inusitado: a descoberta, por parte dos advogados de defesa, de que a sentença dos réus já estava estabelecida mesmo antes do julgamento.

Embora exista uma divergência entre versões de como a informação veio à tona — o advogado Idibal Almeida Pivetta aponta que o juiz-auditor, Nelson da Silva Machado Guimarães, teria, sem querer, verbalizado o fato na véspera do julgamento<sup>318</sup>, enquanto o doutor Luiz Eduardo Greenhalgh afirma que descobriu quando o datilógrafo da auditoria lhe contou quais seriam as sentenças dos réus<sup>319</sup> — tal revelação fez com que os profissionais da lei decidissem, em forma de protesto, não comparecer ao julgamento.<sup>320</sup>

A decisão de não ir à audiência teria sido tomada quando advogados se reuniram com réus para debater como proceder perante o cenário. Relembrando o episódio, Greenhalgh aponta que teria existido uma divergência de opiniões, já que parte do grupo era favorável a não comparecer, como forma de mostrar que a audiência se tratava de uma farsa, enquanto os demais ponderavam que deveriam ir, por acreditarem que os advogados devem atuar nas condições mais adversas. Por fim, a decisão teria sido tomada quando Lula, um dos réus, pediu a palavra e disse: “não sei o que os outros vão fazer. Eu não vou participar. E eu acho que o Greenhalgh está certo. Eu não vou participar. Isso é uma farsa, eles já condenaram a gente... Nós vamos fazer um teatrinho lá, eu não vou participar!”<sup>321</sup>. Sendo Lula um nome de peso entre os metalúrgicos, os demais colegas se juntaram a ele e a

---

[https://memorialdademocracia.com.br/card/tribunal-anula-a-condenacao-de-lula#:~:text=Lula%20e%20os%20dirigentes%20havam,contra%20a%20arbitrariedade%20do%20processo](https://memorialdademocracia.com.br/card/tribunal-anula-a-condenacao-de-lula#:~:text=Lula%20e%20os%20dirigentes%20havam,contra%20a%20arbitrariedade%20do%20processo. Acesso em: 02 set. 2024.). Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>316</sup> Pedia-se a condenação dos sindicalistas com base no artigo 36 ("incitamento à desobediência coletiva das leis", pena de 2 a 12 anos) da Lei de Segurança Nacional.

<sup>317</sup> A paralisação ocorria na sequência de mobilizações anteriores, e a ditadura temia que sua duração se prolongasse excessivamente. Naquele contexto, os militares esperavam que a prisão de Lula e de outros líderes sindicais fosse suficiente para desmobilizar a greve. Contudo, esse objetivo não foi alcançado, uma vez que a detenção do sindicalista acabou por fortalecer o movimento e mobilizar a opinião pública em apoio às suas reivindicações.

<sup>318</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p.347.

<sup>319</sup> Ibid., p.487.

<sup>320</sup> Ibid. p.347.

<sup>321</sup> Ibid. p.488.



questão foi rapidamente decidida: ninguém compareceria à audiência, nem mesmo os advogados.<sup>322</sup>

A tensão em torno do pleito de grandes nomes do chamado “novo sindicalismo”, como Lula, Djalma Bom e Isaías Urbano da Cunha, chegou a virar matéria no jornal *Folha de São Paulo*. Um dia antes do julgamento, o jornal, que tinha fortes laços com o regime ditatorial, publicou um furo apontando que os advogados de defesa estariam em desacordo com a data da audiência. Segundo a matéria, a tensão teria se iniciado a partir da demanda da defesa em trazer não apenas os familiares dos réus, como também “um grupo de sindicalistas norte-americanos que queria fiscalizar o julgamento”<sup>323</sup>, o que não teria sido aceito pelo juiz-auditor.<sup>324</sup> Sobre a nota publicada, é possível que a tensão nos bastidores processuais já fosse evidente e, buscando se resguardar, o tribunal militar tratou de se anteceder, repercutindo, via imprensa, a narrativa falsa de que existiriam demandas absurdas por parte da defesa.

Um dia depois da reportagem, a audiência ocorreu sem a presença de réus e de seus advogados. Na ocasião, a auditoria nomeou um advogado dativo para fazer a defesa dos réus, ação costumeira de quando o réu não tinha um defensor próprio. O resultado foi a previsível sentença de três anos e meio de prisão.

Naquela altura, os advogados dos réus se encontravam em São Bernardo e anunciavam que o julgamento se tratava de uma fraude, já que a sentença teria sido decidida antes mesmo da audiência. Tal argumento se fortaleceu ainda mais posteriormente, quando os profissionais da lei perceberam que no relatório da sentença uma cláusula que havia sido adicionada no momento da audiência estaria escrita com uma grafia diferente do que o resultado da sentença: um acidente processual que indicava que a pena havia sido, de fato, escrita em outro momento e por outra máquina.<sup>325</sup>

Com base nessa diferença datilográfica, os advogados recorreram à segunda instância, pelo Superior Tribunal Militar (STM), demandando a anulação da sentença e um novo julgamento, o que foi deferido. Apesar de no novo pleito ainda haver uma condenação aos réus, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh

---

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> FOLHA DE S. PAULO. Brasil: 24 de fevereiro de 1981. *Almanaque Folha*. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_24fev1981.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_24fev1981.htm). Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 489.

acredita que o episódio contribuiu para desmoralizar a Lei de Segurança Nacional e os julgamentos de presos políticos perante a opinião popular. Isto porque, em uma audiência que tinha como objetivo julgar sindicalistas que organizavam uma das maiores greves brasileiras, a repercussão do caso, sobretudo entre os trabalhadores, foi significativa.<sup>326</sup>

Ainda que o processo envolvendo os líderes sindicais da greve dos metalúrgicos do ABC tenha ocorrido em um momento de maior desgaste da ditadura e de seu aparelho repressivo, o que impactava também a Justiça Militar, o episódio relatado traz à luz diversas nuances importantes que permitem refletir sobre a atuação dos advogados no Foro Castrense. Além dos episódios de violência, analisados anteriormente, observa-se que o empenho desses profissionais era atravessado por outros inúmeros desafios também dentro dos tribunais.

Pesquisas que têm como foco biografias de ex-presos políticos, as experiências de grupos da luta armada e a atuação da Justiça Militar são alguns dos exemplos de investigação que costumam atravessar o debate sobre o uso das leis por parte da Justiça Militar e da defesa dos réus. Estas produções demonstram que a historiografia vem tematizando, direta ou indiretamente, a atuação dos advogados no que se refere às diferentes estratégias processuais adotadas nas ações judiciais de sujeitos incursos nas leis de segurança nacional. Contudo, há ainda um grande espaço investigativo pouco explorado no que diz respeito a outros tipos de atuações nos pleitos por parte dos profissionais da lei. Isto porque, os advogados lançavam mão, também, de práticas não tão jurídicas, como é exemplificado pela decisão de não comparecerem à audiência referente ao caso dos sindicalistas da greve do ABC. Nesse sentido, aqui, propomos uma reflexão destas “atuações subterrâneas” que, embora muitas vezes não se fazem aparentes nas documentações judiciais, estão presentes incisivamente nas memórias de réus e advogados, o que indica sua importância. Esses empreendimentos, ainda se somam em relevância quando analisados a partir das relações de gênero, como será debatido a seguir.

No que concerne a existência de sentenças pré-existentes por parte das auditorias militares, esta temática é recorrente nas falas daqueles que advogaram na Justiça Militar fazendo a defesa de presos políticos durante o regime

---

<sup>326</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit. p.586.

autoritário. A suposta pena que antecedeu ao julgamento de Lula e dos demais líderes sindicais não teria sido uma exceção daquele processo específico. Exemplo da visão sobre as penas nas auditorias pode ser observado na fala do advogado Pedro Eurico de Barros e Silva. Em sua opinião, quando ocorria o julgamento já existia uma sentença decidida pelo Conselho Permanente.<sup>327</sup> Já Maria Regina Pasquale, embora acredite que existisse espaço para a defesa dos atos denunciados, a advogada tem convicção de que as sentenças eram pré-estabelecidas no DOI-CODI.<sup>328</sup>

Discorrendo mais profundamente sobre a temática, a advogada Maria Luiza Flores opina que,

As sentenças estavam prontas. A gente sabia disso. Tinham as ‘eminências pardas’ da auditoria, umas figuras que diziam ‘Ah, olha Fulano vai pegar 5 anos. Fulano vai pegar quatro. Fulano deve saber isso’. Aí a semana que vem já sabia o resultado, já tinha o resultado, tanto fazia defesa escrita, fazer alegações finais escritas, depois ia para o julgamento que era o oral. Eu me lembro de alguns julgamentos que terminavam de manhã cedo, começava assim às duas da tarde, muitos réus e terminava no outro dia às 4:00 da manhã, 5 da manhã, vários advogados, muitos réus, entendeu? Importante! Sabe aquilo: imprensa, sujeitos disfarçados, que eram agentes da repressão, torturador ali vestido, familiares: era importante como denúncia. A sentença estava pronta. Tinha Eminência Parda ali na auditoria que dizia ‘Fulano vai pegar 6 anos, fulano vai pegar 12, fulano deve sair depois desse julgamento’.<sup>329</sup>

Sobre a convicção das sentenças pré-determinadas, é interessante refletir que, como visto no capítulo anterior, durante a Ditadura Militar existiam 22 auditorias, referentes à primeira instância da Justiça Militar, distribuídas em diferentes estados do Brasil. Embora estas instituições seguissem um determinado modelo organizacional, elas também poderiam ter suas particularidades. É possível que as auditorias estivessem suscetíveis a diversos tipos de influências não apenas culturais, mas também a forma que o regime atuava na região, quem eram aqueles que trabalhavam na instituição, e outros, o que poderia vir a afetar determinadas condutas internas. Assim, no caso da percepção sobre as sentenças pré-determinadas é importante se ater que as advogadas Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach e Maria Regina Pasquale atuaram predominantemente nas auditorias de São Paulo. Já Pedro Eurico de Barros e Silva, teve maior desempenho na auditoria de Recife.

---

<sup>327</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p.677.

<sup>328</sup> Ibid., p.581.

<sup>329</sup> Entrevista feita por Flávia Martins, realizada em 9 de abril de 2024. Acervo pessoal.

Ainda sobre o depoimento de Maria Luiza, sua convicção da existência de sentenças pré-estabelecidas nos leva a alguns questionamentos: se as penas já eram, muitas vezes, pré-determinadas, por que esses advogados faziam a defesa? Por que se dedicavam a estudar os processos mesmo que na maioria das vezes não recebessem honorários? Quais os motivos dessa escolha que levava à perseguições e à ameaças de diferentes graus, além de um cotidiano permeado pela extrema violência? Por que estes profissionais adentraram nesse terreno inseguro se acreditavam que seus clientes não teriam, como de direito, a presunção da inocência até serem condenados? Tais questionamentos são indiretamente respondidos por Maria Luiza, que afirma na mesma fala que “era importante como denúncia”.

As atuações destes advogados se vincularam à denúncia uma vez que estes sujeitos utilizavam do próprio espaço das auditorias e do Superior Tribunal Militar para denunciar o que acontecia no interior de entidades como DOI-CODI e DOPS. Tal dimensão é evidenciada no depoimento da advogada Eny Moreira, que relembra que:

A gente fazia denúncia sempre baseada no depoimento do preso, nosso cliente. Algumas vezes oficializávamos essa denúncia, fazendo uma petição dirigida ao Tribunal ou ao Procurador Geral da Justiça Militar. Eu mesma fiz uma denúncia em 1971, em que o Paulo de Tarso Vannuchi, que foi meu cliente, foi barbaramente torturado até depois de um ano e meio, com prisão preventiva decretada pela segunda Auditoria da Aeronáutica em São Paulo. Ele foi várias vezes retirado do presídio, no Carandiru, e levado ao DOI-CODI – naquela época estava virando Oban/DOI-CODI. O Major Carlos Alberto Brilhante Ustra era o comandante e o Paulinho foi levado para lá várias vezes e torturado. Em uma dessas vezes, três dias depois da retirada dele do presídio e de ter sido conduzido ao DOI-CODI, ele tinha uma audiência na Auditoria. Chegou lá com uma marca no pescoço, hematoma no olho, todo lanhado, segurando o braço direito e andando com as pernas abertas porque ele tinha levado muito choque no saco escrotal e isso fez com que ele ficasse muito inchado, então ele mal podia sentar. Eu fui falar com o juiz, que era católico, mas muito ruim. Eu tinha uma autorização escrita e assinada por ele, autorizando o preso a ser retirado do presídio e levado ao DOI-CODI. Nessa época os presos estavam em greve de fome, e a justificativa do juiz é que ele fosse forçado a se alimentar. Quando eu fui falando com o juiz sobre as torturas que o Paulinho tinha sofrido, o juiz não estava acreditando. Aí eu pedi ao Paulinho para tirar a roupa, e o juiz se assustou: ‘Mas Doutora! A senhora é uma mulher!’ Aí eu falei: ‘Aqui eu sou advogada’. E aí ele acabou concordando em fazer um depoimento escrito, mandou que eu ditasse para o escrivão. Eu saí de lá, voltando para o Rio, e fiz uma petição endereçada ao Procurador Geral da Justiça Militar, pedindo a abertura de inquérito contra o Carlos Alberto Brilhante Ustra, que era o comandante do DOI-CODI, e contra o juiz, o Doutor Nelson Machado da Silva Guimarães. Essa minha petição sumiu como num passe de mágica, nunca foi tomada providência e

sumiu dos autos a cópia do documento do processo do Paulinho Vannuchi e a autorização assinada pelo juiz autorizando a ida dele para o DOI-CODI.<sup>330</sup>

A fala de Eny Moreira aponta que, mesmo no âmago de um regime autoritário e de uma justiça que funcionava buscando assegurar os interesses do governo militar, os advogados encontraram diferentes formas de agir nas engrenagens autoritárias a fim de resguardar seus clientes. Seja através do uso das leis ou de improvisos arriscados, por vezes, esses profissionais lograram pequenas e grandes vitórias. No caso lembrado por Eny, mesmo com sua denúncia em plena audiência e com as posteriores petições que requeriam a abertura do inquérito contra alguns agentes da repressão, observa-se que sua tentativa de constar nos autos que seu cliente havia sido torturado não foi bem-sucedida.

Ponto também esclarecedor no depoimento da advogada se relaciona ao fato de ela ser uma mulher. Ao pedir para que seu cliente, Paulo de Tarso Vannuchi, se despisse em plena auditoria para mostrar as marcas da tortura que sofrera, Eny foi repreendida pelo juiz que disse que ela era uma mulher. Segundo as memórias da advogada, haveria um tom assustado na voz do magistrado, que ao tecer este comentário indica que não esperava tal reação vindo de uma figura feminina. É provável que, para o juiz, o gesto não era considerado apropriado para uma mulher. Também é possível que ao repreender a advogada, o juiz tentasse frear sua tentativa de denúncia, fazendo com que o réu não mostrasse as marcas da tortura em seu corpo. De todos os modos, é expressivo que Eny tenha respondido tal comentário com a mesma gramática moral adotada pelo juiz, como quem informa: “não sou mulher, sou advogada”.

Existiram alguns outros casos onde réus mostraram, ou tentaram mostrar, as marcas da tortura em plena audiência. Os depoimentos dos advogados e dos próprios réus apontam que, nessas ocasiões, as tentativas eram respondidas com reprovação por parte da Justiça Militar. Este elemento é evidenciado na fala de Flora Strozenberg:

Eu me recordo de preso, em audiência da Auditoria, abrir a camisa e mostrar para o Conselho: ‘olha, estou queimado’, e o Conselho: ‘fecha isso! Fecha isso!’. Foi o irmão do Virgílio Gomes da Silva, o Chiquinho [Francisco Gomes da Silva] [...] Ele abriu a camisa: todo queimado de cigarro, todo arreventado. A gente pediu para constar. Às vezes constava, às vezes não constava. [...] A gente pedia para constar. Quando iam encerrando o interrogatório: ‘peço que conste que ele mostrou o peito, que foi...’. Algumas vezes era acatado, algumas vezes não.

---

<sup>330</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 244.

Algumas vezes eles anotavam, na Auditoria: ‘declara que fez o depoimento do DOPS sob tortura...’, mas outras não.<sup>331</sup>

A insistência de Flora em fazer a atitude de Francisco Gomes da Silva “constar” diz respeito ao que é escrito pelo escrivão da Justiça Militar durante as audiências. Este funcionário, que acompanha as audiências, tem como dever registrar o que ocorreu na ocasião em uma ata, que, posteriormente, é anexada aos autos processuais. As denúncias de tortura por parte de advogados e réus em plena audiência, portanto, seriam uma possibilidade de, além de sensibilizar o Conselho Permanente, fazer estar presente no próprio processo em que o réu foi torturado e que a Justiça Militar teve ciência do fato. Este registro se somaria, então, ao corpo processual que, muitas vezes, já tinham menções, por parte dos advogados, de que o réu sofreu tortura. Exemplo é o processo contra Amilton de França, onde nas alegações da defesa o advogado Nizi Marinheiro aponta que “[...] As confissões feitas na polícia foram retratadas perante a Justiça por todos os acusados, ficando esclarecido que eles foram torturados e coagidos”<sup>332</sup>.

Desta maneira, percebe-se que mostrar as marcas da tortura em audiências era uma maneira de reafirmar que muitos dos depoimentos utilizados na acusação do réu foram obtidos em interrogatório fora de juízo. Tais confissões não teriam, portanto, validade legal. Os advogados tentavam se valer deste fato, como é visto, novamente, nas alegações de Nizi Marinheiro, que apontou na defesa de seu cliente que: “A confissão, está escrito na Lei, só tem valor probante quando confirmada em Juízo e ainda se achar consonância com as demais provas no sumário”. E segue: “No caso êsses dois requisitos legais não estão preenchidos”.<sup>333</sup>

Mesmo com esses diversos expedientes para denunciar e fazer constar nos autos processuais a tortura, raramente se obtinha a responsabilização por parte dos atores praticantes. Ao ser questionada se auditores, sabendo de episódios de tortura, teriam tomado alguma providência, a advogada Maria Luiza Flores responde que “Nenhum! Ao contrário! Em audiência, quando alguém delatava, eles diziam: “isso não vem ao caso”. Eram absolutamente alinhados com o regime de exceção”.<sup>334</sup>

---

<sup>331</sup> Ibid., p. 549.

<sup>332</sup> BNM 507.

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 555.

As denúncias dos diferentes tipos de violações por parte do Estado não ficavam restritas ao espaço da Justiça Militar: estando em constante comunicação com entidades nacionais e internacionais, os advogados reportavam tais fatos para diferentes instituições. É o caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Anistia Internacional, que por diversas vezes foram invocadas por esses profissionais para pressionarem determinados casos e, até mesmo, a ditadura. Além disso, os advogados se valiam, na medida do possível, dos meios de comunicação: a nível nacional, tentavam driblar a censura, e, por certas vezes, conseguiram denunciar casos no *Correio da Manhã*.<sup>335</sup>

Além do aspecto das denúncias, o fato dos réus estarem amparados por esses profissionais poderia ser um meio de evitar maiores episódios de violência por parte do regime contra os presos e perseguidos políticos. Idibal Almeida Pivetta, que fez diversas defesas na Justiça Militar, reflete que:

Mas o objetivo primeiro era evitar mortes? É. Outros escritórios, talvez, não tenham esse ponto de vista. O mais importante que eu fiz foi evitar mortes com essas denúncias. Nunca me esqueço de eu estar com o Roberto Cunha Azzi, lá perto da Rua Tutóia, com o carro parado, datilografando: ‘nome: fulano de tal. Foi preso hoje, está detido, pedimos informações urgentes...’. Claro que o soldado da guarita consultava o oficial de dia, que falava: ‘não vou receber esses caras’. Daí você entregava o papel, pedia para ser entregue ao oficial de dia e ia embora. Umas cinco ou seis vezes foi assim. A denúncia da prisão, na Auditoria, e o pedido de informações, também eram um pedido de habeas corpus, porque o juiz imediatamente ficava sabendo da prisão. Mais tarde, no julgamento final, a gente lembrava isso: ‘foi denunciado no dia tal...’, porque nesse julgamento você falava, no sentido de encontrar uma saída jurídica, e de uma postura política... Eu não gosto de discutir esse tipo de coisa porque cada um faz o que quer, cada um pode achar que por esse caminho se vai absolver. Quer dizer, nós lutávamos pela absolvição. Não se conseguiu muita, mas se conseguiu bastante. Senão a gente estaria fazendo o quê? Papel de figurante? E usamos todos os estratagemas que você pode usar num Tribunal Militar. Era um julgamento, onde você tem direito à palavra. E isso funcionava. Visitar esses presos todos, estabelecer o contato deles com a família, com a organização política a que pertenciam... Era um risco que se corria diariamente [...] Ainda que a comunicação não gerasse nenhum efeito, era só para todo mundo saber que todo mundo sabia? Todo mundo saber e... Se eles estão sabendo que o cara estava ali na Rua Tutóia, por exemplo, eles iam redobrar os cuidados para não matar.<sup>336</sup>

Além de refletir sobre o cotidiano de sua classe profissional durante o contexto do autoritarismo, a experiência de Pivetta evidencia como determinadas manobras dos advogados, mesmo que sutis, foram fundamentais por possibilitarem o resguardo dos réus. Em um regime de exceção marcado pela

---

<sup>335</sup> Ibid., p. 216.

<sup>336</sup> Ibid., p. 347.

promulgação de diversas leis e decretos que tinham como intuito manter aqueles considerados inimigos do regime encarcerados, a elaboração de novas estratégias que acompanhassem tais mudanças jurídicas era fundamental. No caso do depoimento de Idibal Almeida Pivetta, este cenário fica ainda mais evidente quando é apontado para um tipo de expediente usado como forma de “*habeas corpus*”.

Como visto no capítulo anterior, até a promulgação do Ato Institucional n.º 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, a garantia do *habeas corpus* era um instrumento amplamente utilizado pelos advogados. Este dispositivo jurídico era de extrema importância para advogados e réus, uma vez que tinha como finalidade libertar aqueles que estivessem sofrendo perseguição política e/ou abusos de poder. Em um regime de exceção que torturava seus “inimigos”, este instrumento se multiplica em importância, já que libertá-los significava, muitas vezes, salvar a vida desses sujeitos.

Essa dinâmica é abordada pelo historiador Marco Aurélio Vannucchi em sua pesquisa intitulada *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Como demonstra, os militantes eram, quase sempre, sequestrados pelos órgãos de repressão, presos e postos em regime de completa incomunicabilidade, antes mesmo da formalização dos inquéritos policiais. Por esse motivo, seus familiares não sabiam do paradeiro dos perseguidos ou sequer se estavam vivos. As famílias iniciavam, então, as buscas e prontamente contactavam os advogados, que utilizavam de seus conhecimentos na área para buscar maiores informações. Quando descobriam a localização, rapidamente se mobilizavam de diferentes maneiras. Antes do AI-5, por exemplo, era impetrado o *habeas corpus*.<sup>337</sup>

Importante apontar ainda que, muitas vezes, o *habeas corpus* era usado para além da finalidade de libertar os presos, mas também, para localizá-los. Este fato é comentado pelo advogado Fernando Fragoso, que “impetrava o *habeas corpus* apontando todas as autoridades militares da região como possíveis carcereiros”. Essa estratégia, utilizada por muitos outros advogados, fazia com que “os militares do I Exército, do Comando da Marinha ou da Aeronáutica fossem forçados a dizer se aquela pessoa estava detida em suas instalações”.

---

<sup>337</sup> VANNUCCHI, op. cit. p. 80.



Dessa maneira, os agentes do regime tinham que prestar esclarecimentos, o que resultava na possibilidade de os advogados localizarem seus clientes.

Após o AI-5, a implementação de seu artigo 10, significou a suspensão “da garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.”<sup>338</sup> Tal cenário impactou fortemente a metodologia utilizada pela classe de profissionais que trabalhava na defesa dos presos políticos. Como fica evidenciado na fala de Idibal Almeida Pivetta, os advogados passaram a atuar de outras formas: apesar de ter sido extinto formalmente, estes juristas continuaram a se utilizar do instrumento, muitas vezes nomeando de outra forma, como são os casos das “petições”.

Localizar aqueles que haviam sido sequestrados e presos pelo regime ditatorial se tratava de uma corrida contra o tempo. A criatividade e o empenho dos advogados em localizar seus clientes o mais rápido possível estava associado, sobretudo, à necessidade de que a repressão soubesse que existiam pessoas cientes do desaparecimento das vítimas, o que reduzia a possibilidade que estas fossem torturadas de forma mais violenta ou, até mesmo, assassinadas, já que a autoridade responsável pelo ato teria que dar explicações. Aqui, fica evidente o motivo pelo qual a ditadura se empenhou em manter os presos sem que ninguém soubesse de seus paradeiros e tratou de desaparecer com os mortos, chegando a desconfigurá-los, como visto no caso de José Carlos Mata Machado.

Embora não houvesse qualquer garantia de que a ditadura não torturaria ou assassinaria os presos políticos, o grupo de advogados que atuou na Justiça Militar percebeu brechas para apaziguar determinadas ações repressivas, como afirma Idibal Almeida Pivetta “Eu não podia chegar lá e dar uma porrada na porta ou não ir. Então eu ia dentro das regras do sistema”<sup>339</sup>. Esta criatividade de identificar possibilidades dentro do sistema é o que o também advogado Mario Simas também chamou de “advocacia-arte”<sup>340</sup>. Angélica Mello, que também advogou para presos políticos, exemplifica a dimensão da “arte” na advocacia ao relembrar o episódio em que, no ano de 1969, seu colega de profissão Raimundo Pascoal Barbosa foi chamado para defender um cliente que estava preso e incomunicável:

---

<sup>338</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *Planalto*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 08 set. 2024.

<sup>339</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit. p. 354.

<sup>340</sup> Ibid., p. 44.

Foi possível entrevistar-se com o cliente, momentos antes do interrogatório, no subsolo do prédio da Auditoria Militar, mantida nas dependências, a escolta. Raimundo Pascoal Barbosa, em voz alta, com sotaque nordestino, que nunca perdeu, recomendou enfaticamente que o cliente explicasse todos os fatos aos juízes. Ao mesmo tempo, mostrava a palma da mão, com os dizeres: negue tudo.<sup>341</sup>

Essa perspicácia por parte dos profissionais da lei era vista, até mesmo, nas sustentações orais da defesa, em âmbito das audiências e julgamentos. A advogada Rosa Cardoso da Cunha relembra que seu colega, Heleno Fragoso, “utilizava uma argumentação técnica demolidora das arbitrariedades que estavam sendo praticada, dos arranjos políticos e pragmáticos vestidos com a pompa de legalidade e da ‘Revolução’ e da doutrina de segurança nacional.”<sup>342</sup> Em outras palavras, Fragoso fazia uso de uma narrativa que gerava identificação por aqueles que iriam julgar seus clientes, buscando um resultado nas audiências e sentenças favoráveis aos réus.

A retórica, aliás, era fator importante nesses momentos e os profissionais da lei tinham o conhecimento disso. Embora as acusações fossem individualizadas, os processos envolviam diversos réus, cada um com seu próprio advogado. Essa configuração fazia com que as audiências e julgamentos tivessem, em um mesmo ambiente, vários advogados. Estes profissionais, embora tivessem seus próprios clientes, agiam em uma cooperação orgânica. Na maioria das vezes existia uma espécie de acordo sobre a ordem das sustentações orais. É o que afirma Técio Lins e Silvas:

Durante o processo combinávamos quemalaria primeiro, e a ordem a ser seguida, assim como quem deveria encerrar os debates. Geralmente, o Heleno Fragoso, por ser um professor e explicar bem as técnicas da lei, falava primeiro. E íamos medindo o tom da apresentação, então muitas vezes selecionávamos alguém que fosse um pouco mais monótono para apresentar no meio, entre dois advogados bons oradores. O final era guardado para aquele que falava com mais expressão e emoção, eu já fechei algumas defesas.<sup>343</sup>

Interessante perceber que Técio não menciona nenhuma das mulheres advogadas. Possivelmente, foram poucas as vezes que estas foram as primeiras a argumentar na sustentação oral da defesa. Sabe-se que Eny Moreira, por exemplo, ocupou este lugar apenas duas vezes.<sup>344</sup> Tal desigualdade pode ter como origem a

---

<sup>341</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (São Paulo). Ordem dos Advogados do Brasil. Coragem: A advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: [s. n.], 2014, p. 78.

<sup>342</sup> Ibid., p. 98.

<sup>343</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit. p. 766.

<sup>344</sup> Ibid., p. 243.

já discutida assimetria numérica entre homens e mulheres no ramo da advocacia, mais especificamente na “advocacia política” durante este período. Ainda se soma o fato de que a maioria das figuras femininas eram jovens recém formadas. Convém refletir se estas mulheres seriam vistas por seus colegas como possíveis potenciais para fechar o parlatório com “mais expressão e emoção”, características necessárias apontadas por Técio Lins e Silva, que esteve nessa posição algumas vezes.

O olhar atento para a composição da auditoria era algo ao qual os advogados se dedicavam. Algumas vezes, conhecer esta composição gerava possibilidades de angariar a simpatia dos militares. O advogado Virgílio Egydio Lopes Enei relembra de um caso envolvendo seu cliente, Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri. A casa da mãe de Eduardo ficava na Rua Rafael de Barros com a Alameda Santos, vizinha à Operação Bandeirantes (OBAN), onde Eduardo estava detido. Segundo Virgílio, a mãe de Bacuri ouvia muitas vezes seu filho gritando da OBAN, possivelmente em sessões de tortura. Virgílio levou o caso ao juiz-auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, como forma de sensibilizá-lo, uma vez que tinha a impressão que Nelson era, nas palavras do advogado, “metido a católico”. Mesmo com a utilização de estratégias processuais e não processuais, como o uso da triste situação da figura materna em sofrimento, Eduardo não foi libertado e acabou sendo assassinado pela ditadura no final de 1970.<sup>345</sup>

Virgílio relembra também de um episódio no qual, coincidentemente, conquistou a simpatia de um dos militares que julgaria sua cliente no foro castrense. Ao ser negado o pedido de liberdade provisória requerida para a ré Cida Costa, o advogado entrou com um recurso no Superior Tribunal Militar (STM), onde citou brevemente o poeta brasileiro Augusto dos Anjos. Um dos ministros que teve acesso ao documento ligou para o Virgílio, informando que ele estava errado em sua interpretação sobre o poeta. Segundo o advogado:

Falamos 28 minutos. Eu disse: ‘eu estou com esse caso da Cidinha, com o senhor...’. Ele disse: ‘eu vou ver esse caso. Depois nós nos comunicamos’, e me passou o telefone dele no Rio de Janeiro. Dias depois eu liguei para o Rio de Janeiro, ele atendeu – era um cara legal, você ligava para a casa dele e ele mesmo

---

<sup>345</sup> Eduardo Collen Leite, conhecido como “Bacuri”, foi torturado por mais de 109 dias. Participando de diversas ações de grupos armados revolucionários, como a ALN, Eduardo foi preso em agosto de 1970, sendo assassinado pelos agentes da repressão. Seu caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ver mais em <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/eduardo-collen-leite-bacuri/>

atendia – e disse: ‘olha, vai a julgamento esses dias. Por mim está bem’, foi o que ele disse. E ganhei, ela foi solta. Naquela época terrível, sabe?<sup>346</sup>

Análise a ser feita é de que forma as advogadas mulheres tinham ou angariavam espaço nesses ambientes para conseguir a simpatia do corpo da Justiça Militar. Além disso, quais seriam as estratégias próprias desse grupo? Será que aqueles empreendimentos adotados pelos advogados do sexo masculino também funcionariam entre as figuras femininas? Como visto no capítulo anterior, o Foro Castrense preconizava certos padrões relacionados a uma gramática social de gênero, tal fato é atestado, por exemplo, pela inexistência de qualquer mulher no Conselho de Justiça. Nesse sentido, emerge novamente a reflexão: o que é ser uma advogada política, atuando na Justiça Militar em tempos de ditadura?

O próprio DOPS chegou a produzir fichas sobre essas advogadas. Em um desses documentos, Dyrce Drach chegou a ser colocada na categoria de “amante” de um preso político ligado a atividades consideradas subversivas.<sup>347</sup> Tais percepções sexualizadas não estavam circunscritas aos órgãos de vigilância e repressão, se estendendo também para a Justiça Militar. Maria Luiza Flores relembra a seguinte experiência:

Olha, quando a gente chegava lá na auditoria tinha que deixar um documento: a minha carteira de estagiária da época como solicitadora acadêmica [estagiária], era uma carteirinha azul. Quem ficava lá embaixo eram os reco [recrutas], aqueles meninos que estão servindo o Exército, 18 anos. Eu tenho a carteira comigo até hoje, tá escrito bem pequenininho, não dá para apagar “meu amor”. Você acredita? Você não sabe quem foi. Assim era quem ficava lá na portaria, eram aqueles meninos que serviam o exército, né? Na hora de sair tinha um monte de documento ali numa caixinha de quem ia entregar papel, de quem ia levar Ofício, de quem ia levar papel sulfite que foi comprado. Entendeu? Todo mundo que entrava no prédio deixava um documento numa caixinha de madeira, inclusive advogado. Você entrava e entregava a cadeira, deixava ali, bem no portão e aí você dizia que a minha é essa, né? Você conferia, que às vezes tinha mais de uma igual, né? Quando saiu eu cheguei e vi que a minha tava escrito, é bem pequenininho é bem pequenininho na última página. Eu nunca consegui apagar foi feito com esferográfica.<sup>348</sup>

Observa-se no depoimento de Maria Luiza que existem dimensões do cotidiano que atravessavam a vivência das advogadas mulheres. Como visto, a maioria eram mulheres jovens, recém-formadas e que transitavam por espaços masculinos, como é o caso dos presídios, do DOPS, DOI-CODI, auditorias, etc.

---

<sup>346</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 794.

<sup>347</sup> Ibid., p. 221.

<sup>348</sup> Entrevista realizada em 9 de abril de 2024. Acervo pessoal.

Eny Moreira conta que certa vez estava fazendo um julgamento no STM, junto à Sobral Pinto, quando foi surpreendida por um ajudante de ordem do tribunal, que informou que o presidente da instituição gostaria de falar com Eny. Nas palavras da advogada:

Eu fiquei assustada – por que é que o Presidente queria falar comigo? Antes disso, havia levado uma petição endereçada a ele, entrando no seu gabinete e pedindo para que ele decretasse a prisão preventiva do Augusto Rademaker, aí o Presidente olhou e falou: ‘Doutora, a senhora quer fechar o Tribunal?’ Eu quase falei para ele que queria. Quando soube que agora ele queria falar comigo fiquei com medo porque os caras não tinham limite. Aí eu falei com o Doutor Sobral: ‘Doutor Sobral, o senhor vai lá comigo?’ O Doutor Sobral falou: ‘Não, ele mandou chamar você, ele quer conversar com você. Eu vou fazer o seguinte: eu fico aqui do lado de fora esperando’. Aí eu entrei sozinha no gabinete dele. Ele disse para mim que o julgamento do Theodomiro e do Paulo estava marcado para dali a uma semana e que o Paulo não tinha advogado porque ele vinha de uma família pobre e não podia pagar um advogado que viesse lá da Bahia. Então ele me perguntou se eu aceitava a defesa caso ele me nomeasse. Eu falei que aceitava, só que queria ter acesso ao processo fora do Tribunal, e ele deixou. Quando eu saí, eu contei para o Doutor Sobral, que disse: ‘olha, isso é um sinal de prestígio e sinal de que ele respeita o seu trabalho. Mas você vai voltar lá e dizer para ele que você aceita mas você quer que o preso concorde. Porque amanhã, dependendo do resultado, você pode ser acusada de ter compactuado com uma decisão que não seja correta’. Sabedoria do Doutor Sobral. Aí eu liguei para o Inácio, que era o advogado do Theodomiro, e pedi que ele fosse ao presídio conversar com o Paulo e perguntar se o Paulo estava de acordo, e o Paulo concordou.<sup>349</sup>

O depoimento de Eny é emblemático por carregar consigo diversas marcas que nos permitem refletir tanto acerca da experiência dos advogados nesse ramo e do funcionamento da Justiça Militar como, também, da dinâmica das relações de gênero nesta instituição. Em primeiro lugar, como visto anteriormente, a advocacia política era uma atividade insegura. Neste depoimento vemos que, ao ser convocada pelo presidente do STM, a advogada sentiu medo, solicitando ser acompanhada por um colega de profissão homem, mais velho e reconhecido: Sobral Pinto. Mesmo dentro de um ambiente institucional e de relevância política, como o STM, Moreira teria ficado “com medo porque os caras não tinham limite”, mostrando como até aquele espaço era passível de reproduzir determinadas violências que poderiam atingir, inclusive, os advogados.

Na fala de Eny, percebe-se, também, que determinadas ambivalências se fizeram presentes nessa justiça. No entender de Sobral Pinto, a advogada havia sido convidada pelo próprio presidente do STM a fazer uma defesa pelo motivo de

---

<sup>349</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit., p. 246.

ser prestigiada e respeitada. Há aqui uma aparente contradição, já que Eny trabalhava justamente fazendo a defesa de sujeitos considerados inimigos do regime, o qual a Justiça Militar assegurava os interesses. Este elemento presente na memória da advogada, demonstra como as relações sociais, até mesmo dentro do Foro Castrense, são atravessadas por dinâmicas complexas, envolvendo o corporativismo da categoria, as assimetrias de gênero e as hierarquias da profissão.

Também pensando sobre a complexidade dessas relações, Dyrce Drach relembra que ao visitar um cliente que se encontrava em um quartel na Vila Militar em razão da participação no sequestro de dois embaixadores, foi surpreendida por um oficial, que lhe disse: ‘Doutora, leva esse moço daqui, vê se você consegue arranjar outro lugar para ele’.<sup>350</sup> O caso narrado pela advogada se soma à experiência de determinados sujeitos que foram tratados com certa moderação pelos órgãos da repressão. Apesar de raras, tais experiências revelam que, até mesmo as instituições que representam a face mais violenta do regime ditatorial, eram permeadas por certas ambiguidades.

No caso de entidades como o DOPS, DOI-CODI e OBAN, essas exceções se davam, sobretudo, em situações onde havia a existência de relações pessoais e/ou de parentesco de determinados sujeitos com membros da repressão e do governo. Segundo o historiador Tasso Araújo, essas ambivalências demonstram “a complexidade do regime ditatorial e a imbricação de um dos traços mais marcantes de nossa cultura política, que é o uso personalista da máquina estatal”.<sup>351</sup> Também discorrendo sobre tais clivagens, o historiador Rodrigo Pato Sá Motta aponta que a existência de laços familiares ou de amizade seriam importantes em determinadas situações. Em suas palavras:

Isso explica por que, em certas ocasiões, quando as características do regime permitiam ações repressivas duras, certos agentes estatais optaram por moderação, tolerância e/ou negociação. Gestões de natureza pessoal permitiram que: vetos políticos a contratação de alguns professores fossem contornados; sugestões para a aposentadoria compulsória fossem engavetadas; passaportes bloqueados fossem liberados; bolsas de pesquisas retiradas fossem autorizadas; condenações judiciais se tornassem mais leves; e, também alguns presos fossem libertados e certas prisões evitadas. Claro, nem todos os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem.<sup>352</sup>

---

<sup>350</sup> Ibid., p. 225.

<sup>351</sup> ARAÚJO DE BRITO, op cit. p. 46.

<sup>352</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In REIS, Daniel Aarão et all. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pag. 58-59.

Estas aparentes contradições vêm sendo exploradas cada vez mais na historiografia. Longe de apontarem para uma dimensão branda da repressão, estas nuances indicam novas chaves de interpretação historiográficas que possibilitam compreender de maneira mais complexa determinadas experiências históricas. Tais experiências, tão presentes nos relatos orais, são vistas em diferentes episódios na relação dos advogados com aqueles que trabalhavam na Justiça Militar. Mesmo que, como apontado anteriormente, não existisse uma relação harmoniosa e de igualdade entre estes grupos, se observam inúmeras ambivalências. Rosa Cardoso da Cunha relembra que:

No Tribunal havia um Ministro que gostava especialmente de mim, acompanhava meus gestos e defesas, reiterava meus argumentos ajudando-me a obter resultados favoráveis. Era Alcides Carneiro. Certo dia, o Ministro percebeu que a cena estava armada e que eu me preparava para sair do salão de audiências. Ele levantou de sua cadeira, atravessou o corredor correndo, o salão, aproximou-se de mim, que já estava na porta de saída e disse: ‘você vai fugir?’, olhei firme nos olhos dele, não respondi, saí.<sup>353</sup>

Segundo a advogada, o Ministro Alcides Carneiro gostava dela e, por isso, a ajudava a obter resultados favoráveis. Nesse sentido, por ter afeição àquela que fazia a defesa de sujeitos considerados inimigos do regime, o Ministro acabava beneficiando os réus no Tribunal. Contudo, Rosa não era amiga do Ministro e tampouco partilhava com Alcides de uma mesma perspectiva política em relação ao regime. A tensão entre os dois é evidenciada, por exemplo, quando o Ministro a provoca e a advogada deixa o recinto.

Há, ainda, diversos casos em que advogadas adotaram posições mais incisivas e combativas ao desafiarem as autoridades. Tal empreendimento, em um regime tão violento, não é irrelevante. Um desses episódios é lembrado por Dyrce Drach, que pontuou: “eu, com esse tamanhinho que você vê aqui, fazia escândalos”<sup>354</sup>, exemplificando o episódio que ocorreu durante visita a seu cliente, José Carlos Vidal, preso em São Paulo. Na ocasião, Vidal fazia greve de fome e a advogada foi impedida de vê-lo. Relembrando o episódio, Drach afirmou: “eu amolei tanto que me trouxeram o José Roberto em uma maca, eu achava que ele ia morrer. Aí eu chorava e ele dizia para mim assim: ‘Não chora não, Dyrce, sua luta é lá fora, porque a minha trincheira é essa, a sua é lá fora’”<sup>355</sup>.

---

<sup>353</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, op cit., p. 98.

<sup>354</sup> SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.), op. cit. p. 227.

<sup>355</sup> Ibid., p. 227.

A memória de Dyrce dimensiona os desafios de ser uma advogada mulher em plena Ditadura Militar. Até mesmo o aspecto da altura, em seu relato, ganha relevância. Dyrce é uma das poucas mulheres que advogaram pela causa dos presos políticos, implicando em um cotidiano onde transitar por ambientes inóspitos a seu gênero e violentos por sua própria natureza institucional era regra. Em um ofício onde o medo era companheiro que invadia até mesmo a vida privada, essas profissionais alcançaram diferentes méritos. Abrindo mão da própria segurança, dos horários fixos de trabalho e, muitas vezes, de honorários, as advogadas conseguiram vitórias tanto via processual, na absolvição de seus clientes, como por outros meios. De todas as formas, a pressão exercida por esse grupo profissional fez com que muitos daqueles sequestrados pelo Estado fossem menos torturados, já que a repressão sabia que esses sujeitos estavam sendo acompanhados por seus advogados.

As incontáveis visitas a cemitérios, as relações sensíveis formadas com os familiares das vítimas e os próprios réus, as fronteiras não definidas entre vida pessoal e vida profissional e questões relativas à maternidade são alguns dos aspectos não visíveis nos autos processuais. Deste modo, a documentação jurídica por si só não possibilita compreender os meandros dessas articulações e, muito menos, as questões subjetivas por trás das movimentações dos sujeitos históricos.

Observa-se, portanto, a dimensão de um "duplo" desafio vivenciado pelas advogadas que atuaram na Justiça Militar durante a ditadura: essas profissionais enfrentaram um ambiente altamente militarizado e predominantemente masculino, ao mesmo tempo em que lidaram com a violência ditatorial que invadiu suas vidas pessoais, impactando aspectos como casamento e maternidade. Apesar da gramática de gênero que as colocava em uma posição de vulnerabilidade maior em relação aos homens—expressando-se em momentos de choro, medo e busca por proteção masculina—, essas profissionais mantiveram uma postura corajosa em sua atuação profissional, que muitas vezes é ignorada na historiografia enquanto prática de militância.

Paralelamente, reconhece-se que diante de uma evidente divisão de gênero no que tange às vivências dos profissionais que atuaram nesta instituição, existiram experiências comuns compartilhadas com advogados homens. Muitas vezes, as práticas e conhecimentos tiveram um caráter coletivo. Se coloca, aqui,



um campo aberto e indefinido que necessita ser melhor explorado sobre a advocacia de presos políticos durante a Ditadura Militar.

## Considerações finais

Durante séculos, as narrativas historiográficas foram marcadas pelas vozes masculinas, resultando no apagamento das experiências de mulheres. Quando emergiam, ainda que de relance, estas figuras femininas tendiam a aparecer na perspectiva masculina: sempre nos papéis de irmãs, mães, esposas e filhas.<sup>356</sup> Segundo Michelle Perrot, esta ocultação não apenas marginalizou as vivências das mulheres, mas também perpetuou a visão de que as contribuições destes sujeitos foram secundárias no contexto das lutas políticas e sociais.

Buscando dialogar com esta problemática, esta pesquisa teve como objetivo discorrer acerca das experiências das mulheres na Justiça Militar durante a Ditadura Militar. O recorte temporal abrangeu o período de 1965, ano em que o Foro Castrense começou a julgar oficialmente civis por crimes políticos, até 1979, quando a promulgação da Lei nº 6.683/79, conhecida como a Lei de Anistia, marcou a anulação de parte destes processos nos tribunais militares.

Nesta dissertação, exploramos as complexas realidades enfrentadas pelas mulheres na Justiça Militar durante o período ditatorial, focando em quatro aspectos cruciais: a dimensão genderizada do Foro Castrense, as experiências das rés nesta instituição, as dinâmicas entre discursos hegemônicos e práticas jurídicas, e, por fim o papel das advogadas nesse contexto autoritário, também marcados pelas relações de gênero.

No primeiro capítulo, abordamos o cenário repressivo enfrentado pelas mulheres processadas pela Justiça Militar. Dialogando com a historiografia da Justiça Militar e da Ditadura Militar em uma perspectiva de gênero, discutimos como essas figuras femininas eram afetadas pelo contexto de violência institucional e de moralização do regime. Buscamos enfatizar a importância de uma visão genderizada para entender a opressão e a violência que marcaram as experiências das rés nos labirintos da repressão. A análise revelou como a composição racial e de gênero da Justiça Militar, além de sua relação com a agenda moral do regime, influenciou diretamente a forma como as mulheres eram tratadas e como essas instituições moldaram suas experiências.

---

<sup>356</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

No segundo capítulo, refletimos sobre a interação entre os discursos dominantes do Foro Castrense e as estratégias das réis e seus defensores. Analisamos como as mulheres acusadas se apropriaram dos ideais de gênero impostos pela instituição judicial para se protegerem das severas consequências do regime. Observamos que, ao transformar a gramática social de gênero em um recurso de autopreservação, essas mulheres não apenas resistiram à repressão, mas também se apropriaram dos estereótipos femininos para seu próprio resguardo, visto que se tratava de um cenário de luta por sobrevivência. A análise de documentos como um Inquérito Policial Militar (IPM) e ações penais, cruzados com entrevistas, permitiu perceber, não apenas as ilegalidades do tecnicismo das instituições da ditadura, como também, as táticas utilizadas por essas mulheres para enfrentar a máquina repressiva, evidenciando a utilização estratégica de normas de gênero como forma de resistência.

O terceiro capítulo se concentrou na atuação das advogadas durante o período autoritário, trazendo uma nova perspectiva sobre a experiência desses profissionais no Foro Castrense. A partir de fontes testemunhais e da bibliografia sobre esta classe profissional, o capítulo examinou como as advogadas, muitas vezes invisibilizadas, desempenharam um papel fundamental na defesa das réis. Discutimos o perfil dessas advogadas, suas estratégias jurídicas e como suas práticas estavam imersas em um contexto de exceção. A análise revelou que, apesar das restrições impostas pelo regime, e de se tratar de uma instituição militarizada e masculina, essas profissionais usaram suas habilidades e redes para advogar na Justiça Militar em favor de seus clientes, muitas vezes atuando corajosamente para além da letra da lei como forma de garantir alguma forma de proteção para suas clientes.

Desta maneira, a presente pesquisa buscou destacar a importância de uma abordagem de gênero na análise da Justiça Militar durante a Ditadura, temática ainda pouco explorada pela historiografia. A integração das perspectivas de gênero, raça, regionalidade, idade e classe oferecem uma compreensão mais completa das dinâmicas de poder e das estratégias de resistência empregadas pelas mulheres. Uma vez que as ações tidas como de “militância” e “resistência” são pautadas num modelo masculino, as análises propostas aqui buscam ampliar estas duas noções, revelando como figuras femininas reagiram ao regime autoritário, utilizando as normas de gênero de formas estratégicas.

O cruzamento das experiências das rés, advogadas e a análise dos discursos e práticas jurídicas evidencia a necessidade de revisitar e reavaliar as narrativas históricas sobre a Ditadura Militar. Ao considerar as dimensões de gênero nas análises jurídicas e políticas, podemos compreender melhor as complexidades da resistência feminina e as formas como essas figuras foram tanto vítimas quanto agentes ativas na luta contra o regime autoritário. Nesse sentido, esta dissertação pretendeu contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o período ditatorial, trazendo à tona as vozes e as experiências femininas frequentemente silenciadas.

## Fontes

### Judiciais

BNM 100

BNM 507

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Ação Penal 207/69 (SP). Brasília DF, 1979

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Arquivo do Superior Tribunal Militar. Autos Findos 1247/1972 (RJ). Rio de Janeiro, RJ, 1972.

### Leis e Relatórios Oficiais

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). (vol. 1). (2014). *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV.

BRASIL. *Constituição (1967)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Senado Federal, 1967.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 510*, de 20 de março de 1969. Dispõe sobre a simplificação das obrigações tributárias relativas a vendas a prazo de mercadorias sujeitas a tributação de imposto único. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mar. 1969.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.227*, de 31 de maio de 1944. Dispõe sobre as colônias penais.

BRASIL. *Decreto-lei nº 898*, de 29 de setembro de 1969.

### Periódicos

“Habeas para professor preso na rua”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1972. p. 19.

“Manifesto de apoio dos professôres aos candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 set. 1955, p.3.

Maria Lima. “Fotos de Dilma na ditadura foram feitas pelo jornal ‘Última Hora’”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fotos-de-dilma-na-ditadura-foram-feitas-pelo-jornal-ultima-hora-3501608>. Acessado em: 1 ago. 2024.

“Registro”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1991. 1º caderno, p. 12.

## Referências bibliográficas

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2004. v. 1. 235.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

ARAÚJO DE BRITO, Tássio. *A Toga e a Espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ARNS, Paulo Evaristo. Prefácio. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio. *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC Rio, 2010.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUER, Caroline. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre o Conceito da História*. In: LÖWY, Michael. *Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BERTOLIN, P. T. M. Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 16–42, 2017.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). (vol. 1). (2014). *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV.

BRASIL. *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescente*. In: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação- Limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 2001.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSSIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015.

COLLING, Ana Maria. *A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr/Fapesp, 2011.

CORRÊA, Mariza. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. In: RIFIOTIS, Theophilos; CARDOZO, Fernanda (orgs.). *Judicialização da violência de gênero em debate: perspectivas analíticas*. São Paulo: ABA Publicações, 2021.

COSTA, Albertina. “*Memórias do Cárcere de uma feminina ex post*”, In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII* São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. *Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina. Pós modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, Washington, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. IN: *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-34, jan/jun., 1983.

DREYFUSS, Rene Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, capítulo VII.

ESPADA, Henrique; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. *International Review of Social History*, 62(S25), December 2017.

FERREIRA, Bruna. As mulheres foram à luta: a militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira. *Temporalidades*, v. 14, n. 2, 2023.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. O golpe de 1964. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014. DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, Dec. 2002.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. *Hist. Educ. Santa Maria*, v. 19, n. 45, p. 85-102, Apr. 2015

FREITAS, Vladimir Passos. *O Poder Judiciário No Regime Militar (1964-1985)*. Brasil: Simplissimos livros, 2015.

GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula. *Prefácio*. In: In: GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (Org.). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

GROSSO, Miriam Pillar. De Angela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1 n. 1, 1993.

ITABORAHY, Rana Carvalho. *Justiça Militar e Julgamento de Mulheres nos “Anos de Chumbo” (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2022.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.l.], v. 10, n. 23, p. 204 - 251, abr. 2018.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: UduSP, 2013.

LA PASTA, Camilla Caetano. *Margarida Hirschmann, a “Bela Espiã”*: crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de História, 2019.

LOBO, Elizabeth Sousa. *A Classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARTINS, Flávia. *Nem terroristas, nem ingênuas*: as contestações de feminilidade na Ditadura Militar. Monografia (graduação em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

McCLURE, Laura. *Courtesans at table: gender and Greek literary culture in Athenaeus*. Classics / Women's studies. Londres: Routledge, 2003.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. *Historia & Perspectivas (UFU)*, v. jan/junh14, p. 393-417, 2014, p. 21.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. *Luta, substantivo feminino*: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Editora Caros Amigos. 2010.

MORITZ, M. L.; RITA, M. B.. “Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff”. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 43, n. 2, p. 203–223, maio 2020.

MOTTA, Marly Silva da. A ordem dos advogados do Brasil: entre a corporação e a instituição. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.39, p. 32-37, dez. 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In REIS, Daniel Aarão et all. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil*: A penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1985.

MULLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História (São Paulo)*. v. 180, 2021.

NOREK, Ayssa Yamaguti. *Uma estação no círculo do inferno*: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979). 2020. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2020.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (São Paulo). Ordem dos Advogados do Brasil. Coragem: A advocacia criminal nos anos de chumbo. São Paulo: [s. n.], 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. A Política de Desaparecimento como Modalidade Repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional. IN: Tempos Históricos. Periódico do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Unioeste. Paraná, n.10, 2007, p. 105 – 129.

PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Ditadura e Democracia na América latina. Balanço Histórico e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PALOMBA, Guido. *Psiquiatria forense: noções básicas*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.

PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. São Paulo: Arquivo Nacional, 2022.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 5 out. 2017

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Anthony W. “*Repressão, legalidade e regimes autoritários*”. In: PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POMAR, Pedro Estevam. A democracia intolerante - Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 2002.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em

Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. *Na guerra com batom*. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence et al. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010.

RECONDO, Felipe. *Tanques e togas: O STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo 2(2): 113-128, 2. sem. 1990.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, SP: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*, 2013. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Armada.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf). Acesso em: 24/09/2021

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. "A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984)". *L'Ordinaire des Amériques*, [S.l.], n. 222, 2017, p.3.

SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.). *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Vozes, 2010.

SALES, J. R. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 199–217, 2009.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Angela Moreira Domingues. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História) - PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. “Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973)”. *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. I, p. 1-16, 2009

SILVA, Angela Moreira Domingues. “*Justicia militar y cuestiones de género: un estudio a ser desarrollado*”, in RIAL, Juan. *La justicia militar: entre la reforma y la permanencia*. Buenos Aires: RESDAL, 2010, pp. 137-146.

SILVA, Angela Moreira Domingues. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 51-73, 13 mar. 2017.

SILVA, Fernando Teixeira. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: Cláudio M. Batalha, Fernando T. da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas, Unicamp, 2004.

SILVA, J. M. D. et al.. A Praça de Casa Forte: um jardim histórico, um patrimônio cultural do Brasil. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 27, p. e05, 2019.

SILVA, Tauana Gomes, *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*, Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr (Org.) *A coragem da Inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. Brasília: DF: ABAP, 2014.

SOUZA, Adriana Barreto. SILVA, A. M. D. da. A organização da justiça militar no Brasil: Império e República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n° 58, 2016.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: Ditadura Militar 1964-1985*. Curitiba: Projeto Marcas da Memória, 2013.

TAVARES, Ana Clara. *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Rev. Direito GV*, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 505-522, Dec. 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *As auditorias militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; OLIVEIRA, Núcia A. S. de. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: perspectivas recentes. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 861-866, dez. 2015.